**Reprodução de pequenos agricultores no espaço
metropolizado paulistano: uma análise da porção sul do
município de São Paulo.**

Evandro Noro Fernandes

**São Paulo
2008**

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**

Evandro Noro Fernandes

**Reprodução de pequenos agricultores no espaço
metropolizado paulistano: uma análise da porção sul do
município de São Paulo.**

**São Paulo
2008**

Evandro Noro Fernandes

**Reprodução de pequenos agricultores no espaço
metropolizado paulistano: uma análise da porção sul do
município de São Paulo.**

Dissertação apresentada ao
Departamento de Geografia da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em
Geografia

Área de concentração: Geografia
Humana

Orientador: Dr. Júlio César Sukuki

São Paulo

2008

Nasci sob um teto sossegado
Meu sonho era um pequenino sonho meu
Na ciência dos cuidados fui criado
Agora, entre o meu ser e o ser alheio
A linha de fronteira se rompeu.
(Wally Salomão)

**Ao
Meus pais**

Agradecimentos

*"Tem coisas que tem seu valor
avaliada em quilates, em cifras e fins
outras não tem o apreço
nem pagam o preço que valem prá mim..."*

(Gujo Teixeira)

Os agradecimentos tornam-se um momento singular na trajetória da pesquisa concretizada. Foram três anos em que muitas amizades e acaloradas discussões e defesa de pontos de vistas estiveram presente. A Deus por essa possibilidade.

Então neste momento e, em todos os outros ao meu pai e minha mãe, pelo ensinamento, pela postura, pela educação e amor que me deram e pelo o que me ensinaram a ser. Sem nenhuma dúvida, sem minha família que segurou as pontas em momentos difíceis, essa pesquisa não teria sido realizada. À minha família meus eternos agradecimentos.

Já em relação à pesquisa, sou um dos privilegiado por contar com uma orientação impecável do Prof. Dr. Júlio César Suzuki - assim como a convivência de um grupo de discussões muito qualificado -, o cuidado, a dedicação aos orientados à perícia em que aponta as questões a serem discutidas e estudadas, solidificam e valorizam o processo de aprendizado e de amadurecimento teórico. Então, ao orientador Prof. Dr. Júlio César Suzuki meus agradecimentos por essa oportunidade impar, de mais que ensinar, compartilhar conhecimento.

A possibilidade de estudar na Universidade de São Paulo, nos possibilita além um qualificado conhecimento acadêmico, o contato com colegas que estudam ou não questões semelhantes, mas as questões a cerca dos estudos do espaço rural talvez favoreça as relações. E a esses pesquisadores e amigos do laboratório de geografia agrária; que estiveram presentes desde o momento em que aqui cheguei; dos grupos de colóquios; das viagens em trabalho de campo e seminários; dos encontros para bate-papo, fica além do registro minha gratidão e apreço, pra ti: Aldiva, Eduardo, André, Selito, Rogério, Gean, Heitor, Josoaldo,

Elisângela, Viviane, Amauri, Carina, Lúcia, Samarone, Camilo, Lina, Márcio (samba), Rodrigo Linhar, Elisa, Vânia, Cacá, Márcio e Rovaine, por aí afora.

Ao professores: Prof. Dra. Marisa M. Deaecto e Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato que estiveram em minha banca de qualificação, momento de muito aprendizado e contribuições. Ao Prof. Scarlato, pela oportunidade do aprendizado em sala de aula e em trabalhos de campo quando fui seu monitor PAE. Assim como a Professora Dra. Amália Inês Lemos, pela confiança em mim depositada durante a realização do Trabalho de Campo para disciplina de Geografia Urbana II, e pelas dicas de leitura, que contribuíram para o fechamento da pesquisa.

Aos professores do departamento de Geografia da USP, em especial àqueles com os quais cursei disciplinas, que muito contribuíram para minha formação, e aos funcionários, que sempre me trataram com muito carinho e muita atenção.

A todos os alunos do Curso de Geografia Agrária, e de Trabalho de Campo citados na dissertação.

A Maria Lucia Belenzani e Rodrigo Martins pela atenção e auxílio, quando da realização dos campos e do fornecimento de material bibliográfico e informações da área de estudo.

Aos pequenos agricultores da porção sul do município de São Paulo, aqui mais que meu agradecimento por nos atender e proporcionar a conclusão da dissertação, meus sinceros aplausos, por serem sujeitos que não se entregam, que lutam e acreditam na importância do espaço rural e da produção de alimentos.

Aquele abraço, aquelas pessoas que conviveram e convivem comigo, seja na Universidade, no samba, no estádio, no trabalho, na casa do norte ou/e no ap. 43. Esses amigos tiveram e tem um papel importante durante o período da minha pesquisa, além dos debates teóricos sempre muito profícuos, me auxiliaram em diversas situações. Então, meus agradecimentos para vocês; João, Heitor, Aldiva, Eduardo, Rafael, André. Um agradecimento especial ao amigo Carlos Alberto Feliciano por ter me presenteado com a gravura da capa dessa dissertação e ao amigo Rodrigo Oliveira pela tradução do resumo.

Resumo

FERNANDES, Evandro Noro. Reprodução de pequenos agricultores no espaço metropolizado paulistano: uma análise da porção sul do município de São Paulo, 2008. 213 F. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Essa pesquisa procurar analisar o processo da reprodução de pequenos agricultores no espaço metropolizado paulistano, procurando desvendar as transformações no espaço rural na porção sul do município de São Paulo, uma região de significados históricos, que busca cotidianamente manter por meio da atividade rural, à reprodução da família.

Nesse sentido, por meio da história de vida dos sujeitos históricos, produtores rurais, buscou-se revelar os processos de resistência e permanência, contrariando toda uma lógica da metrópole urbana, por meio da hereditariedade da terra e dos costumes desses agricultores que travam um embate cotidiano com o processo de urbanização.

A produção agrícola na porção sul, ao passo que sofre o enfrentamento com os espaços urbanos, beneficia-se das práticas e das demandas urbanas, favorecendo e possibilitando a produção de cultivos diferenciados direcionados para o consumo da metrópole. O que possibilita uma dinâmica singular na relação rural-urbano nesse espaço metropolizado, colocando em movimento um processo de reprodução dos pequenos agricultores, em momentos distintos da história da evolução da metrópole, passando do cinturão caipira, ao cinturão verde e atualmente a diversidade produtiva e populacional num espaço de Áreas de Proteção Ambiental.

Palavras chave – pequeno agricultor, rural-urbano, metrópole, cidade, São Paulo.

Abstract

FERNANDES, Evandro Noro. Planting process of the small farmers inside the metropolitan space of São Paulo. Trying to reveal the transformations of the landscape in the southernmost part of the city of São Paulo, 2008. 212 F. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

This research wants to analyze the planting process of the small farmers inside the metropolitan space of São Paulo. Trying to reveal the transformations of the landscape in the southernmost part of the city of São Paulo, in a area with many historical meanings, with a population that tries to keep the subsistence of the family planting.

Therefore, because of the history of the historical agents (the local producers). Trying to understand and reveal the reasons of the resistance and permanence of them in the land being against the metropolitan logic. Because of the land that were inhered and the old rituals that remains this producers have to discuss daily with the urbanizing process.

The agriculture production in the south zone, in one hand suffers with the process of the urban area but they are also have the benefit to be closer to the supplier. In this way they have the possibilities of planting different things for a different market and the consumers. This created a unique reality and a interesting dialogue between the urban and planting zone in a metropolitan area. The research also analyze the different periods of the city and how it evolved; passing through the caipira belt to the green belt and nowadays the diversity of the production and population in one zone of environmental protection.

Key words – small farmer, metropolis, country or field, city and São Paulo

Lista da Mapas

Mapa 01 - Localização da área de Estudo.....	26
Mapa 02 - São Paulo em 1554 – 1874.....	51
Mapa 03 - Ocupação do subúrbios e vales.....	56
Mapa 04 - Origem dos pequenos agricultores pesquisados.....	96
Mapa 05 - As áreas rurais nos distritos pesquisados.....	119
Mapa 06 - Uso da Superfície da área de Estudo.....	159
Mapa 07 As áreas urbanas nos distritos pesquisados.....	176

Lista de Quadros

Quadro 01- Produção de Verduras do municio de São Paulo – 1964/1965.....	81
Quadro 02 -Produção de Verduras do municio de São Paulo – 1964/1965.....	82
Quadro 03 -Tipos de culturas nas pequenas propriedades.....	112
Quadro 04 - Indicadores Sociais.....	158
Quadro 05 - Renda médias dos responsáveis por domicílio por distritos.....	161
Quadro 06 - População dos distritos.....	162

Lista de Fotografias

Foto 1 – Igreja Matriz de Santo Amaro em 1935.....	49
Foto 2 – Largo do Socorro 1935.....	58
Foto 3 – Largo do Socorro 1936 – Estrada de ferro.....	59
Foto 4 – Fundo de Vale/ base da formação da Represa Guarapiranga.....	60
Foto 5 – Restaurante a margem da represa Guarapiranga. 1936.....	63
Foto 6 – Ponto de venda direta ao consumidor.....	108
Foto 7 – Estufa com produção de cogumelos shiitake.....	113
Foto 8 – Estufa com produção de flores.....	114
Foto 9 – Paisagem típica na porção sul do município de São Paulo.....	117
Foto 10 –Criação de porcos.....	123
Foto 11 – Campo com criação de bovinos.....	124
Foto 12 – Trabalho de meeiros com cultivos diversificados.....	125
Foto 13 – Vista de uma propriedade com cultivos para o mercado.....	132
Foto 14 – Vista da plantação de plantas ornamentais.....	134
Foto 15 – Pequena propriedade com criação de peixes.....	136
Foto 16 – Bar em uma pequena propriedade rural.....	137
Foto 17 – Propriedade com cultivos de mudas.....	138
Foto 18 – Preparo da terra com trabalho familiar.....	141
Foto 19 – Fazenda Castanheira – manejo sustentável de palmitos.....	143
Foto 20 – Trabalho na terra realizado por meeiro.....	144
Foto 21 – Chácara de lazer para aluguel	145
Foto 22 – Residência camponesa.....	163

Foto 23 – Pedestre em estrada vicinal.....	164
Foto 24 – Ocupação Irregular.....	166
Foto 25 – Balsa na represa Billings.....	173
Foto 26 – Ocupação desordenada em encosta	175

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Origem dos pequenos agricultores pesquisados.....	95
Gráfico 2 – Formas de comércio na propriedades pesquisadas.....	107
Gráfico 3 – Destino da Produção.....	129
Gráfico 4 – Propriedade da Terra.....	146
Gráfico 5 – Área das propriedade visitadas.....	148
Gráfico 6 – Força de trabalho nas propriedades.....	179
Gráfico 7 – Origem da renda familiar.....	185
Gráfico 8 – Força de trabalho nas propriedades.....	191

Sumário

Introdução	13
CAPÍTULO I - O rural e o urbano na porção sul do município de São Paulo	23
1. 1 - Contribuições históricas e metodológicas na leitura do rural e do urbano na porção sul do município de São Paulo.	25
1. 2 – O movimento de relações rural – urbano: uma contextualização do processo histórico à atualidade:	46
CAPÍTULO II - Práticas produtivas diversas na porção sul do município de São Paulo	92
CAPÍTULO III -Dilemas e perspectivas para a agricultura e para os produtores rurais nas fronteiras do rural com o urbano no município de São Paulo.	151
Considerações finais	197
Bibliografia.....	204

Introdução

Esta pesquisa é constante de uma idéia, forjada a partir, talvez, do senso comum, de uma criança, adolescente criado, envolto às práticas agrícolas. E que distante da cidade teve seu passatempo nos brinquedos com gado de osso, fazenda de bolinhas de cinamomo ou no lombo de um cavalo nas lides campeiras a partir das 5 horas da manhã. Em outros momentos, quebrando milho ao tempo que quebrava os flocos de gelo formados pela geada dos meses de inverno árduo que fazia nos rincões da minha querida Santa Maria.

Aqueles tempos já vividos são presença, não só na memória, mas no anseio sempre rememorado por uma valorização das populações agrícolas, das práticas agrícolas, da produção de alimentos e da necessidade desses sujeitos para o abastecimento alimentar de uma população urbana que se impõe pelo seu ritmo sobre as rurais. E como veremos, e aí a metrópole como expoente máximo, nos dará subsídios para ler sua coexistência sem detrimento ou superioridade, mas na valorização das peculiaridades.

Jamais, aos meus seis anos de idade, com uma estatura de não dar inveja a nenhum outro colega de classe quando iniciei minha jornada estudantil na escola rural a 90 minutos de casa no lombo de uma petiça¹, eu pensaria em estar nos tempos de hoje estudando em uma cidade tão grande, muito menos em São Paulo, para quem não tinha luz elétrica, também por isso nem televisão, isso na visão familiar era uma utopia, claro, nem meus pais fazem idéia do que seja nos dias de hoje a metrópole.

Mas havia uma clareza: tínhamos que estudar para superar as dificuldades que são pertinentes a quem vive no campo. Não sabíamos, então, naquele momento, que as dificuldades são inerentes a todos os processos, sejam do campo ou da cidade, e talvez maiores ainda quando envolvem multifacetados os dois ambientes.

¹ Cavalo pequeno.

No processo de amadurecimento desse projeto, como não seria diferente: adequações, incorporações e muitas mudanças de sentido permearam sua estruturação. E, quiçá, uma conclusão final.

De um processo de formação acadêmica, fundamentado em questões econômicas, mas nem por isso menos social, fui estudar as mudanças no espaço rural, envolvendo o turismo rural como dinamizador econômico e social em áreas, até então, de agropecuária e de pequenas propriedades. A monografia de Graduação, no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria – RS, possibilitou-me vislumbrar novos horizontes para o campo brasileiro e para as atividades agrícolas e seus sujeitos. Ao passo que me questionava e ainda hoje me questiono, em que situações se encontram os agricultores no Brasil, pequenos agricultores, proprietários de terras ou não, que não disponibilizam, ou melhor, não foram contemplados por uma paisagem natural ou estão sem recursos de transformar essa paisagem. Estes a forjam às condições para se adequar às atividades não agrícolas. E que continuam sendo a materialização aparte dos processos da mundialização da informação, das práticas históricas de produção, hereditariedade e reprodução cultural de seus antepassados; retratados nos conceitos de experiência e vivência de W. Benjamin (1987) e de experiência de E. P. Thompson (1978), também no conceito de *habitus* de P. Bourdieu (1979).

Assim, tivemos um entendimento para as questões acerca do proposto ‘novo rural’ que, embora seja sabido não ser generalista como se colocava, e, se coloca para alguns pesquisadores, uma vez que não leva em consideração as diferenças culturais, tradições, clima e relevo presente no território brasileiro e assim como nas políticas desenvolvidas para a agricultura para esse ‘novo rural’, nossos questionamentos ganham densidade, pois como ficam os pequenos agricultores que produzem o alimento consumido todos os dias na mesa do brasileiro [ou assim deveria ser], quais as perspectivas para eles, existe um futuro diante das inovações tecnológicas desenvolvidas para a agricultura comercial?

Nesse sentido, coloca-se uma problematização pulsante, pois vários são os fatores que interferiram na estrutura fundiária no Brasil nas últimas décadas, com implicações nos índices de emprego no campo, nas condições de moradia, principalmente nas grandes cidades, no crescimento das grandes e médias cidades brasileiras e mesmo na produção de alimentos por pequenos agricultores próximos aos centros demandantes.

Caio Prado Jr. (1960; 170) destaca que “*os problemas agrários como quaisquer outros problemas sociais e econômicos, são antes de tudo ‘humanos’*”. E, por isso, os homens e a posição que respectivamente ocupam nas atividades agropecuárias devem ser considerados em primeiro e principal lugar.

Para um melhor entendimento do objeto que buscamos, faz-se necessário trilharmos caminhos pelas ciências que estudam a produção do espaço, a fim de identificar o mecanismo que nos ajude a pensar em pequenos agricultores não contemplados pelas políticas públicas e que estão na interface do rural e do urbano.

Nesse processo, etapas vão se incorporando, a idéia de estudar o espaço rural no ‘cinturão verde’ de uma região metropolitana e as articulações dos agricultores com a produção de gêneros alimentícios para cidade, quando da elaboração do projeto para monografia do curso de especialização em Análise Ambiental da Universidade Federal do Paraná, tão de pronto foi substituído ao me deparar com um espaço rural ativo entremeado a mais densa área urbana do Brasil, o município de São Paulo.

E, assim, a monografia de especialização foi sobre a agricultura na metrópole, que aqueceu meu interesse em busca de entendimentos em relação aos seus sujeitos.

Hoje, após essas etapas, e da contribuição obtida pela interpretação de diferentes pesquisadores, coloca-se a possibilidade do estudo acerca da reprodução dos pequenos agricultores no espaço rural da área metropolizada paulistana.

A pesquisa empírica, que dá sustentação à investigação que ora se discute em relação à interface do rural com o urbano na metrópole paulista, encontra alicerces em teorias diversas. Dessa forma, busca-se na sociologia, antropologia, geografia

e economia, partes que constituirão o todo no universo que engloba as diversas formas de fronteira. Que para serem discutidas, faz-se necessário o olhar urbano e o rural num plano dialético e unificado, pois é assim que se apresenta o universo rural e agrícola na metrópole.

Essa pesquisa iniciou-se por meio de trabalhos de campo no ano de 2004, primeiramente com os órgãos públicos, em São Paulo, como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP, Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP; Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Subprefeitura de Capela do Socorro, Subprefeitura de Parelheiros.

Inicialmente, buscavam-se dados e informações mais amplas relativos ao ‘cinturão verde’ que envolve/envolia a região metropolitana de São Paulo e, por conta da busca nesses órgãos, indiretamente, acabamos tendo a informação da inauguração da Casa da Agricultura de São Paulo, em Parelheiros, que aconteceu em junho de 2004. Nesse evento, foi mantido o primeiro contato com produtores rurais, agrônomos, geógrafos, assistentes sociais etc. que buscavam, por meio da constituição de uma casa da agricultura, encontrar uma saída ou minimamente mitigar os problemas que se colocam para a produção agrícola, para os produtores rurais e como forma de assistência aos problemas sociais nessa região com múltiplas demandas da metrópole paulista.

A partir desse momento, a reunião de inauguração da casa de agricultura, meu foco de investigação, que até então abrangia a discussão do embate da mancha urbana em direção ao ‘cinturão verde’, voltou-se para a porção sul do município de São Paulo. Esta é uma região de significados históricos para a produção de alimentos em São Paulo, que busca cotidianamente manter-se por meio da atividade rural à reprodução da família.

Na administração das subprefeituras, tivemos acesso ao banco de dados sistematizados por equipes multidisciplinares, que trabalharam com a questão agrícola no município. Em janeiro de 2004, a Prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana do Município de São Paulo.

A partir desses contatos e desses dados, no primeiro semestre de 2005, realizamos os primeiros campos exploratórios pela região, primeiramente acompanhando os técnicos das subprefeituras e posteriormente por conta própria. Esses realizados no segundo semestre de 2005. Visitando algumas propriedades e coletando informações, neste momento não realizamos nenhuma entrevista, apenas se fez a confirmação das informações contidas no banco de dados das subprefeituras e anotaram-se as alterações.

Por conta da disciplina de Geografia Agrária I, ministrada pelo professor Dr. Júlio César Suzuki no primeiro semestre de 2006, realizamos dois trabalhos de campo na área de pesquisa, mediante os contatos que fiz anteriormente com os produtores rurais. Neste momento, as conversas com técnicos das subprefeituras da Capela do Socorro e de Parelheiros, mas principalmente da Secretaria do Verde e do meio ambiente, tornaram-se mais presentes.

Quanto a esses dois campos, gravei as falas dos produtores rurais. Neste momento, queríamos mostrar aos alunos do curso de graduação de Geografia a diversidade produtiva na região e como esses produtores estavam por meio de atividades agrícolas e não-agrícolas buscando sua reprodução enquanto sujeitos sociais.

Foi no decorrer desses dois dias de campo que comecei a montar um acervo fotográfico da região; até então haviam sido feitas poucas fotografias, e estava trabalhando com fonte de terceiros.

Esses campos revelaram-se como importante base de informação, ao ter na voz dos sujeitos visitados e entrevistados uma explanação sumária dos dilemas enfrentados e da vinculação desses sujeitos ao lugar. E, como foi possível ter histórias diferentes, mesmo tendo escolhido perfis de visitas semelhantes no que tange a serem produtores agrícolas, mas elucidando diferentes formas de produção.

Com esse intuito, no segundo semestre de 2006, deu-se início então a essa nova etapa da pesquisa. Com a colaboração dos alunos de graduação em Geografia da disciplina Trabalho de Campo em Geografia I e de Geografia Agrária II,

realizamos, nos meses de outubro e novembro, seis trabalhos de campos abrangendo dois turnos, manhã e tarde.

Os campos realizados tinham como objetivo obter uma primeira entrevista da história de vida dos produtores rurais na metrópole paulistana. E, assim, foi realizada em torno de cento e trinta entrevistas, envolvendo a diversidade produtiva, as mais variadas formas de trabalho, as diferentes formas de comercialização e de propriedade de terra. No decorrer dos anos de 2007 e esse início de 2008, retomamos a campo, visitando novamente algumas famílias e para melhor acompanhar os programas da Secretaria do Verde e Meio Ambiente da prefeitura Municipal de São Paulo que estão sendo implantados nas Áreas de Proteção Ambiental.

Após a análise dessas entrevistas, algumas por problemas técnicos de gravação, outras, por conterem poucas informações ou informações desconstruídas, foram descartadas e, a partir daí, catalogadas 104 entrevistas. E esse configura-se o universo estatístico que discutiremos no decorrer do texto e por onde será possível comprovar e confrontar teorias e acima de tudo ressaltar a real importância das propriedades rurais e seus sujeitos como forma viável e necessária nessa fronteira – a urbana, social e econômica.

Nesse sentido, este trabalho tem como proposta principal analisar as transformações presentes no processo de resistência do modo de vida camponês² no espaço rural da metrópole, dando destaque à atividade agrícola. Essa atividade foi determinante para a história de São Paulo e para as famílias de imigrantes, e é resultante de um processo de colonização voltado para a produção e o abastecimento de gêneros alimentícios para a população citadina, encampado na década de 1830, e que é latente nos dias de hoje. Isso contraria toda uma lógica da metrópole urbana desprovida de espaços rurais – por meio da hereditariedade

² Para Marques (1994) “Modo de vida camponês é formado por um conjunto de relações familiares e de vizinhança, formadas de organização da produção imediata, condições materiais de vida e de trabalho, relações políticas e religiosas. Tais relações se apóiam num conjunto de valores que lhes dá sentido” (MARQUES, 1994; 6).

da terra e dos costumes desses agricultores que travam um embate cotidiano com o processo de urbanização.

Como um dos objetivos específicos, coloca-se discutir a reprodução da atividade agrícola, com referência a dados quantitativos e qualitativos relativos à manutenção desses agricultores diante da problemática urbana.

O estudo deste espaço rural que, num processo desenfreado de industrialização, urbanizou-se, pode ser visto como resíduo, resistência ou transformação. Assim, se coloca um segundo objetivo específico o de interpretar os sujeitos de origem rural que se transformaram em sujeitos constituintes de uma sociedade marginalizada. Buscando nas referências históricas o entendimento para permanência desses agricultores e da atividade agrícola que, embora esteja inserida no maior centro demandante de alimentos do Brasil, tem apresentado índices de decréscimo nos últimos censos agropecuários.

Como um terceiro objetivo específico, coloca-se analisar a forma como se dá a espacialização da produção até consumidor, descortinando os desafios para atividade diante das transformações cotidianas da população.

A comercialização dos produtos agrícolas no município de São Paulo acompanhou as fases de expansão da cidade, da Ladeira Porto Geral no século XVIII, passando pelo Mercado da Cantareira (Mercado Municipal) no início do século XIX e ao CEASA, na segunda metade do século XX, chegando na inserção da comercialização direta com as redes de hipermercados já no final do século XX.

Na atualidade, são múltiplas as formas de comercialização utilizadas pelos produtores rurais da metrópole.

A comercialização constitui-se em um de tantos dilemas enfrentados pelos produtores rurais do município de São Paulo. No sentido da superação desses dilemas pelos agricultores, coloca-se o quarto objetivo específico, o de debater as razões, os motivos dos pequenos produtores rurais para continuar na atividade agrícola nesse espaço densamente urbanizado.

Pretende-se, portanto, que esse estudo possa trazer luz para a discussão e conceituação do rural e do urbano, embasado em revisões teóricas e na apreensão de elementos constitutivos da vida dos principais agentes: os agricultores de um rural que não existe aos olhos institucionais.

A literatura brasileira tem buscado, por meio de diferentes matizes, e principalmente valendo-se dos clássicos dos estudos rurais brasileiros, e por diferentes estudos realizados na comunidade Européia e Americana, encontrar possíveis entendimentos para a realidade atual do espaço rural e agrário brasileiro.

Ao optarmos pelo estudo do espaço rural metropolizado³, o que está envolto e entremeado pelas determinações do urbano e da cidade, se fez necessário a análise de diferentes bibliografias, visando trazer luz para a realidade concreta em estudo.

As cidades no Brasil, por sua vez, sofrem com os impactos dessas transformações, seja positiva ou negativamente, sobretudo as grandes cidades, as mais industrializadas. E, neste caso, São Paulo tornou-se esponente máximo nesse longo histórico processo.

Nesse sentido, foi necessário um acompanhamento histórico da ocupação e da origem rural e agrária da área de estudo. Passando por uma caracterização do processo de metropolização que influencia diretamente a produção rural e agrícola, outrora de forma mais negativa e, na atualidade, proporcionando pontos

³ Para Lencione (2004) Uma observação é importante: nem a concepção de homogeneização e fragmentação dos espaços, nem a de espaços metropolizados e espaços não metropolizados podem ser compreendidos como pares antagônicos de processos. No primeiro caso, pode-se relacionar que há uma descontinuidade absoluta entre espaços homogêneos e espaços diferentes, quando a descontinuidade entre eles é, em geral, apenas tênue. Também, por que os espaços interpretados como homogêneos não são inteiramente homogêneos, pois apresentam diferenciações internas e os espaços fragmentados não apresentam singularidades tão absolutas assim. No segundo caso, os espaços metropolizados e os espaços não metropolizados não são, cada um deles, absolutos, podendo no interior dos espaços metropolizados haver espaços não metropolizados e vice-versa. (LENCIONE, 2004; 74- 75).

positivos, como as possibilidades de produção de culturas diferenciadas para atender uma demanda mais qualificada.

Transformações nas formas de produção agrícola, gerando desenvolvimento, estagnação e subordinação a diferentes áreas são inerentes do processo capitalista que se alimenta dessas disparidades para sua reprodução.

Como não se tem um caminho traçado capaz de conter explicações suficientes para a realidade pesquisada, buscamos pelo olhar de diferentes teorias e intelectuais encontrar por meio de suas conclusões, caminhos que nos orientem nessa discussão teórica a partir do empírico dos campos realizados.

No primeiro capítulo, busca-se uma exploração da história rural paulistana, da ocupação por meio das atividades agrícolas, na evolução dos aglomerados à metrópole, assim como a inserção dos sujeitos sociais que deram forma à história da agricultura na atual porção sul do município de São Paulo.

No segundo capítulo, a ênfase recai sobre a diversidade produtiva, bem como a relação com a metrópole paulistana que vai determinando alterações de cultivos, em que se buscou o entendimento de como os produtores rurais foram se adequando a essas novas atividades e novos cultivos. Alterações essas que partem da metrópole, do consumidor para o produtor rural.

No terceiro capítulo, introduziram-se a voz dos produtores rurais, os dilemas que circundam o embate entre o espaço rural e a aglomeração urbana, a superação dos obstáculos as estratégias, os anseios por dias melhores, por uma valorização do agricultor e a manutenção da atividade agrícola no município de São Paulo.

CAPÍTULO I

O rural e o urbano na porção sul do município de São Paulo

O desenvolvimento do modo capitalista de produção trouxe consigo o desenvolvimento e a expansão do urbano, o urbano tornou-se, assim maior que a cidade e que o campo, tornou-se sua síntese contraditória. Mas essa síntese contraditória não eliminou a cidade nem o campo. As suas relações tornaram-se mais complexas. Um não pode ser entendido sem o outro (OLIVEIRA, 2004; 44).

As relações cidade-campo na área metropolitana paulistana alteraram-se radicalmente a partir da década de 1950, configurando-se em novas formas espaciais. A agricultura que se encontra presente hoje está no meio do caminho entre campo-cidade, resistindo às intensas transformações estruturais. No início do século 21, a região mais urbanizada do Brasil apresenta um espaço rural e uma agricultura ativa, valorizando e questionando a tese de que em áreas densamente urbanizadas tendem a ocorrer a eliminação da produção agrícola.

Pensar essas transformações e a evolução da urbanização diante da diminuição da produção agrícola, da redução das áreas, da resistência desses agricultores e do número de propriedades rurais no processo histórico da metrópole — que se voltou para as atividades urbanas, em detrimento das rurais — é dar visibilidade ao movimento da agricultura diante da problemática urbana, vislumbrando as atividades rurais como objeto em transformação.

Nesse processo, as práticas agrícolas, as relações que as caracterizam como atividade econômica, dinâmica e competente, capaz de assegurar renda e trabalho para as famílias e para as localidades direta e indiretamente envolvidas, são partes integrantes de relações ligadas com o lugar, com as tradições e com a história agrícola de São Paulo que não se perderam com o passar dos anos e com a urbanização.

Identifica-se, por exemplo, a reprodução de relações tipicamente ligadas ao mundo rural, que persistem nas atividades e no modo de vida de famílias que residem na área metropolitana.

Por si só, a metrópole tem uma dinâmica própria, objeto de amplas contradições e análises. Com seus aproximadamente 11 milhões de habitantes, em sua maioria absoluta residente em áreas densamente urbanizadas, apresenta uma expressiva

área rural que, também, é ativa, em que proprietários, arrendatários e meeiros desenvolvem atividades agrícolas em uma paisagem que, no mínimo, é contrastante. Esse contraste é presenciado, sobretudo por se tratar da metrópole comercial, industrial, centro de negócios por excelência.

Avançar na identificação das relações de produção, nos elementos de identificação comum, nos que diferenciam esses sujeitos e nas formas de exploração da terra são elementos fundamentais para entendermos a problemática por que passa a agricultura nessas áreas densamente urbanizadas que sofrem com a concorrência do setor imobiliário e com a falta de assistência institucional.

As relações que envolvem a produção agrícola no espaço paulistano apresentam relativa importância para o conhecimento do real estado da estrutura agrária e dos agricultores, compreendendo o nível da produção, limitação e o desenvolvimento das classes, camadas sociais e suas contradições. Ademais, constitui um atrativo problema em torno do qual surgem enfoques e conceituações acerca do rural e do urbano, tornando-se pontos de divergência por diferentes pesquisadores.

Nesse sentido, São Paulo é um *locus* privilegiado de estudo, pois apresenta a mais densa área urbana do País, assim como uma forte interação entre campo e cidade. O espaço rural mescla-se, incorpora-se ao urbano sem que com isso transforme-se integralmente, apresentando, nesse sentido diversificadas formas de uso de seu espaço.

1. 1 - Contribuições históricas e metodológicas na leitura do rural e do urbano na porção sul do município de São Paulo.

O espaço rural no município de São Paulo é fortemente ocupado por atividades não-agrícolas que constituem uma forma de especulação imobiliária, com atividades voltadas ao lazer de cunho apelativo ao contraste da agitação da cidade.

Coloca-se a real questão acerca das atividades agrícolas e das propriedades rurais da metrópole de São Paulo face às transformações oriundas do processo de urbanização da zona rural. Prejudicada, em alguns casos, a produção agrícola, em locais onde há transformação de áreas agricultáveis em lotes urbanos, sem planejamento, pois além de esses loteamentos desestimularem a agricultura, perdendo terreno para a edificação, consomem assim as poucas áreas verdes e de preservação que ainda restam.

Promover o desenvolvimento rural e condições necessárias para a agricultura nessa área metropolizada esta além da espontaneidade e da dinâmica dos mercados, mas na elaboração de políticas capazes de promovê-las e salvaguardá-las. A promoção para o desenvolvimento como aponta Alentejano (2003; 1) tem que ser vista em sua “geograficidade”: *“o desenvolvimento não é possível de ser deslocado de sua base espacial, assim como não pode ser compreendido sem levar em conta o momento histórico e os processos que o engendram”*.

Considera-se a relevância do estudo pela complexidade em que se apresenta esse espaço de relações entre proprietários rurais e atividades agrícolas na aglomeração mais rica da federação, realizando um mútuo processo de troca de longa duração com a urbanização. Mesmo assim é dinâmica e contraditória por excluir e manter a produção agrícola.

O espaço agrícola brasileiro apresentou, no decorrer de sua formação, um complexo processo de transformação, com intensa diversificação nas formas de organização social e produtiva. O ascendente índice de urbanização, principalmente na metrópole de São Paulo, nos apresenta a pertinência da indagação desse espaço, que fora foco privilegiado das principais ações envolvendo agricultura, industrialização e urbanização no Brasil.

Hoje, as principais áreas de agricultura estão localizadas na porção sul do município, área compreendida principalmente pela bacia hidrográfica do Capivari-Monos e parte das bacias Guarapiranga e Billings, *“região de enorme importância ambiental, concentrando os mais expressivos remanescentes de Mata Atlântica da*

região metropolitana de São Paulo” (Prefeitura de São Paulo, s.d.; 10). Pelo mapa 1, de localização da área de estudo, encontra-se em destaque os três distritos onde estão localizadas as pequenas propriedades rurais que estudamos. Essas áreas vêm sendo cada vez mais tomadas pela expansão urbana, e, em consequência, ocorre uma acentuada queda das atividades agrícolas.

A agricultura na Zona Sul compreende as áreas das subprefeituras de Parelheiros e Capela do Socorro, em destaque no mapa 1, abrangendo 25.000 hectares, em boa parte protegida pela legislação estadual de proteção dos mananciais, ocupando a bacia hidrográfica do Capivari-Monos e parte das bacias Guarapiranga e Billings, em uma área com loteamentos irregulares e precários, predominantemente rurais (Atlas Ambiental, 2002).

As áreas agrícolas, diagnosticadas pela casa da agricultura ecológica⁴, estão concentradas nos bairros de Gramado e Ponte Alta, onde estão as terras mais planas, nas bordas da Cratera da Colônia⁵, em torno da planície aluvial e também na Barragem Billings. Observa-se, nessas localidades, uma exploração agrícola de maior escala, pois, além da horticultura, há floricultura com maior representatividade em termos financeiros, bem como culturas anuais como as do milho, e do feijão (Prefeitura de São Paulo, s.d.; 10).

⁴ A Casa de Agricultura Ecológica "José Umberto Macedo Siqueira" foi criada, em 2004, com objetivo de dar assistência aos agricultores da região, apoiando a produção, a organização dos agricultores e a comercialização dos produtos. Funciona também como sede do conselho gestor da área de proteção ambiental (APA) Capivari-Monos. (Informação extraída do sítio www.prefeitura.sp.gov.br, no dia 26/06/2004). A orientação técnica aos agricultores é oferecida gratuitamente em cursos quinzenais de temática variada, tais como: controle natural de pragas, compotas, geléias, compostagem, entre outros. A Casa de Agricultura Ecológica "José Umberto Macedo Siqueira" leva esse nome em homenagem ao agricultor da região de Marsilac que, por muitos anos, lutou pela viabilização de um centro de apoio para as atividades agrícolas da Zona Sul, resultando de seus esforços a criação da casa da Agricultura ecológica. Ele faleceu em maio de 2004.

⁵ Conhecida, assim, por se situar na antiga estrada da colônia, que leva o nome de Cratera Vargem Grande, situando-se no bairro de mesmo nome na Zona Sul de São Paulo. Cratera, pois foi alvo de um choque provavelmente há mais ou menos 36 milhões de anos de um corpo celeste. Essa cratera, com 3,6 quilômetros de diâmetro, abriga uma densa população e também um significativo número de propriedades rurais nos arredores.

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Projeção UTM datum Córrego Alegre 23K

Cartografia: geógr^a Rodrigo Martins dos Santos
Fonte: Mapinfo e PMSP(SVMA) - 2007

MAPA 01

A agricultura é predominantemente praticada pelos próprios proprietários da terra em torno de 85% de um extrato de 146 entrevistados, conforme levantamento disponível para análise nas subprefeituras da Zona Sul (Capela do Socorro e Parelheiros). Essas pequenas propriedades estão entre 2,0 e 9,9 hectares, num percentual de 56% do total. O trabalho é preferencialmente familiar, num expoente acima dos 80%. Famílias estas representadas por descendentes de japoneses, alemães, italianos, portugueses e demais imigrantes, internos ou externos ao Brasil, pertencentes à quarta ou sexta geração, configurando aí a hereditariedade da terra. É visível o problema do envelhecimento da população rural nessas áreas, o que tem acarretado, de um lado, o abandono da atividade agrícola e, por outro, há entre os arrendatários a necessidade por uma parcela maior de terras para o cultivo e busca por mão-de-obra (COELHO, 1993).

A região em destaque, atualmente, passa por um processo de ocupação e transformação bastante complexo, marcado por profundos contrastes econômicos, sociais e culturais. Na história dessa região, o grupo de agricultura⁶ que a pesquisou caracterizou-a como caminho de ligação nos períodos pré-colonial e colonial entre a baixada litorânea e o planalto paulistano, registrado na literatura histórica por Benedito Calixto, em 1902⁷.

A região de Santo Amaro, na época, que hoje compreende a área de estudo em questão — a porção sul do município de São Paulo —, expandiu-se a partir da segunda metade do século XIX, quando a expansão urbana começou a se aproximar dos núcleos rurais que a circundavam. Essa região denominada de Província de Santo Amaro, em 1832, é elevada à categoria de vila, *“caracterizando-se como uma localidade estritamente rural e tendo na agricultura sua principal atividade econômica”*. Em 1836, com iniciativa de introduzir o trabalho livre na produção agrícola, o rei ordena a instalação de imigrantes alemães nessa região (Prefeitura de São Paulo, s.d.; 8).

⁶ GT - Agricultura; que confeccionou o Diagnóstico para criação da APA Capivari – Monos.

⁷ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, III, p. 488/505, citado pela antropóloga Maria Inês Ladeira e constante nos estudos do grupo de trabalho sobre a agricultura na zona sul.

No período colonial, a formação da sociedade paulistana *"estava ligada ao processo de transformação de um sertão inculto em núcleos populacionais razoavelmente estáveis, processo acompanhado pela evolução da escravidão indígena"*. O limite do povoamento se deu ao longo do século XVIII, quando se organizaram novas comunidades de colonização européia. *"A expansão territorial na capitania, portanto, deu-se em função do acesso pleno a terras e mão-de-obra abundantes (...), sobre uma ampla base de mão-de-obra indígena"* (MONTEIRO, 1994; 189).

Penteado (1958) ressalta, para esse período, a presença de subúrbios agrícolas e residências que ocupavam quase todos os quadrantes da capital de São Paulo, estendendo-se aos limites do município, destacando a complexidade alimentada pela coexistência de uma agricultura com áreas residenciais, um traço que era comum do *'habitat'* rural na presença de modestos aglomerados urbanos.

(...) ora, enfim, predominantemente residencial, como acontece na região da Cantareira. Mas há um traço que lhe é comum: é a sensível dispersão do "habitat" rural, no meio da qual se registra a presença de modestos aglomerados urbanos, salvo na área sentetional, onde a região da Cantareira, sob certos aspectos, nada mais é do que uma simples continuação da Cidade de São Paulo, e no prolongamento meridional de Santo Amaro (PENTEADO, 1958; 37-38).

As colocações de Penteado (1958) vem no encontro da análise de Azevedo (1958), ao destacar a paisagem agrária, que era constituída de pequenas aglomerações urbanas entremeadas por sítios rurais.

No início dos anos de 1900, muitos fazendeiros do interior de São Paulo dedicavam-se a atividades industriais, com a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Demonstrados nos trabalhos de Costa (1958) e de Martins (2004), ocorreram maiores volumes de transações comerciais na cidade de São Paulo, o que contribuiu para a acumulação de capitais na agricultura fundamental ao desenvolvimento da atividade industrial. Nesse sentido, Martins diz:

a abolição da escravatura não somente tornou possível o uso racional da força de trabalho, mas liberou o fazendeiro, ao mesmo tempo, da imobilização de capital na compra de escravos. Essa

liberação de capital teria sido um dos primeiros fatores na acumulação relacionada com a indústria brasileira (MARTINS, 2004; 109).

Com isso, muitos dos fazendeiros mudaram-se para São Paulo em busca de uma cultura urbana em formação, aliando-se em parte a um prévio conhecimento comercial adquirido com as exportações do café. Com capital, ingressam em novos negócios, como bancos, ferrovias, comércio imobiliário, nas funções de diretores e de acionistas de empresas, dentre outras.

Martins (2004) observa que é significativo que, nesse período, o resultado dessas transformações sociais e das relações econômicas promoveu uma ruptura e transformações estruturais, dando o incremento inicial à industrialização. Há de se considerar que ocorreu uma expansão da atividade comercial e industrial, já existente em pequena escala na província de São Paulo. Assim, configurando no início do século XX, a significativa alteração na escala de produção industrial propiciou a substituição das indústrias domésticas e artesanais em indústrias escalonadas.

A história da agricultura, no município de São Paulo, apresenta situações reais, presente nessa sociedade que transita entre o tradicional e o moderno, que convive com avanços tecnológicos, mas não tem acesso a eles, que convive em comunidades com mais recursos e outras desafortunadas sem condições mínimas de se reproduzirem e de produzir, mas que mesmo assim perpetuam a tradição e a campesinidade diante das adversidades postas pela industrialização, abertura do mercado para o comércio internacional, pondo à margem desses processos modernizantes àqueles que produzem também os alimentos de subsistência⁸.

Temos, assim, no município de São Paulo, o rural e o urbano; a cidade e o campo; o agrícola e o industrial, presente em seu cotidiano, visíveis em seu espaço físico e perceptível nas organizações, principalmente as comerciais, caracterizando-se como a metrópole dos negócios.

⁸ Subsistência, entendida aqui como a produção de alimentos destinados para alimentação, ou seja, mandioca, milho, batata, hortaliças, moranga, abóbora, feijão, arroz etc.

Oliveira (1999) nos apresenta uma leitura da metrópole urbana com o advento do capitalismo, especificamente resultante do capitalismo industrial, mas fortemente ligada às questões agrícolas, em que pese a *“forte concentração industrial e metropolitana”*, que *“articula hoje praticamente toda a produção agrícola brasileira”*. São Paulo é, então, o principal centro de comercialização de produtos agrícolas, contando com a Bolsa de Mercadorias e Futuros, atualmente no mercado de *commodities*, a Bolsa de Cereais, possuindo a principal unidade de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros do País, a Companhia de Entrepósitos e Armazéns do Estado de São Paulo, a CEAGESP (OLIVEIRA, 1999; 94-95).

Com a aglomeração adquirindo funções voltadas ao comércio, aos negócios novos, agentes se instalam, o consumo do espaço se torna cada vez mais necessário e mais abrangente em termos de fronteiras habitacionais, valorizando a terra e, em consequência, há uma redução das atividades e das funções antes desempenhadas por esse espaço, sobretudo a produção agrícola.

Seabra (1971), referindo-se às transformações do uso do solo, de uma paisagem campestre para se constituir em paisagem edificada, aponta para penetração da especulação imobiliária como fator importante que ocasiona *“a expulsão das atividades horticolas pela expansão da cidade, a melhoria geral da circulação, o crescimento do mercado tem possibilitado a ocupação de planícies mais afastadas da cidade”* (SEABRA, 1971; 22).

Na década de 1960, as áreas de planícies já estavam *“ocupadas pelo fato urbano”*, conforme indica Seabra (1971, 23), tendo como referência a pouca importância da agricultura em porções de solo de melhor qualidade, levando as atividades agrícolas para mais distante da cidade, concentrando em porções de solos menos favoráveis como várzeas e baixas encostas, visto que *“a especulação imobiliária é um processo que acompanha os arredores mais ou menos imediatos da cidade de São Paulo desde praticamente o fim do século passado, quando o organismo urbano começou a crescer bruscamente”* (SEABRA, 1971; 216).

Seabra vai ainda acrescentar que o processo especulativo interessa em momentos distintos a interesses e a áreas diferenciadas, podendo ocorrer assim a procura para loteamentos, para chácaras de lazer, sítios de recreio e também para moradia urbana em espaços de produção do campo, o que, segundo o autor, não esconde o aspecto especulativo que vai desestruturando o setor produtivo rural, em geral relativo ao processo de industrialização e urbanização, ressaltado, também, por Singer (1977) e Monbeig (2004), principalmente a partir da década de 1930, acarretando progressivamente em maior ou menor descapitalização de vários setores da economia ligados à exploração agrícola (SEABRA, 1971).

O aparecimento de funções ligadas ao urbano para o espaço, então agrícola, cria novas denominações com essas transformações, com a chegada de novos sujeitos e empreendimentos econômicos. Configurando-se em vários problemas, e para Barrère (1988), o principal deles está na propriedade territorial, nessa transição entre o rural e urbano, nos chamados espaços periurbanos.

A expansão longínqua das cidades vai unida essencialmente à generalização dos transportes públicos rápidos de grande capacidade (...) O recurso econômico dos recém chegados ao mundo rural é muito escasso, sobretudo com o desenvolvimento dos hipermercados na primeira camada urbana. Se por acaso, pode se observar a utilização dos rurais para certas tarefas como: manutenção de jardins, vigilância dos casarões, babás, etc. (BARRERÉ, 1988; 60-61)⁹.

Para Barrère (1988), o desenvolvimento de periferias rechaçadas toma tamanha proporção que estudiosos sentem a necessidade de criar novos vocábulos, além de esse movimento de periurbanização, que segue em grande parte rural, se traduzir em modificações radicais na população em contato com modos de vida diferentes de configuração em fontes inevitáveis de conflitos.

⁹ La expansión lejana de las ciudades, va unida esencialmente a la generalización de los transportes públicos rápidos de gran capacidad (...) El recurso económico de los recién llegados al mundo rural es muy escaso, sobre todo con el desarrollo de los hipermercados en la primera carona urbana. A lo sumo se puede observar la utilización de los rurales, para ciertas tares: conservación de jardines, vigilancia de las mansiones, niñeras etc. (BARRERÉ, 1988; 60-61)

Se nos situarmos na ótica rural, esta urbanização destruidora se chama rururbanização, e depois, mais geralmente, periurbanização> se nos colocarmos desde um ponto de vista urbano, fala-se de exurbanização ou de contra-urbanização, sublinhando a diferença fundamental com a primeira fase de suburbanização (...) (BARRERÉ, 1988; 61)¹⁰.

O rápido avanço do meio urbano principalmente na Europa e em outras metrópoles da América e da Ásia tem obrigado os governos a criarem investimentos de recursos e atuações que venham “salvar o rural”, incluindo casos em que as funções rurais já desapareceram no processo de periurbanização e, nesse caso, se questiona se existe espaço verdadeiramente rural (BARRÈRE, 1998; 63).

A respeito de uma possível estagnação do crescimento da mancha urbana, garantindo aos proprietários rurais a produção agrícola, destaca-se o caso dos Estados Unidos onde existe uma regulamentação, cuja fiscalização garante a proteção às terras agrícolas. No Japão, a lei agrícola de produção dos camponeses, de 1945, foi posteriormente complementada por leis que controlam o uso das terras, favorecendo a agricultura em zonas de urbanização restrita.

O setor agrícola que, em países subdesenvolvidos, como, no caso, o Brasil, foi num primeiro momento um motor importante e gerador de crescimento econômico, passando num segundo momento a uma submissão por conta de não ser prioritário em relação aos demais setores da economia.

A esse segundo momento determinado à agricultura, Azevedo (1958) discorre sobre a necessidade, já no início do século XIX, de uma agricultura para o abastecimento da cidade de São Paulo, apontando para a importância do abastecimento de gêneros alimentícios para a capital paulista. A existência de três milhões de paulistanos que consumiam cifras consideráveis de grãos, carne e

¹⁰ Si nos situamos en la óptica rural esta urbanización destructora se llama rururbanización, y luego más generalmente periurbanización: si nos colocamos desde um punto de vista urbano, se habla de exurbanización o de contraurbanización, subrayando la diferencia fundamental con la primera fase de suburbanización (...) (BARRERÉ, 1988; 61)

derivados alertava para a necessidade de uma produção próxima e que se destinasse a essa população que crescia.

Azevedo ressaltava a importância da agricultura como paisagem particular e como atividade principal em determinadas áreas da cidade, no cultivo de hortaliças, frutas, flores, destacando a presença de imigrantes japoneses, portugueses e alemães, a partir de suas instalações por volta de 1922, impulsionados por organizações cooperativadas (AZEVEDO, 1958).

A partir da década de 1950, há uma “implosão da cidade” como aponta Seabra (2000; 11), *“na medida em que a cidade abrigava os circuitos de uma economia mercantil, passava também a ser um lugar da reprodução capitalista”*.

Oliveira acrescenta que *“o rápido crescimento urbano que vai marcar os últimos 50 anos da metrópole paulista vai ser responsável pela transformação gradativa da terra rural em terra urbana”* e que este *“crescimento urbano de São Paulo transformou a cidade em metrópole e as áreas rurais dos chamados subúrbios rurais em loteamentos urbanos”* (OLIVEIRA, 2004; 149).

Loteamentos, conjuntos habitacionais, especulação imobiliária, como apontava Seabra (1971), empurram a produção hortifrutícola para além dos limites do município em algumas regiões, mas na Zona Sul resistem mesmo assim, o que para alguns pesquisadores chama de ilhas de produção agrícola, como o caso de Parelheiros, Marsilac, Grajaú e outras localidades que permanecem com produção agrícola mesmo sofrendo a presença da expansão urbana dos loteamentos clandestinos.

No início da década de 1960, Seabra (1971; 9) destacava um dinamismo nas atividades hortifrutigranjeiras, dizendo que estas não estavam estagnadas em seu todo e que ainda ocupavam algumas áreas tradicionais, apontando para o surgimento de chácaras de lazer. Petrone (1995) apontava para o fim da agricultura nos arredores de São Paulo, conseqüentemente não existiria mais produção agrícola na metrópole. Tendo como referência o tempo ao qual fala:

O mundo caipira dos arredores de São Paulo praticamente já está se tornando fato do passado. Com seu incomum crescimento nos

últimos 25 anos, a cidade de São Paulo incorporou núcleos próximos (...). O cinturão caipira, inclusive os seus sertões, tornou-se rápida área pioneira do espaço urbano paulistano. Rapidamente muitas de suas áreas perderam também esse caráter, urbanizaram-se por inteiro (PETRONE, 1995; 378).

Petrone (1995) continua afirmando que o mundo caipira rural foi submerso pela massa da população cosmopolita, que o aglomerado transbordou para todas as direções. Aponta o sertão de Santo Amaro como uma das frentes mais vivas da expansão do espaço urbano, permanecendo livres da urbanização as áreas ocupadas pelas águas das represas. “*O sertão de Santo Amaro é atualmente uma das frentes mais vivas da expansão do espaço urbano, que se esgueira pelas áreas deixadas livres pelas águas das represas*”; (...) (PETRONE, 1995; 378).

Em referência às afirmações, Oliveira (2004) aponta “*os estudos de Seabra (1971 e 1977) como prova cabal da visão de Petrone*”. Assim como outros estudos este, de Petrone(1995) também aponta para a direção de uma urbanização totalizadora da metrópole.

Blume (2004) busca os conceitos de rural, ao estudar “*Território e Ruralidade*”, valendo-se principalmente do apanhado conceitual da sociologia rural, que traz uma concepção além do senso comum de classificação, de forma que as representações perpassem as investigações acadêmicas pela investigação empírica e nos diz:

Para o meio acadêmico, o rural é concebido através de terminologias, noções e conceitos que se propõem a abstrair da melhor forma a pertinência deste, como um objeto empírico de análise, em observância ao contexto em que se inserem as relações. Tal modo faz com que o rural figure associado a correntes teóricas, donde através de uma leitura científica, procura-se deduzir explicações empíricas como forma de apreender cientificamente as relações materiais e históricas que o caracterizam como espaço (BLUME, 2004; 18).

O fim do rural visto como eminente, uma vez que não há como fugir da urbanização, na sociedade moderna, dentro de uma concepção da ideologia urbano-industrial. No entanto tal compreensão não se confirma ao observar uma

retomada no sentido da revalorização enquanto nos estudos e nas funções agrícolas do espaço rural.

Em geral, é possível observar o rural como desenvolvimento de novas atividades, talvez nem tão novas, mas que ganham uma maior dimensão, seja por intermédio da academia por meio da mídia e de órgãos como EMATER, secretarias municipais e o agrícola, como uso de novas tecnologias.

Em São Paulo, o ‘fim’ do cinturão caipira e do tradicional caipira nas primeiras décadas do século XX e com a evolução dos subúrbios urbanos se projetava o fim da agricultura e do espaço rural, enquanto local de práticas de reprodução familiar, virou-se um século e as projeções de Petrone (1995) e de outros geógrafos como Azevedo (1958) e Seabra (1971) não se concretizaram de forma totalizadora, ainda que com todo o aumento demográfico que atinge a porção sul do município de São Paulo.

“O mundo caipira dos arredores de São Paulo praticamente já está se tornando um fato do passado. Como seu incomum crescimento nos últimos 25 anos, a Cidade de São Paulo incorporou núcleos mais próximos, inclusive antigos aldeamentos, a exemplo de Pinheiros e São Miguel, ou então estimulou o desenvolvimento dos demais, de forma a transformá-los, não raro radicalmente. O Cinturão Caipira, inclusive os sertões, tornou-se rápido área pioneira do espaço urbano paulistano. Rapidamente muitas de suas áreas perderam também esse caráter, urbanizando-se por inteiro. Na condição de área pioneira, tornou-se um cinturão de especulação imobiliária, o loteamento seu principal negócio. O processo de urbanização se verificou por intermédio do surgimento das vilas residenciais operárias, dos subúrbios residenciais de luxo, das zonas industriais, das áreas de recreio; multiplicaram-se ao mesmo tempo as chácaras de fim de semana”, (PETRONE, 1995; 378).

Além disso, em entrevista por nós realizada com Maria Lúcia Belenzzani, esta destaca a valorização e o debate das ruralidades, do espaço rural enquanto espaço de produção agrícola e de seus sujeitos, os agricultores, por intermédio da criação da Área de Proteção Ambiental que possibilitou a valorização do espaço como um todo, este que contrário às projeções do século passado e das omissões das administrações públicas mais recentes se reproduz.

...E aqui é uma região muito diferenciada, como vocês viram, a gente tem que criar políticas para essa região, porque as políticas públicas que têm, porque o enfoque da política pública da prefeitura, ele é para cidade inteira, então certas coisas que acontecem aqui eles não têm lugar na agenda, é muito recente o olhar da prefeitura para essa região, ele começou com a criação da área de proteção do Capivari-Monos e seu processo de criação porque até então ninguém trabalhava com a questão, não existe mata atlântica no município de São Paulo, existe uma organização social rural no município de São Paulo, existem agricultores no município de São Paulo era visto como uma coisa assim não, os agricultores tendem a desaparecer (Trecho da entrevista com a Engenheira Agrônoma da Secretaria Municipal do Verde e do Meio de São Paulo Maria Lúcia Bellenzzani, 2006. Entrevista realizada por Evandro Noro Fernandes em 12/04/2006)

Blume (2004) apresenta, em seu estudo - Território e Ruralidade: a desmistificação do fim do rural -, o debate em torno do rural e do urbano, sobretudo o que carrega o viés que acompanha o movimento de ascensão das cidades, busca pela importação de conceitos e, neste caso, a sociologia francesa e norte-americana ganham espaço, numa constante busca pela afirmação e negação; o rural, como resíduo, visto pela teoria do *continuum* presente no período de 1900 a 1950, com enfoques dicotômicos. Rural como agrícola na teoria do enfoque difusionista aí então a crise da sociologia rural período de 1950 a 1970; agricultura como enfoque político-econômico análise pluralista no período de 1970 ao atual.

Como apresenta Blume (2004) em uma revisão histórica dos estudos sobre o rural visto pelas duas escolas citadas acima e bem discutidas por Martins, (2004) e Abramovay, (2000).

Portanto, através deste rápido reconhecimento do significado do rural na sociologia norte-americana, observa-se que este foi apreendido através de três abordagens distintas. A primeira, considerada clássica, iniciou-se por volta de 1900 e estendeu-se até a meados de 1950, sendo que nesta, o rural, como problema empírico, é analisado pelos estudos voltados para a comunidade, através dos enfoques dicotômicos. Estes proporcionaram a origem da teoria do *continuum* rural-urbano, que levaram o rural a ser condicionado como um resíduo. O segundo período compreende de 1950 até meados de 1970, marcado pelo predomínio do enfoque difusionista e gerador da crise da 'rural sociology'. Neste, o rural torna-se sinônimo de agrícola. O terceiro período, que se

inicia em meados de 1970, estende-se até os dias atuais, é marcado pela sociologia da agricultura com enfoque político-econômico de análise pluralista. Esta perspectiva, até recentemente, relevava a importância do rural devido às críticas relacionadas ao caráter empírico deste, como objeto de pesquisa. Atualmente, porém, torna-se cada vez mais claro que o rural não se encontra restrito às práticas agrícolas, tanto que posturas críticas de alguns autores começaram a ser revistas (BLUME, 2004, 35).

O tema rural, a partir dessas correntes, foi pautado por intensos debates e nem sempre foi possível um consenso, pois a realidade nem sempre se reproduz da mesma forma em diferentes espaços. Assim, o que pode ser homogeneidade também pode ser ressaltado pela diferenciação. Aliado às dificuldades teóricas, o crescimento da urbanização e da precarização das relações sociais levaram a uma minimização do debate acerca do rural em favor, principalmente, do urbano e, em menor, grau ao estudo da agricultura.

Blume (2004) resume a retomada do tema rural fazendo um apanhado entre autores brasileiros que discutem os temas rural e urbano sobre óticas diferentes, proporcionando um debate pela abordagem do território, do *continuum* e das ruralidades.

A retomada do tema do rural surge associada a duas correntes distintas de pensamento, sendo que mais recentemente um novo posicionamento analítico também passa a despontar como uma alternativa aos estudos do rural. Como uma vertente, pode ser citado o debate promovido por Graziano da Silva sobre 'o novo rural brasileiro'. Este autor faz a leitura do rural baseado na perspectiva do *continuum* e sustenta que a urbanização do campo é iminente e irreversível. Como vertente oposta, podem-se destacar estudos sobre a nova ruralidade, como os de Maria de Nazareth Wanderley e Maria José Carneiro, onde temas de pesquisa que refletem dinâmicas sociais como a pluriatividade, reemergência de sociabilidades e identidades passam a questionar a idéia de subversão do rural às pressões do universo urbano. A terceira, e mais recente leitura têm enfoque territorial uma referência privilegiada para discutir os problemas do rural e da ruralidade. O estudo do rural pela abordagem territorial é proposto por José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay. As discussões promovidas por estas vertentes sintetizam o que pode ser considerado como 'o debate sobre a ruralidade brasileira', pois estas posições buscam manter a atualidade e a preferência da discussão sobre o rural no Brasil. (BLUME, 2004; 19).

Schneider (1997) aponta a divisão analítica da sociologia norte-americana em três momentos distintos: o primeiro é baseado na perspectiva dicotômica; o segundo que ocorre no auge do contexto da modernização agrícola, entende o rural como sinônimo de agrícola; já o terceiro é uma vertente da sociologia da agricultura. Nas colocações de Blume (2004), pode ser visto como *“diferenciado dos demais, pois o rural como tema perde a sua importância analítica sendo suplantado pela agricultura e pelo interesse com a estrutura agrária”* (BLUME, 2004; 29).

É nesse sentido que Queiroz (1958) desenvolve a crítica às pesquisas realizadas em países diferentes, envolvendo questões técnicas únicas e obtendo-se uma padronização a ser utilizada para o desenvolvimento rural e o urbano em diferentes sociedades, colocando as questões culturais à parte do processo histórico de cada local.

Carneiro (1998), em seu entendimento sobre a ruralidade, defende a posição quanto à concepção do *continuum* de que é necessário precisar as fronteiras entre o rural e o urbano. Aproxima-se de algumas premissas defendidas por Solari (1971) em relação à qualidade das relações sociais que se dão no rural e no urbano, o volume das comunidades e da mobilidade dentre outras defendidas por Solari.

A abordagem territorial, contida nos estudos recentes de Veiga, busca na valorização da territorialidade superar as perspectivas dicotômicas ou do *continuum*, remetendo o debate a questões mais pertinentes do que simplesmente precisar as características determinantes de um ou de outro, com fins de classificação do espaço em rural ou urbano.

Na interpretação de Blume (2004; 42), *“acredita-se que a abordagem territorial para o rural pode proporcionar uma valorização de importantes dimensões analíticas como os fundamentos ecológicos e econômicos que se encontram cingidas neste espaço”*. Veiga (1999) questiona a ligação de desenvolvimento à urbanização, acredita que áreas rurais podem desenvolver-se sem que com isso deixem de ser rurais, dessa forma está pondo em contradição a idéia do

continuum, devendo incorporar novas perspectivas de análise. E, assim, a abordagem territorial valoriza as dimensões espaciais.

Ao apontar para esse caminho, o da abordagem territorial e da valorização das dimensões espaciais para o rural, Veiga (1999) vai de encontro a outros trabalhos publicados, em que valoriza sobremaneira as questões demográficas para efeito de classificação de rural e de urbano. Neste caso, não parece ter o mesmo entendimento para os meios rural e urbano, como face de desenvolvimento nas destacadas questões econômicas e ecológicas:

O aumento da densidade demográfica nas zonas cinzentas – que deixam de ser propriamente rurais e que não chegam a ser propriamente urbanas – não significa que esteja desaparecendo a contradição material e histórica entre o fenômeno urbano e o fenômeno rural. Em termos econômicos e ecológicos, aprofundam-se, em vez de diluírem-se as diferenças entre esses dois modos de relacionamento da sociedade com a natureza. (VEIGA, 1999; 1316).

Separar o Campo da Cidade, pós-adensamento das cidades e as relações de troca que se estabelecem vai além dos conceitos de rural e de urbano, a complexidade dos espaços que metamorfoseiam não nos permite essa diferenciação de maneira tão descompromissada.

As transformações sociais ocasionadas pela passagem das sociedades rurais para a sociedade urbana trazem consigo uma unificação nas relações sociais, caracterizadas nas sociedades capitalistas desenvolvidas com o uso da técnica e da mecanização, impondo com isso a unificação da cultura.

As comunidades são transformadas com adventos associados à inovação, ao desenvolvimento e sempre com a valorização das cidades. A cidade de um lado foi sempre associada à idéia de centro de realizações, de saber, de comunicações e, por outro lado, o campo tem comumente sido tratado como lugar de atraso, ignorância e limitação. Compartilham desses adjetivos em suas obras autores como Williams (1990) e Débord (2002).

As fronteiras entre esses dois mundos, hoje tão tênues, que fogem de longe à antiga definição de que rural é o que se opõe ao urbano, devem levar em

consideração que o campo e a cidade são realidades históricas em transformação, tanto em si próprias quanto em suas inter-relações (WILLIAMS, 1990; 387).

Os critérios político-administrativos adotados para classificação dos municípios e utilizados pelo IBGE são no mínimo contraditórios em alguns casos por apresentar determinadas características, tornando-se urbanos, em muitos casos sem os serviços básicos que a população necessita. *"Não é feita qualquer referência às funções peculiares dos diferentes aglomerados que constituem em fator fundamental na diferenciação entre o espaço rural e o espaço urbano"* (MARQUES, 2002; 97).

Veiga (2002), em relação às definições legais utilizadas pelo IBGE, coloca que estas já estão ultrapassadas e não dão conta de explicar a realidade e, por esses critérios, a maioria dos municípios brasileiros não seriam urbanos. O IBGE classifica como urbanos municípios com uma população diminuta, em que não estão presentes os elementos básicos, pelo fato de, por definição, toda sede de distrito ser considerada urbana. Na concepção do autor seria mais adequada a classificação em aldeia, povoado ou vila.

Para a determinação defendida por Veiga (2002), um critério importante para a classificação seria a densidade demográfica. Nesse sentido, seriam urbanos os municípios que compõem as regiões metropolitanas do Brasil. Mas, se avaliarmos por esse critério, há a possibilidade de, mesmo nas grandes cidades, haver espaços utilizados com a agricultura, como no caso do município de São Paulo, e que estão sendo negligenciados pelo critério de diferenciação estatística populacional ao classificá-los como eminentemente urbanos.

Martins (1987), em suas observações, abstrai tendências de concepções que se apóiam na contraposição de rural e urbano, destacando que são *"(...) dois meios sociais distintos, apóia-se no contínuo rural/urbano, mas que ainda retém, de qualquer maneira, a polarização rural/urbano"*. E, incorporando a idéia do contínuo rural/urbano e da polarização *"tenta atravessar verticalmente o contínuo para reter a descontinuidade"* (MARTINS, 1987; 28).

Reforça-se a idéia de que as visões estereotipadas devem ser superadas, valorizando as análises de ambos, pois a interpretação dualista e dicotômica reforça o caráter dual de abordagem. Aponta para uma tarefa fundamentada no sentido de afirmar o uso do par rural/urbano na atualidade e definir o novo significado que este teria na atualidade.

Déborde (1987) aponta para a unificação do espaço a partir da produção capitalista, intensivo-extensivo de banalização, com extensão de fábricas de distribuição à dominação da auto-estrada, ao mesmo tempo em que templos de consumo são empurrados para mais distantes dos antigos centros, que também repelem à medida que se tornam centros secundários sobrecarregados.

Essa nova recomposição parcial da aglomeração remete ao que tem sido destacado por Martins (1987) em relação às análises de Solari (1971) do *contínuo* rural/urbano e da polarização, na organização técnica do consumo que está na dissolução da cidade.

Déborde (1987) salienta que a história econômica que outrora se desenvolveu em torno da oposição cidade-campo alcançou um estágio que anula ambos os termos.

A paralisia atual do desenvolvimento histórico total, em proveito apenas da busca do movimento independente da economia, faz do momento em que começam a desaparecer a cidade e o campo não a superação de sua cisão, mas sua destruição simultânea. O desgaste recíproco da cidade e do campo, produto da falha do movimento histórico pelo qual a realidade urbana existente deveria ser superada aparece nessa mistura eclética de elementos decompostos que recobre as zonas mais adiantadas da industrialização, (DÉBORD; 1997 p.115/116).

A análise fatalística feita por Déborde (1997) da destruição da cidade e do campo não se ampara no espaço rural do município de São Paulo. Embora haja uma precarização do *habitat* urbano e uma perda do modo de vida rural, há peculiaridades históricas de representações, características comumente encontradas no campo e que estão sendo cultivadas, como a relação com a terra, com os familiares e com a natureza.

Relações essas que não estão dissociadas das contidas no escopo da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que visam a valorização do território, e que permitam a compreensão das disparidades entre diferentes situações territoriais.

A idéia central é o território, mais que simples base física para relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além e seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico, (ABRAMOVAY, 2000; 385).

Se a reprodução das práticas agrícolas sofre alterações quanto à redução de área agricultável, vimos também, a incorporação de novas atividades visando à obtenção da reprodução da família tem sido uma alternativa. Com isso, não há uma destruição do camponês e de suas atividades de cultivo, há uma busca de acompanhar as transformações impostas pela metrópole, assim como destaca Woortmann (1990; 14), *“não encontramos, então, camponeses puros, mas uma campesinidade em graus distintos de articulação ambígua com a modernidade”*.

Nesse sentido, esses agricultores que estão no espaço rural do Município de São Paulo transitam em uma ordem econômica devido a situações externas. Mas, para alcançar essa ordem econômica, se valem de uma ordem moral e ética. Temos nesses agricultores uma *“apropriação individual em duas temporalidades internalizadas”*, uma maximização do pequeno agricultor, próximo do *Homo economicus*, numa visão teórica e uma ordenação moral e sagrada, mais perto de um *Homo moralis* (WOORTMANN, 1990; 18-19).

No contexto dinâmico em que se encontra a metrópole, o caminho que pode trazer luz para esclarecimentos pode estar em Haesbaert (2002) que, a partir de conceitos já desenvolvidos, propõe um conceito de território fundado na fusão de concepções e preconiza:

Território é produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados,

ora desconectados e contraditoriamente articulados (HAESBAERT, 2002; 121).

Os conceitos de Haesbaert (2002) apresentam uma síntese de outros conceitos, dando “*maior versatilidade ao conceito de território*”. Destaca-se o fato da definição de território estar mais próxima da realidade atual acerca das ruralidades que estão além do visível, do apelo ao rural como modo de vida saudável, refúgio ao estresse das cidades, mas por “*apreender diferentes contextos inerentes aos processos culturais e ambientais, e econômico-sociais*” (BLUME, 2004; 52).

O entendimento para a realidade estudada pode dar-se nesse sentido, em que conceitos se complementem sem a exclusão do todo, e das contradições conceituais, valorizando sobremaneira elementos que na visão dos sujeitos, os pequenos produtores rurais, são importantes, e também por estar diante de uma realidade específica de difícil enquadramento nas definições usualmente adotadas.

A história de vida dos sujeitos se apresenta como instrumento de estudo para o pesquisador como um campo social cheio de complexidades, “*de complexidade, intensidade, de linhas sólidas, de detalhes preciosos ou vagos, de temporalidades diferenciadas*”. Destaca que o pesquisador habituado ao estudo do “*social já catalogado em suas etiquetas explicativas, onde as determinações relativas ao econômico, ao sociológico, ao cultural, contêm os pressupostos sobre a natureza das relações sociais*” (FERNANDES, 1995; 148).

As histórias dos sujeitos que estão na fronteira urbana (TORRES, 2005), ao serem esmiuçadas, poderão contribuir para alcançarmos algumas respostas: acerca do debate da comercialização, da composição de redes e sistemas de produção; o contato com a cidade e a migração e a reprodução das famílias camponesas.

Famílias camponesas que, no decorrer do processo de transformação espacial por que passa a porção sul do município de São Paulo, foram incorporando diferentes culturas, passando pelo processo do uso do solo na forma das culturas caipiras para um processo de modernização nas culturas dos hortifrutigranjeiros com

intuito de abastecimento da cidade, às atuais configurações compostas pela diversidade produtiva e à preocupação com os problemas ambientais.

1. 2 – O movimento de relações rural – urbano: uma contextualização do processo histórico à atualidade:

Sérgio Buarque de Holanda (1979) indica que a sociedade colonial estava ligada a uma base rural e que a atual sociedade urbana não conseguiu se desvencilhar totalmente das estruturas rurais:

Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. É preciso considerar esse fato para se compreender exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje (HOLANDA, 1979; 41).

E que se “não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais” (Holanda, 1979; 41), que está presente ainda hoje, mesmo nas regiões mais urbanizadas do Brasil. Essas raízes rurais vão além dos traços culturais e das relações de troca entre campo e cidade, envolvendo relações de poder, de comércio e de complementaridades, refletidas nos espaços metamorfoseados pelas características urbanas e rurais.

A transformação da paisagem original no extremo sul do município de São Paulo teve início a partir do ingresso dos imigrantes europeus, em um primeiro momento, e de japoneses e outros a partir do século XIX.

Veremos na constituição histórica da ocupação da área de estudo, entendida no sentido [espacial/territorial] que engloba os distritos da porção sul do município de São Paulo nas quais, quando Martim Affonso de Souza ali chegou, já havia aldeias indígenas, inclusive com a presença de um português casado com uma indígena. No momento seguinte, as ocupações foram realizadas por meio dos

deslocamentos fomentados via governo. Esses emigrantes de tradição agrícola, no momento de chegada à aglomeração de São Paulo dispunham dessa porção para as práticas agrícolas.

A partir do adensamento da aglomeração, as migrações que continuaram a ocorrer possuem semelhanças com àquelas primeiras, ressaltando as peculiaridades: da origem anterior desses migrantes, das suas condições econômicas e, principalmente, da carência habitacional no município, ocasionando altos índices de ocupação irregular e de pobreza¹¹ de alguns bairros aí situados.

As afirmações de Sérgio Buarque, em relação a estrutura de nossa sociedade, relacionam-se de maneira geral ao contexto brasileiro, em um período que engloba outros tempos e modos de vida que, ainda, não estavam permeados tão intensamente pelo capital. Mas, esse olhar pode ser apreendido para lermos a realidade paulistana. Singer (1977) diz que, em geral, para todos os países periféricos e, em especial pelas semelhanças, nos países da América Latina a urbanização passou de sobressalto de uma cultura rural para a urbana. Os levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para a população, demonstram isso por meio dos números nas frações de tempo.

Sérgio Buarque (1979) afirma que nos primeiros momentos da colonização não se encontrou classes intermediárias capazes de realizar um elo entre os senhores de escravos, fazendeiros e os meios urbanos. Assim, desde o início, com Martim Afonso de Souza, depois com os padres jesuítas e, posteriormente, com a industrialização, o fator externo foi impondo o ritmo e as formas para os lugares.

A fundação de novos povoados a partir da Vila de São Vicente no processo de ocupação e colonização pelos portugueses resultou, em 1554, no povoado de São Paulo de Piratininga, a partir da construção da ‘casa de educação’, com intuito de catequizar os índios guaianás e com a celebração da primeira missa pelo padre José de Anchieta.

¹¹ Dados de pobreza dos bairros paulistanos em POCHMANN, 2002.

Anterior a essa ocupação, que culminou com a fundação do colégio jesuíta, já havia sido fundada por João Ramalho, português casado com a filha do cacique Tibiriçá, a aldeia guaianás, em Santo André da Borda do Campo que, em 1553, foi elevado à vila, por se tratar de um grande aldeamento. Com os rumores da chegada dos portugueses, Tibiriçá abandona Piratininga (Santo André da Borda do Campo) e desloca-se para o oeste, a uns 13 km aproximadamente e em companhia de muitos irmãos fundou o aldeamento de Ibirapuera (CALDEIRA, 1935; 50).

O governo português, ao decretar o pelourinho símbolo do poder e da justiça do Rei, decretou também o fim do aldeamento de Santo André da Borda do Campo em 1560, obrigando assim os habitantes a se transferirem para São Paulo, como forma de trazer para próximo dos padres jesuítas o líder João Ramalho, que por sua vez não nutria relações muito amistosas com a administração portuguesa. *“Foram, pois estas considerações políticas que deram origem aos primeiros afluxos de populações européias a São Paulo”* (MONBEIG, 2004; 25).

A formação social das populações paulistas está estreitamente ligada à primeira constituição dos povoados, dos cruzamentos entre índios e portugueses, em que os guaianás foram os primeiros a se estabelecerem no planalto paulista, de maneira que contribuíram diretamente para o influxo de sangue indígena nas populações paulistas. Além desses cruzamentos, muitos outros ocorreram, destacando os contornos que se impunham existentes no planalto paulista, do tipo de divisão das terras, gênero de agricultura, natureza da vida dos moradores, dentre outros, como destaca Ellis Junior (1944; 56).

O povoado de Santo Amaro progrediu, pois contava com um solo fértil e com jazidas de ferro e mais tarde foram descobertas jazidas de ouro, o que contribuiu para o rápido desenvolvimento e povoamento da região. Em 1651, a ‘capelinha’ transferiu-se para o local onde se encontra hoje a igreja matriz de Santo Amaro, devido à progressiva expansão do povoado em função do aumento da população de origem européia, perdendo o caráter de aldeamento indígena. E, em 14 de janeiro de 1686, criou-se a paróquia de Santo Amaro.

Em relação à fertilidade do solo, Monbeig (2004), em sua descrição de São Paulo, descreve as terras conhecidas como ‘campos de Piratininga’, terras essas próximas às imediações do então colégio jesuíta, de pouca fertilidade e mais propícias à pecuária do que aos cultivos, as quais, devido à altitude, possuía um clima hospitaleiro.

Na foto 1, vê-se a igreja matriz de Santo amaro em 1935, onde observa-se ainda nesse período uma situação mais pacata, diferentemente do que encontramos na atualidade, configurando-se, nos dias de hoje, uma área de grande circulação e num centro regional na zona sul do município

Em referência a Saint-Hilaire (1976), Monbeig (2004; 24) descreve a região, aos arredores do aglomerado no núcleo paulistano como um local onde “*podia-se plantar árvores frutíferas de Portugal,*

cultivar legumes e cereais europeus, como trigo e cevada. Isto constituía uma grande vantagem com relação ao calor e à umidade do litoral”.

Em “Viagem à província de São Paulo”, Saint-Hilaire (1976) discorre sobre a produtividade do solo e dos cultivos da época, de maneira que é possível observar, em relação a essa produção agrícola, que esta é capaz de abastecer as necessidades da população residente nos aglomerados espalhados por São Paulo.

O distrito de São Paulo é tido como um dos menos férteis da província; produz, entretanto, com maior ou menor abundância, arroz, feijão, milho e farinha de mandioca. Produz também chá, pouco café, pequena quantidade de algodão e fumo, muitos legumes e frutas; fabrica-se aguardente de cana-de-açúcar (cachaça); cria-se gado vacum, porcos, muas, carneiros e, sobretudo, cavalos (SAINT-HILAIRE, 1976; 184).

Pelas observações de Monbeig (2004), percebe-se uma determinada preferência por encontrar, nos aglomerados paulistanos, um viés urbano aos moldes das cidades européias às quais lhe serviam de referências, o que para o período descrito não existia. Observa-se, assim, um caráter pouco ponderado em relação a valorização das particularidades das populações que aqui se estruturavam e que foram retratadas por Monbeig, com certa notoriedade em suas considerações;

Mas a ausência de uma produção agrícola ou mineradora na região e, na sequência, a ausência de atividades comerciais, deixaram de favorecer as atividades urbanas. Tratava-se de uma situação que só poderia vir a retardar o progresso de São Paulo. Meio século após a sua fundação, São Paulo continuava sendo pouco mais do que um modesto centro de catequese e uma boca de sertão, ou seja, o último núcleo populacional antes da penetração no interior desabitado (MONBEIG, 20004; 27).

Monbeig (2004) afirma, em concordância com textos de jesuítas, que os aldeamentos paulistanos teriam estabelecido *“uma rede suburbana, habilitando modestamente o burgo paulista ao exercício de uma função regional”*, que era esboçado pelo contexto das atividades agrícolas das fazendas, estas instaladas então pelos portugueses e entremeadas pelas aldeias indígenas distribuídas pelo planalto da atual Avenida Paulista, indo em direção dos aldeamentos indígenas de Santo Amaro, Pinheiros e do Butantã (MONBEIG, 2004; 26-27).

Observa-se, então, a presença da agricultura como atividade básica, mas também como desencadeadora de outras atividades comerciais que se colocavam como destaca Monbeig (2004; 27). Havia nesse momento descrito por Monbeig (2004) uma agricultura que ia *“além das plantas nativas, como o milho e a mandioca, esses primeiros fazendeiros cultivavam oliveiras, vinhas, trigo e árvores frutíferas locais e européias”*. Destaca o autor que essa agricultura também abasteceu o litoral e a cidade do Rio de Janeiro, mas que sua principal contribuição foi de garantir o sustento dos que aqui chegavam.

O mapa 2, da dimensão do aglomerado paulistano em dois períodos. Apresentando a evolução do aglomerado de um traçado a partir do núcleo central o ‘colégio de S. Paulo’ ao segundo período em 1874.

Ellis Júnior (1944; 83) vai destacar que “o regime da divisão territorial paulista na época das bandeiras foi a pequena propriedade”, com uma ou outra sesmaria com dimensões maiores e que estas não chegaram a ser cultivadas ou habitadas. Observou que o regime de divisão territorial adotado no planalto paulistano é diferente do adotado na Bahia e Pernambuco, que era dos grandes latifúndios e

por conta dessa divisão territorial paulistana, apontam-se conseqüências sociais para o entendimento do bandeirante, referindo também as inferências de Oliveira Viana a respeito da divisão territorial de São Paulo:

A pequena propriedade, estabelecida à ínfima distância da vila central, faz que obrigatoriamente se conclua pela não existência de um tipo de propriedade rural, como descreve, em seus coloridos e luminosos escritos. Oliveira Viana, que ao falar do paulista parece ter-se deixado influenciar pelo tipo decididamente rural pernambuco-baiano, nos seus grandes e isolados latifúndios de açúcar. Muito ao contrário deste, o paulista apresentava um misto de rural e de urbano, com suas casas na vila, onde naturalmente dividiam o tempo, aí exercendo cargos da governança bem como outras várias profissões (ELLIS JÚNIOR, 1944; 84).

Estavam presentes nessas relações do rural com a vila paulistana elementos intrínsecos que vão diferenciá-los das demais localidades que se consolidavam como povoados, vilas e aglomerados. Aqui, o rural tinha suas características calcadas nessa interação do circuito das fazendas com as da vila, sem haver a necessidade da ruptura e estavam circunscritas espacialmente em seu território.

Apontando para essa diferenciação presente neste momento histórico entre as relações sociais e as atividades desenvolvidas pela população, resguardando as proporções e o movimento da sociedade capitalista, podemos dizer que essas peculiaridades que se estabeleciam neste momento não foram, ainda que metamorfoseadas, totalmente superadas com o movimento da colonização e dos altos índices de urbanização que vieram a se tornar um dos grandes problemas a serem superados no presente e que, de certa forma, quando das distâncias entre as *“fazendinhas e as vilas eram tão curtas que ao falecer o fazendeiro ou algum de sua família, para fazenda se transportava a pé (...)”* (ELLIS JUNIOR, 1944; 84).

A localização geográfica de São Paulo contribuiu para a colonização de outras regiões do Brasil. Apontado como ponto estratégico de saída das expedições paulistas de caça e escravização dos índios, da procura de ouro e diamante em todo o Brasil, São Paulo tornou-se um ponto de partida de todas as grandes rotas:

Mas, ao mesmo tempo em que se ampliavam os domínios conhecidos dos portugueses, o controle da Companhia de Jesus

sobre a cidade de Piratininga se desvanecia. São Paulo deixou de ser ponto de partida de pequenos desmatadores, para transformar-se na base de exploração de um povo de invasores. Ela foi durante dois séculos uma espécie de boca de sertão para a maior parte do Brasil. E foi graças à sua localização geográfica que ela pode exercer essa função (MONBEIG, 1953; 28).

Pesquisadores que retrataram a história e a geografia no período colonial dispensaram pouca importância ao fato geográfico destacado por Monbeig (1953). Um possível entendimento seria os motivos dessa expansão ter representado a sujeição de um povo em benefício de enriquecimento e do empobrecimento das regiões por onde os bandeirantes passavam.

No decorrer do século XVII, o círculo de aprisionamento indígena, pelo processo de recrutamento de mão-de-obra, constitui-se na principal atividade econômica, convergindo com o interesse dos minerais. Quando o aprisionamento de cativos foi de vez superado pela mineração, percebeu-se a necessidade de refletir a economia do planalto uma vez que novas demandas estavam surgindo, como o aumento da população que, durante décadas, foi sendo incrementada pelos indígenas capturados pelos bandeirantes, em todo o Brasil, para servir de força de trabalho na agricultura paulista. A crise de abastecimento de escravos indígenas em 1640 estabeleceu-se como a principal ruptura para novos empreendimentos e atividades econômicas:

Assim, o círculo do processo de recrutamento de mão-de-obra indígena fechou-se no decorrer dos anos 1600. O século havia começado com a convergência entre interesses minerais e a busca de cativos, e assim terminou. Até o fim do século, quando o apresamento foi suplantado de vez pela mineração, as freqüentes expedições ao mesmo tempo refletiam e afetavam as necessidades e a estrutura da economia do planalto. No início, antes da destruição sistemática dos guaranis, os colonos permaneceram restritos à pequena agricultura ou a exportações de modestas quantidades de carne ou marmelada, atividades que requeriam pouca mão-de-obra. Ao se aumentar rapidamente a população cativa, através dos assaltos às aldeias e missões guaranis, possibilitaram-se maiores empreendimentos agrícolas, com a exploração intensiva de trabalhadores indígenas. A crise de abastecimento, iniciada em 1640 e agravada paulatinamente, obrigou muitos colonos a adotar outras estratégias produtivas, tais como a criação do gado, que maximizava a mão-de-obra disponível (MONTEIRO, 1994; 97-98).

O desenvolvimento da capitania começa a tomar corpo a partir da primeira fase do século XVII, uma vez que se articulava de maneira mais coesa envolvendo colonos e coroa, ao passo que tomavam consciência da necessidade da produção de alimentos para abastecer a população, como destacado:

De modo geral, tanto os colonos quanto as autoridades portuguesas reconheciam a relação íntima entre o trabalho indígena e a produção de um excedente que, mesmo não orientado para o mercado, poderia ao menos sustentar uma classe não produtiva de colonos, funcionários públicos e eclesiásticos (MONTEIRO, 1994; 100).

Esse movimento iniciado no final do século XVI, em que os colonos esboçam uma estrutura produtiva para além dos arrabaldes da vila, com a criação de gado que, além da população local, tinha como intuito o abastecimento litorâneo. Com isso, a espacialização para novos territórios destinados ao cultivo e criatórios se fazia necessária e ultrapassa num primeiro momento os limites do rio Tamanduateí e Anhangabaú; cabe destacar que esse processo se deu lentamente.

Um segundo passo para o desenvolvimento deu-se por iniciativa da Coroa portuguesa que visava “*implantar um modelo integrado de atividades mineradoras, agrícolas e de manufaturas*” Monteiro (1994; 102). Apesar desse modelo não ter se concretizado plenamente, os esforços não foram todos em vão, pois a produção existente deu conta de abastecer o aglomerado. A tentativa de transformar São Paulo no ‘celeiro do Brasil’ com organização das fazendas de trigo inspiradas no modelo da ‘*hacienda* hispano-americana’, que por sua vez abasteceriam as minas da cidade não foi alcançado.

Nesse momento, a força de trabalho estava calcada na figura do índio cativo sob o controle da Coroa, detentora do poder sobre essa mão-de-obra, uma vez que os índios aprisionados no sertão e mais tarde nas colônias do sul eram repassados aos aldeamentos. A Coroa dispunha da propriedade desses índios em seus interesses e para “alugá-los” a quem deles precisasse.

Com a expansão do território no cultivo de novas colônias mais distantes do povoado, os colonos passaram a apropriar-se diretamente dos índios capturados no sertão em vez de entregá-los aos aldeamentos. Foram alentados pela

perspectiva da exploração agrícola que, por sua vez pressionava e fez acelerar a distribuição de terras por meio das sesmarias, proporcionada pelo acesso à mão-de-obra indígena.

O processo de expansão territorial, que então estava aliado à produção agrícola e à relativa disponibilidade de mão-de-obra, a partir desse momento vai ter como fator principal o crescimento demográfico, que influenciou nos *“padrões de assentamento dos colonos portugueses, (...) é certo que a população global da capitania cresceu rapidamente durante a primeira metade do século XVII devido ao grande fluxo de cativos guaranis anteriormente a 1640”*. Do mesmo modo, a população europeia também experimentou, no início do século, a imigração da metrópole (MONTEIRO 1994; 106-107).

Com o crescimento da população, a pressão pelos recursos existentes aumenta e faz-se necessária a expansão territorial por meio da concessão de novas áreas para o cultivo desses colonos.

O processo de transformação desses espaços não cultivados, a ocupação do sertão associada à formação da sociedade paulista do período colonial, acompanhada pela evolução da escravidão indígena, a ampliação dos limites de povoamento por novos grupos de europeus organizando novas comunidades sobre a base da mão-de-obra indígena, o acesso a terra com o viés de constituição de uma agricultura comercial tendo como produto o trigo, dando o caráter fundamental a uma nova economia periférica articulada ao mercado do litoral como já destacado. Isso se configurou nas principais ações econômicas e de ocupação dos séculos XVI e XVII.

No período do século XVII e meados do século XVIII, a economia paulistana não teve transformações significativas, mantendo as características básicas do século XVI.

Os subúrbios de São Paulo, como se observa pelo mapa 3 tiveram sua ocupação, nas observações de Azevedo (1945), favorecidas pela presença de vales fluviais e das vias de comunicação principalmente em direção ao oeste, ao sul em direção a Santo Amaro, aí favorecido também pela presença da represa *‘Light and Power’*.

beneficiou-se da expansão territorial incorporando terras que estavam sendo desmatadas, condicionando-as ao sertão agrícola e ao desenvolvimento comercial, combinando esses elementos com a função política quando da chegada de Dom João VI ao Brasil em 1808.

Esses progressos agrícolas propiciaram uma substancial melhora econômica a capital. Os plantadores de cana, conhecidos como 'senhores de engenho', passaram a reforçar a classe dirigente, econômica e financeira. Graças a uma ampliação das lavouras algodoeiras, uma categoria menos afortunada de lavradores também passou a beneficiar-se de alguma prosperidade. O conjunto das classes sociais começou a desfrutar de uma nova bonança: a capital e seu mercado auferiram as conseqüências dessa feliz reviravolta. Através dessa transformação de sua agricultura, e por meio dessa evolução econômica, a cidade de São Paulo passou a adquirir uma importância comercial, depois de já haver conseguido um lugar na vida administrativa do Brasil, em função de suas expedições no sertão, (MONBEIG, 2004; 37-38).

Nesse momento, o núcleo de Santo Amaro começa uma progressiva transformação em relação à sua urbanização que, durante três séculos, permaneceu sem consideráveis alterações. A partir da segunda metade do século XIX, com a elevação a município, em 10/07/1832, constitui-se como um território à parte de São Paulo, caracterizando-se como uma localidade estritamente rural e tendo na agricultura sua principal atividade econômica.

Pela foto 2 – do Largo do Socorro em 1935 – permite visualizarmos uma tomada do largo do Socorro em que esta presente de um lado do Largo uma charrete e, ao fundo a igreja matriz de Santo Amaro, e no outro lado alguns automóveis. Neste momento o Largo do Socorro era cortado pelos trilhos do trem. Assim, podemos observar as relações rurais e urbanas muito próximas, mediadas sobretudo pelo comércio da região.

Em período pouco anterior, em 1829, com a iniciativa do governo imperial de introduzir mão-de-obra livre na produção agrícola brasileira, instala-se a primeira colônia alemã na localidade chamada Colônia, bairro do distrito de Parelheiros. Os imigrantes são introduzidos de forma subsidiada pelo governo brasileiro e, mais tarde, em 1836, chegou a São Paulo a segunda leva de imigrantes alemães. De um total de 900 colonos, 336 foram instalados na Colônia.

Esse processo de transformação visava a uma entrada de mão-de-obra imigrante livre como força motriz para a lavoura exportadora e a uma liberação de mão-de-obra para as cidades que se constituíam e que necessariamente demandariam trabalho braçal, proletário, e, por sua vez, alimento para essa população que se via envolta no setor secundário. As colônias e as regiões de Santo Amaro abasteciam a população paulistana com boa parte dos gêneros alimentícios consumidos, chegando novamente a serem chamadas de celeiro da capital.

A localidade prosperava rapidamente, destaca Caldeira. Com isso, carecia de muitos equipamentos urbanos, principalmente em âmbito cultural, além de um outro grande problema que há muito tempo preocupava: o do abastecimento de água e a construção de estradas de ferro.

A foto 3 apresenta uma outra tomada do Largo do Socorro, tido com o principal centro de comércio e de encontro da população que residia em Santo Amaro e no entorno rural, e por onde observamos uma forma bem característica das aglomerações em forma de bairros rurais, as casas de comércio, uma pequena igrejinha e as casas mais dispersas. Neste caso o destaque que refere-se a expansão da estrada de ferro que chega a Santo Amaro.

Foto 3 - Largo do socorro em 1936 com a expansão da estrada de ferro

Fonte: www.santoamaroonline.com.br / Acessado em 13/07/2007

As derrubadas da mata para fornecimento de lenha e madeira foram importantes para período de grande expansão da cidade no fim do século XIX. Nesse período, tanto São Paulo, como Santo Amaro destacavam-se pela produção de milho e feijão que despontavam como os produtos mais cultivados, de acordo com o censo agrícola realizado no Estado de São Paulo para o ano agrícola de 1904-1905. Assim, como analisa Seabra (1971; 186), o milho e o feijão eram os produtos essenciais do sistema de cultivo de roça. Em São Paulo, 23,2% dos cultivos eram de milho e 9,8% de feijão; em Santo Amaro, 59% das lavouras eram de milho e 23% de feijão.

A foto 4 mostra o fundo de vale, que posteriormente foi coberto pela água da represa Guarapiranga, período esse que coincide, com a pujança do mercado de madeira e das carvoarias na região.

Pelo levantamento do censo agrícola para o ano de 1904-1905 (aqui analisados São Paulo e Santo Amaro separadamente, pois nesse período são considerados municípios independentes), observa-se que a maior parte das terras de São Paulo, 49,7% da área rural, ou seja, 27.649 ha eram cobertas com campos e pastos, 24,7% com capoeiras, a área com algum tipo de cultura aparece com 7,7%, correspondendo a somente 4.302 ha. Enquanto, para Santo Amaro, as áreas com cultivo apareciam com 8,5% (2.271 ha), e campos, pastos e capoeiras somavam aproximadamente 50% da área.

As propriedades agrícolas, em sua maioria (acima dos 85% em São Paulo e 86% em Santo Amaro), estavam entre 0 – 25 alqueires paulistas, somando 886 e 434, de um total de 1.033 e 504 propriedades, respectivamente em São Paulo e Santo Amaro. *“Na verdade, mais sugestiva é a constatação de que no município da capital 800 delas possuíam menos de 10 alqueires, ou seja, 78%”* (SEABRA, 1971; 2002).

Um dado que corrobora com a importância dada à atividade agrícola no início do século XX é o preço da terra. As propriedades agrícolas tinham um valor de venda bem superior aos terrenos destinados a outros fins, “*segundo recenseamento realizado em 12 de agosto de 1920 valiam 1.608:00 \$ as propriedades agrícolas e 678:900\$ as industriais do município de Santo Amaro*”, que também poderiam estar sendo valorizadas para especulação imobiliária (CALDEIRA, 1935; 86).

No início do século XX, persistiam as formas de uso da terra vinculadas ao “Cinturão Caipira” da Cidade de São Paulo, apontando para novas, ainda que incipientes formas de uso agrícola do solo, as atividades “*hortigranjeiras*”. Embora a porção de terras cultivadas dos estabelecimentos agrícolas fosse muito baixa, havia a predominância de uso com capoeiras, reflexo “*do sistema de cultivo predominante nos arredores de São Paulo, a roça*” (SEABRA, 1971; 181).

Culturas como vinha, pomares e hortas davam ao município de São Paulo uma característica diferenciada ou, como destaca Seabra (1971; 189), uma individualidade.

Revelavam com nitidez a existência de outros sistemas agrícolas diferentes dos da roça, dentre os quais se destacava, sem dúvida, a horticultura (...) Deste modo, enriquecia-se bastante nele o município da capital, o contraste oferecido entre pomares das chácaras da periferia da cidade e que possuíam basicamente uma função de recreio e moradia, mas também de fornecimento de gêneros à cidade, e as atividades de cultivo tradicionais de roça do ‘cinturão caipira’, com a presença de novas atividades: a horticultura, o cultivo de forragens, o da vinha, situadas imediatamente após o espaço construído da cidade ou mesmo ‘dentro’ – dele (SEABRA, 1971; 190).

A necessidade de elementos urbanos, que ora se faziam necessários, e os destacados potenciais que a região apresentava fizeram com que Santo Amaro fosse anexado à Capital de São Paulo em 1935.

O governo do Estado reconhecendo a situação privilegiada de Santo Amaro como ponto de recreio e dispondo de todos os requisitos para tornar-se ótima estação balneária, deliberou extinguir o seu município, anexando-o ao da capital. Essa providência foi dada pelo decreto número 6983, de 22 de fevereiro de 1935 (CALDEIRA, 1935; 99).

No momento da anexação à Capital, Santo Amaro dispunha de uma lavoura bem desenvolvida, calcada, em geral, em pequenas e médias propriedades com culturas de cereais, e em menor escala, chá e algumas plantações de café. O comércio era constituído por 522 casas, com algumas mais vultosas. A indústria contava com um total de 111 estabelecimentos.

A história de Santo Amaro – dos cidadãos santamarenses, contada por Caldeira (1935) – possibilita conhecer parte da formação social da população dessa região, a porção sul do município de São Paulo, respeitando as limitações e as opções dos relatos que concedem destaque a grupos que, aparentemente, detinham certo poder econômico-social. Ao mesmo tempo, percebe-se a importância dessas personalidades para o desenvolvimento de uma região de tantos significados, sejam eles na área comercial e, sobretudo, (e aí nosso interesse) no grande destaque dado às características rurais. Essa ligação entre a agricultura e as demais atividades constituía-se em elos fortes na sociedade com o meio urbano no início do século XX.

Sobre os alemães, Zenha (1950) lembra da difusão do cultivo da batata que, em Santo Amaro, no período de 1904-1905, representava o terceiro cultivo nos estabelecimentos agrícolas atrás somente, como citado anteriormente, do milho e do feijão. Destaca a importância desse cultivo nos arredores de São Paulo, coincidindo com a difusão dos alemães instalados no distrito de Parelheiros.

Os indivíduos destacados (os colonos alemães) representavam o desenvolvimento de um espaço a partir da produção agrícola. Suas relações com os demais elementos da sociedade santoamarense estão expressas, ainda hoje, seja nas nomenclaturas de ruas em homenagem aos que lá primeiro chegaram, seja nas falas de seus descendentes, o que denota uma ocupação agrícola na região que vem sendo muito valorizada nas pesquisas acadêmicas.

No período em que Santo Amaro ainda era um município autônomo, Parelheiros, Capela do Socorro, entre outros, foram então citados como bairros por Caldeira, ao falar de Paulino Nunes Esposo que, nascido em Santo Amaro em 1890, dedicava-se à lavoura e *“tornou-se conhecedor de todos os segredos da*

agricultura". Em 1930, abandonou a atividade agrícola e foi dedicar-se ao comércio, "*atividade que fica situada à margem da estrada de Santo Amaro ao Parelheiro, distando 18 Quilômetros desta Cidade*" (CALDEIRA, 1935; 182).

Evidenciam-se, assim, as estreitas relações entre as atividades agrícolas e comerciais na vida dos habitantes de Santo Amaro nesse momento histórico.

O autor destaca as casas comerciais que se estabeleciam na região do centro de Santo Amaro e nas localidades mais distantes, próximas à represa da 'Light'. Enaltecem esse desenvolvimento comercial, principalmente, os restaurantes que serviam à alta sociedade paulista. A baixo a foto 5 apresenta um dos restaurantes que o autor se refere, as margens da represa, onde vemos pessoas sentadas ao redor de mesas, enquanto na represa observa-se alguns barcos a vela. Prática essa presenciada nos dias de hoje. Em geral, foram pessoas descendentes de imigrantes e/ou imigrantes vindos diretos de seus países que estabeleceram esses, os serviços de restaurantes e lazer nessa região.

As descrições feitas por Caldeira (1935) das atividades e dos sujeitos que viveram a história da colonização na região mostram uma profunda relação das pessoas

com o lugar, com uma veemência que nos parece não estar falando do mesmo espaço descrito, por exemplo, por Costa (1958), dentre outros. Esse contraste se dá ao falar do povo, das atividades que se desenvolviam no local e dos costumes dessa gente. Uma vez que Costa via os caipiras do local de forma pejorativa assumindo uma posição favorável aos estrangeiros e às culturas que começavam a ser inseridas.

Onde quer que se localizem, imprimem os japoneses sinais iniludíveis de sua presença. São as culturas intensivas. É o cuidadoso arranjo de suas propriedades, caracterizadas pelas linhas geométricas dos canteiros, pelo terraceamento das encostas, pelas canaletas abertas nas várzeas, para a drenagem ou para a irrigação. As técnicas que empregam, que muito têm de jardinagem, contrastam de maneira evidente as dos agricultores nacionais, sobretudo os caipiras, que não sabem compor suas propriedades, tudo fazem de maneira empírica e só utilizam processos atrasados e deficitários (COSTA, 1958; 116-116).

Ao falar dos sujeitos paulistanos, os caipiras, Saint-Hilaire faz um derivativo a partir de curupira recuperando a origem do termo relacionando à designação dada a “demônios malfazejos”,

Estes últimos, quando percorrem a cidade, usam calças de tecido de algodão e um grande chapéu cinzento, sempre envolvido no indispensável poncho, por mais forte que seja o calor. Denotam os seus traços alguns dos caracteres da raça americana; seu andar é pesado, e tem o ar simplório e acanhado. Pelos mesmos têm os habitantes da cidade pouquíssima consideração, designando-os pela alcunha injuriosa de caipiras, palavra derivada possivelmente do termo curupira, pelo qual os antigos habitantes do país designavam demônios malfazejos existentes nas florestas...” (SAINT-HILAIRE, 1976; 96).

Por sua vez, Cornélio Pires assemelha-se em sua análise às de Antonio Candido, ao ver no caipira características próprias, ligadas à localização, ao modo de vida e ao exercício do trabalho agrícola.

Por mais que rebusque o *étimo* de *caipira*, nada tenho deduzido com firmeza. Caipira seria o aldeão; neste caso encontramos o tupi-guarani *capiâbiguãra*. Caipirismo é acanhamento, gesto de ocultar o rosto: neste caso temos a raiz *caí* que quer dizer: *gesto de macaco ocultando o rosto*. *Caipira* quer dizer o que é do mato. Capiã, de dentro do mato: faz lembrar o *capiau* mineiro. *Caapi* – trabalhador na terra, lavrar a terra – *caapiára*, lavrador. E o caipira

é sempre lavrador. Creio ser esse último caso o mais aceitável, pois *caipira* quer dizer *roceiro*, isto é, lavrador... (PIRES *apud* BRANDÃO, 1983; 11).

As explicações contidas na citação anterior para o sujeito caipira na interpretação de Brandão (1983) delimitam a palavra e a pessoa, o sujeito e sua identidade, o seu lugar que se opõe à gente letrada e urbana, “*por isso, comparado com o cidadão, o cidadão livre do trabalho com a terra, o caipira sai dito pelo que não é e adjetivado pela pele que não tem*” (BRANDÃO, 1983; 12).

Ele é ponto por ponto a face negada do homem burguês e se define pelas caricaturas que de longe a cidade faz dele, para estabelecer, através da própria diferença entre um tipo de pessoa e a outra, a sua grandeza. Separado do trabalho, o caipira paulista define-se primeiro por ser naturalmente do lugar onde vive: o campo, a roça, o sertão, a mata, o lugar oposto à cidade. É quem *não mora na povoação* e, portanto, aquele que não possui o preparo e as qualidades do homem da cidade, o civilizador, de quem a seu modo o caipira escapa, tanto quanto o índio, e mais do que o negro. Se o seu lugar de vida é o contrário do da cidade e o seu trabalho é invisível, por ser o oposto ao *da cidade*, o seu modo de ser e a cultura são o oposto do que a cidade considera *civilização, civilizado*. Por isso, a meio caminho entre o bugre e o branco, o *caipira caboclo* é ignorante, *sem trato*, ou seja, sem aquilo que, ao ver do tempo, apenas a distância do cativo da terra pode atribuir ao homem *de trato*, o senhor e seus emissários. (BRANDÃO, 1983; 12).

Os caipiras vivem da terra, e quem a tem encontra-se na posição de senhores, lavradores livres, pequenos donos ou agregados de fazendas e escravos. Dessa forma, o caipira homem livre era comumente visto como pobres expropriados, indigentes. E assim sendo, nunca são percebidos através do seu trabalho com a terra, são trabalhadores da terra e, portanto, homens a quem não sobram nem o tempo nem condições para se cultivarem a si próprios. Tendo uma aparência desleixada, descuidados da aparência visual.

Ao tempo que Oliveira Vianna (1922) encontrou, no caipira, qualidades fundamentais em relação a sua posição em sociedade, como a fidelidade à palavra dada, a probidade, a respeitabilidade e a independência moral. Traços de caráter coletivo “*cuja influência em nossa história política é imensa*”.

Há, entretanto, certos sentimentos e certos preconceitos – índices infalíveis de nobreza moral – que têm para esses desdenhados matutos uma significação medieval cavalheiresca. O respeito pela mulher, pela sua honra, pelo seu pudor, pela sua dignidade, pelo seu bom nome, por exemplo. Ou o sentimento de pudor pessoal e da coragem física que faz com que o matuto, ferido na sua honra, desdenhe como indigno de um homem o desagravo dos tribunais apele, de preferência, como nos tempos da cavalaria, para o destorço das armas, (VIANNA, *apud* BRANDÃO, 1983; 25).

Distingui o caipira dos camponeses estrangeiros, por desenvolver habilidades extras ao trabalho com a terra, mas acima de tudo a valorização do homem enquanto trabalhador da terra, essa um bem imensurável, assim como a sua honra e a sua camaradagem. O caipira é estudado por Cornélio Pires que, entre contos e resumos de costumes, dedicou a eles uma notável coleção de escritos, pela primeira vez, o trabalhador caipira aparece avaliado não apenas como uma categoria de homem do trabalho, mas na valorização como sujeito, com especialidades próprias.

Nascidos fora das cidades, criados em plena natureza, infelizmente tolhidos pelo analfabetismo, agem mais pelo coração do que pela cabeça. Tímidos e desconfiados ao entrar em contato com os habitantes da cidade, no seu meio são expansivos e alegres, folgazões e francos; mais francos e folgazões que nós outros, os da cidade. De rara inteligência – não vai nisso um exagero – são incontestavelmente mais argutos, mais finos que os camponeses estrangeiros. Compreendem e aprendem com maior facilidade; fato, aliás, observado por estrangeiros que com eles têm tido ocasião de privar. É fato: o caipira puxador de enxada, com maior facilidade se transforma em carpinteiro, ferreiro, adomador, tecedor de taquaras e guembê, ou construtor de pontes... Os caipiras não são vadios: ótimos trabalhadores têm crises de desânimo quando não trabalham em suas terras e são forçados a trabalhar como camaradas, a jornada. Nesse caso o caipira é, quase sempre, uma vítima. (...) Não cuido aqui do caipira da cidade. Esse sabe ler, é bom, é fino e só lhe falta o traquejo das viagens, o desenleia e o desembaraço adquiridos no contínuo contacto com as populações dos grandes centros. Esse é menos desconfiado que o do sítio, mas revela grande timidez num meio grande e estranho, imaginando que todo o mundo o observa chasqueando-o, troçando-lhe o andar e o jeito... (PIRES *apud* BRANDÃO, 1983; 28)

Pires descreve o caipira paulista e as suas diferenças, em que alguns são proprietários de terras com certa estabilidade nos bairros rurais, mas, em geral,

vivem do trabalho em terras alheias, como posseiros, lavradores agregados e/ou camaradas. *“Alguns parecem ser mais produtivos do que outros. Todos ‘roceiros’, alguns são mais ‘civilizados’, mais ‘limpos’ e mais sensíveis ao progresso que, aos poucos, pelas beiras, ameaça invadir os bolsões sertanejos de São Paulo”* (BRANDÃO; 1983, 29).

A vida material, social e cultural do caipira parece, por isso, organizar-se e desenrolar-se como se estivesse cumprindo um ciclo natural, à margem do ‘mundo’ de abstrações construído pela atividade humana acumulada ou como se frutificasse de uma relação homem-natureza não medida pelos resultados acumulados da atividade ‘fora’da economia do excedente. Ao contrário, porém, o excedente procede a uma exclusão integrativa do caipira na sociedade capitalista: justamente porque não é produzido como uma mercadoria, não implica necessariamente a interdependência e as relações implícitas na divisão social do trabalho, mas porque é demandado como mercadoria necessária, sob essa forma de produção ‘sem custos’ (especialmente monetário). (MARTINS; 1975, 107).

Havia, no final do século XIX, e início do século XX, uma vida muito dinâmica e ativa, em que atividades eminentemente da roça vão sendo integradas, em formas complementares de trabalho, impondo uma divisão social do trabalho por meio dos curtumes, das olarias, das cerâmicas e de outras propriedades de pessoas que nasceram em décadas anteriores ao início do século XX. Essas pessoas estavam territorializadas, como veremos mais adiante, em sítios que, grosso modo, tinham uma área entre 5 e 10 alqueires, configurando-se assim nas atividades comerciais ligadas aos bairros rurais de Parelheiros e Capela do Socorro. Mas, em alguns casos, existiam sítios ou fazendas superiores a 70 alqueires.

É a incipiente nova forma do bairro que vai se estruturando, mesmo sem uma uniformidade, precisamente mais dispersa que uniforme, em que havia uma congregação entre seus moradores, embora as distâncias entre as casas permanecessem.

“O bairro rural, para o homem do campo, ‘designa todo e qualquer conjunto de casas suficientemente próximas para que se estabeleçam contatos sociais entre seus moradores’. Trata-se de

uma célula de comunidade social, onde existem certos tipos de parentescos ou de vizinhança reforçados freqüentemente pela existência de uma venda, capela, escola, e cujo raio de ação marca os próprios limites do bairro” (MARCÍLIO; 2000,133).

A distância entre as habitações sugere um povoado ralo ou em casas isoladas, gerando certa dificuldade na definição do bairro rural, a não ser pelo sentimento de pertencimento à comunidade e pelo auxílio entre as famílias.

O bairro rural foi definido como a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, constituindo no agrupamento de algumas ou de muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas (MARCÍLIO; 2000, 133)

O bairro de Parelheiros era considerado um dos melhores de Santo Amaro, por ser mais populoso e próspero. Esses motivos levaram muitos comerciantes a aí se estabelecerem, principalmente os próprios filhos dos colonos alemães.

Estão na lavoura os principais destaques a que Caldeira (1935) se refere, denotando a importância dessa atividade para a localidade. Destaca ainda a importância das representações culturais para Santo Amaro. As famílias eram constituídas, como já mencionado, de descendentes de alemães, de descendentes de famílias paulistas e santamarenses, como de outras localidades. Podemos destacar a família Boscovich, que migrou de Montenegro e são proprietários da ‘Granja Anna’:

A propriedade compreende oito lotes de terra excelente, com plantação de batatinhas, milho, arroz, horta dispendo de grande variedade de legumes, etc. Objetiva, entretanto, principalmente a Granja Anna, a criação de animais, pelo que ostenta pastarias luxuriantes nas quais vive o rebanho composto de vacas da mais pura variedade holandesa destinadas à produção de leite, cerca de 30 carneiros de raça esmeralda, tipo mocho de longas lãs criação de porcos em escala resumida e aves domésticas em geral (CALDEIRA, 1935; 208).

O ‘Sítio Cipó’ de 15 alqueires, localizado a 36 km de Santo Amaro possuía culturas de: milho, feijão e batatas, além de uma serralharia bem equipada de propriedade de João Schunk. O ‘Sítio Rio Bonito’ de propriedade das conceituadas famílias Schunk e Klein, com 25 alqueires localizados a 9 km de Santo Amaro,

possui criações de porcos, plantações de cereais e um pomar, que é destacado como um dos melhores da região com grande variedade de árvores frutíferas.

No bairro do Cipó, encontra-se o ‘Sítio Olinda’, de Jacob Shunck Roschel, com 20 alqueires em plantações de cereais, mandioca, cana, pasto com vacas de leite e cavalos para montaria, um destacado pomar, cocheiras, chiqueiros e paiol.

Em muitos dos casos, o produtor rural mantinha também uma casa de comércio típico das comunidades rurais, onde são vendidos secos e molhados, como também é comum nas descrições de Caldeira (1935). Destaca-se o Caso de Bonifácio José Gomes que tem *“uma bela fazenda, com todos os melhoramentos desejáveis (...). Nos largos pastos vivem numerosas cabeças de gado sadio e de admirável aspecto, animais de cela, etc.”* (CALDEIRA, 1935; 217).

As ‘propriedades’, como destacadas pelos historiadores desde o seissentismo, que se situavam próximos aos aldeamentos eram em geral médias e pequenas, mas de uma produção dinâmica. Essas características estão presentes nas descrições de Caldeira, que tem o cuidado de enaltecer as benfeitorias materiais das propriedades e a importância dos laços familiares, que estão explícitos em todas as famílias às quais deu destaque em seu trabalho:

O Sr. José Schunck nasceu em Santo Amaro, em 19 de março de 1885. Seus pais, Sr. Henrique Schunck e exma. Sra. D. Catharina Klein Schunck eram estimadíssimos por quantos conheciam, graças aos seus excelentes méritos morais e de espírito. Crescendo na lavoura, o Sr. José Schunck especializou-se em todos os mistérios da agricultura. É de sua propriedade o ótimo sítio São José, localizado a 12 km de distância de Santo Amaro, a margem da estrada de rodagem de que serve o próspero bairro do Parelheiro (CALDEIRA, 1935; 219).

A família Reimberg possui destacada importância agrícola para o distrito de Parelheiros. Hoje dá nome a ruas e ainda é possível realizar contatos com seus descendentes. Os relatos de Caldeira são significantes para contar um pouco da história dessa família.

José Reimberg Zillig:

O Sr. José Reimberg Zillig é mais um desses lavradores valorosos de que está cheio o perímetro do antigo município de Santo Amaro. Homens esforçados, cheios de abnegação, espíritos fortes e moldados ao saber das contingências, dispostos a tudo lutando dia e noite, sem tibiezas nem esmorecimentos (...). Educados na escola da honra da dignidade e do cumprimento do dever, ensinamentos que vão sendo transmitidos de pais para filhos, de geração em geração (...). Hoje proprietário de bom sítio, no próspero bairro do Parelheiro, a 25 quilômetros de Sto. Amaro. A área total abrange quarenta alqueires de terras aptas a qualquer cultura, salientando-se doze alqueires de matas com numerosa provisão de madeira de lei (CALDERA, 1935; 220).

Pedro Reimberg Sobrinho:

Muitas propriedades figuram nestas páginas, situadas no ótimo bairro do Parelheiro, o recanto ideal de Santo Amaro, onde o clima é incomparável e a fertilidade do solo não tem rival, proporcionando aos lavradores todas as possibilidades de progresso. O Sr. Pedro Reimberg Sobrinho é um dos proprietários domiciliados no bairro citado, onde possui magnífico imóvel rural, com 65 alqueires de área e localizado a 25 quilômetros da cidade de Santo Amaro. Entre as benfeitorias, merecem referências pela prosperidade em que vão as plantações de milho, batatas, feijão, etc., em escala avantajada. As matas existentes abrangem sete alqueires, encontrando-se várias madeiras de lei. Em pastarias há sete alqueires, servindo de abrigo a diversas vacas de leite, bois para carro, animais de sela, etc. (CALDERA, 1935; 222)

José Reimberg:

Nasceu ele em Santo Amaro, no bairro da Colônia, a 13 de setembro de 1887, sendo filho do Sr. Jacob Reimberg e da Sra. D. Catharina Roschel, ambos estimadíssimos. Corajoso e esforçado, habituou-se desde os verdes anos aos labores agrícolas, sendo hoje um dos lavradores mais competentes. É de sua propriedade um sítio magnífico, no bairro Varginha, a 23 quilômetros de Santo Amaro, compondo-se de larga área de terra boa. Entre as plantações realizadas na propriedade, salientam-se roças de feijão, batatas, milho, mandioca, etc., em quantidade necessária ao gasto. Reservada a área indispensável às pastarias, aí estão várias vacas de leite de boa raça, cavalos, porcos, etc. (CALDERA, 1935; 220).

As famílias Klein, Schunck, Borba e outras oriundas de Parelheiros, destacadas pelo autor, fazem parte da história atual da região. Os descendentes de imigrantes alemães e, em geral, dos europeus, acompanharam as transformações ocorridas nesse espaço. Outros dedicaram-se a novos ofícios, como também

acompanhavam a inserção da colônia japonesa, e alguns foram trabalhar nas novas colônias.

As transformações no espaço com a introdução das atividades hortigranjeiras relacionavam-se, como destaca Seabra (1971; 199), *“com a presença de gente nova nos arredores de São Paulo e não com os habitantes luso-brasileiros do ‘cinturão caipira’*. Essa gente nova compreendia estrangeiros, *“entre os quais se destacavam os italianos, os portugueses e os espanhóis, mas onde apareciam ainda um número muito grande de outras nacionalidades e brasileiros”*.

No censo da parte de cultivos foram levantados para o Município de São Paulo 39,2% das unidades de exploração tendo a sua frente estrangeiros, em especial italianos (18,22%) e portugueses (12,6%), tratando-se de percentagens sobre um total elevado de unidades de exploração: 1.033, o que significava que, dos estrangeiros existentes nos arredores da cidade à frente de unidades, 59,0% (397) estavam no município da capital (SEABRA, 1971; 199-200).

Assim, como o processo de imigração européia, a inserção de japoneses para servir de mão-de-obra tinha como finalidade o trabalho nas lavouras de exportação. Com esse objetivo, muitos japoneses de tradição agrícola ou não desembarcaram no Brasil constituindo mais tarde sólidas colônias de cultura japonesa no País, concentradas, sobretudo na região Centro-Sul, a partir da cultura do café, então destino inicial para esses colonos: *“durante meio século de sua imigração, mais de 200 mil japoneses entraram neste país. Quase todos eram agricultores, na sua absoluta maioria colonos de café, contudo com pequena minoria de proprietários e empreendedores agrícolas (...)”* (SAITO, 1961; 11).

Em outros termos, os trabalhadores nipônicos que entraram no Brasil eram em sua fase inicial imigrantes temporários de curto prazo e com planos de retorno, que obedeciam à fórmula de *“sucesso rápido e volta ao seu país de origem”*. No Brasil, a base da migração foi a família. Em 1825, com a assinatura do tratado de amizade entre o Japão e o Brasil, estabeleceram-se relações regulares e, com elas, abriram-se as possibilidades migratórias.

Para Haesbaert (2004), a migração e a desterritorialização nunca aconteceram por um único indivíduo, em geral, sempre acompanhadas de um ou mais membros da família, o que classificam de primeiro teorema da desterritorialização:

Nunca nos desterritorializamos sozinhos, mas pelo menos de dois em dois e, principalmente, toda a desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização. Onde se dá a reterritorialização da terra? Esta reterritorialização se dá de duas formas; na construção de territórios sociais (referentes ao processo de desterritorialização relativa) e no plano de imanência de um pensamento (HAESBAERT, 2004; 131-132).

A migração japonesa deu-se após a crise da migração européia, com a dificuldade de adaptação dos alemães, suíços e belgas nas lavouras de café. Nessa lacuna de mão-de-obra, ocorreu inserção da migração italiana e espanhola, de melhor adaptação à vida de fazenda.

O colono italiano, que nas duas últimas décadas do século XIX, chegou a constituir 70% da força de trabalho nas lavouras de café, com a chegada de um contingente de aproximadamente 800 mil italianos no Brasil entre 1887-1902. A queda dos preços do café no mercado internacional, a falta de pagamentos aos colonos e as precárias condições de trabalho às quais estes estavam sujeitos influenciou o governo italiano a proibir, em 1902, o recrutamento, bem como o encaminhamento de cidadãos italianos para São Paulo.

Essa atitude pegou desprevenidos os fazendeiros paulistas nesse período. Em menor quantidade, ingressavam espanhóis e portugueses, estes em número insuficiente para substituir o trabalho escravo. Nesse contexto, aconteceu a introdução dos colonos japoneses, que foi iniciada a partir de 1908.

A primeira leva de imigrantes japoneses para o Brasil chegou em 1908. Já recuperado da crise do café que assolara o Estado de São Paulo durante os anos de 1897 a 1900, o círculo de fazendeiros paulistas se mostrava profundamente interessado na introdução de colonos japoneses nas lavouras, uma vez que a corrente de imigrantes italianos havia sido suspensa e, em consequência agravava a falta de braços (SAITO, 1961; 28).

O segundo período de entrada de imigrantes nipônicos no Brasil foi subsidiado pelo governo japonês, ocorrendo o de 1926 a 1941. Em sete anos (entre 1928 e

1934), entraram no Brasil 108.256 imigrante, atingindo 57,3% do total de japoneses imigrados nos períodos anteriores à segunda guerra.

Na década de 1930, nas zonas pioneiras do Estado de São Paulo, estavam “*em franco desenvolvimento os primeiros imigrantes colonos*”. Já haviam progredido a ponto de se tornarem lavradores independentes, dedicando-se à agricultura comercial, tais como na cultura do café e do algodão.

“A introdução de colonos nipônicos visou, assim, a suprir o mercado deficitário de braços nas fazendas de café em substituição aos imigrantes europeus. Por isso mesmo, a entrada dos orientais descreve a linha de ascensão, justamente, quando as correntes européias passam a descrever linha decrescente”, (SAITO, 1961; 45).

Os processos de mobilidade e de fixação dos imigrantes japoneses no Brasil estão atrelados às condições históricas da expansão da economia cafeeira, tendo sido essa tanto o centro econômico e político no período, como a referência de colonização e migração no Estado de São Paulo.

As migrações estão diretamente relacionadas à história do café no cenário paulista, produção esta que se constituiu como um dos pilares da economia brasileira. A propriedade da terra interferia na mobilidade dos imigrantes japoneses, que já eram beneficiados pelas estradas de ferro, diferentemente dos imigrantes europeus.

Esse diferencial inaugura uma nova fase da colonização no Estado de São Paulo, caracterizado pelo “*caráter altamente comercial de que se tem revestido a produção agrícola do lavrador japonês*”, imprimido pela penetração da economia monetária, “*com os canais de circulação em desenvolvimento e os mercados em formação, o que, enfim, permitiu a formação de pequeno produtor*” (SAITO, 1963, 113).

Martins (2004; 73) ressalta que os colonos das fazendas de café produziam “*gêneros alimentícios à sua subsistência, cujos excedentes eram comercializados seja com o próprio fazendeiro seja com os comerciantes das povoações e das cidades próximas*”. Por meio dessas práticas de cultivos, concomitantes com o

trato dos cafezais, muitos migrantes japoneses conseguiram acumular capital e comprar suas próprias terras.

Podemos identificar três períodos principais de mobilidade e fixação dos imigrantes japoneses no Brasil: de 1908 à grande crise de 1930, de 1930 à deflagração da guerra em 1941 e depois da guerra.

Para o primeiro período, que foi subsidiado pelo governo do Estado de São Paulo, atingiu-se o número de 40.000 imigrantes aproximadamente. Esse contingente provocou *“conflitos e revoltas nos locais para onde foram encaminhados. E freqüente era a mudança de residência e de ocupação”*. Dessa primeira leva, muitos imigrantes foram trabalhar no comércio, e na construção de ferrovias, outros reemigraram¹² para a Argentina, além de grupos que se dirigiram para o triângulo mineiro e norte do Paraná, dedicando-se à monocultura na plantação de arroz. Houve ainda aqueles que foram trabalhar de estivadores no porto de Santos. *“Foi nessa região que surgiu em 1919 a primeira cooperativa agrícola, embora de existência efêmera, que se deve a iniciativa de imigrados japoneses”* (SAITO, 1961; 133-134).

Uma outra corrente dirigiu-se para a cidade de São Paulo e arredores, por volta de 1915-16, iniciando uma agricultura do tipo suburbano. Destaca-se a existência de imigrados que se deslocaram diretamente para essa região depois de terem abandonado a vida de colonos de café, bem como aqueles que desde sua chegada no Brasil tentaram a vida na cidade de São Paulo, deslocando-se, então, para a zona suburbana.

Essa zona suburbana, à qual Saito se refere, diz respeito principalmente às localidades de Cotia, Juqueri, Taipas e Morro Grande. Nesses núcleos em formação, os habitantes se dedicavam como arrendatários, à cultura da batatinha. Para o autor, essas regiões conservavam-se *“alheias às propriedades da agricultura comercial, como da cana e do café”*, mas se situavam próximas a São Paulo, o que possibilitava uma produção para autoconsumo. Nesse período, o

¹² Reintegração, pois muitos desses migrantes japoneses vieram para o Brasil via Argentina.

fracionamento da propriedade era bem acentuado, o que possibilitou a esses *“lavradores japoneses tornarem-se pequenos produtores por meio de arrendamento ou de aquisição”* (SAITO, 1961; 134).

Para Seabra (1971; 10), a presença dos japoneses na região ao redor do município de São Paulo, no período da década de 1920 e 1930, está relacionada *“à penetração da agricultura puramente comercial na área”*.

Ao final da década de 1930, a bataticultura entra em crise, gerando uma dispersão dos produtores japoneses e a sua inserção em novos cultivos, principalmente dos hortifrutigranjeiros, ocupando mais pontualmente parcelheiros.

Seabra (1971; 211) acredita que *“outro elemento trazido pela cidade que se responsabilizaria diretamente pela decadência dos moradores luso-brasileiros do ‘cinturão caipira’ seria a própria expansão da agricultura de ‘cinturão verde’”,* ou seja, uma agricultura comercial. Pois a instalação de um ‘cinturão verde’: *“vinculava-se no essencial às possibilidades de produção de gêneros alimentícios voltados ao abastecimento do mercado urbano”* (SEABRA, 1971; 216).

Outro aspecto destacado pelo autor é o de que nas relações entre produtor e comerciante dentro da cidade de São Paulo havia um importante elemento para justificar a decadência de parte das populações que habitavam o ‘cinturão caipira’.

Mas, na medida em que, apesar da característica familiar, a agricultura hortigranjeira implicou numa necessidade mais ou menos constante de assalariados, que eram obtidos em boa parte das zonas junto àqueles caipiras, cujas lides eram insuficientes para a manutenção da família, ela deve ser considerada como um fato a intensificar a decadência dessas populações (SEABRA, 1971; 213).

Uma outra corrente de deslocamento na década de 1930 dirigiu-se às cercanias de São Paulo, onde já se achava em franco desenvolvimento uma nova forma de agricultura, a do tipo suburbano impulsionada pela cultura da batatinha, nesse período, *“a grande crise que então sobreveio constituiu sério golpe para essa agricultura em fase de desenvolvimento”*. Por conta da crise, esses núcleos se dispersaram por outras cidades próximas de São Paulo, formando novos núcleos. Além da dispersão, esses agricultores passaram a produzir outras culturas, com

destaque para as leguminosas, *“fenômeno que acompanhou no plano geral a crescente industrialização e urbanização da metrópole paulistana (...), bem como o conseqüente aumento da demanda de abastecimento que a expansão demográfica exigia”* (SAITO, 1961; 143).

Acompanhando a alteração na estrutura espacial e econômica vigente, percebe-se nesse período a alteração e incorporação de uma nova dieta alimentar dos cidadãos Homem de Melo (1983). Isso exigia, em contrapartida, uma produção no campo, um campo próximo da cidade. Para explicitar essas alterações, Saito (1961) apresenta o exemplo do consumo diário de tomates na cidade de São Paulo, de 1926 a 1940, em que se verifica que esse consumo passa de 100 caixas para 5.000 caixas, acompanhando a crescente taxa de crescimento demográfico da aglomeração.

O crescimento populacional na cidade de São Paulo e de seus entornos foi um fator quem pressionou as mudanças agrícolas provocadas pelas inovações tecnológicas nos instrumentos de produção do campo. Favorecendo mudanças de uma agricultura tradicional itinerante em que as populações são auto-suficientes, com uma produção de excedentes alimentares para o circuito comercial.

O processo de mudança agrícola na sociedade rústica constitui uma adaptação a um crescimento rápido da população do território paulista, pelo efeito simultâneo do aumento de sua taxa de crescimento natural, em virtude da melhoria do padrão médio alimentar, e pela migração progressiva (MARCÍLIO; 2000 178).

Na perspectiva de Marcílio (2000), a variável população comanda as mudanças do desenvolvimento agrícola, nos sistemas de agricultura no tempo. No sistema de agricultura tradicional, em que as populações eram auto-suficientes, havia uma quantidade de excedente alimentar. Que existiu sempre em toda parte. E ao final do processo do consumo, as sobras eram usadas para fins de trocas entre os povos ou que seriam consumidas na própria comunidade produtiva. No sistema de agricultura comercial, a introdução e concentração da propriedade privada da terra geraram um processo de desestruturação das comunidades tradicionais, dos

bairros rurais, dos cinturões caipiras, valorizando, sobretudo, a partir dessa inflexão, o cinturão-verde.

Para Martins (1975), entende-se por modernização como parte do processo de desenvolvimento econômico, “*como ajustamento social e cultural a uma nova estruturação da economia*”, os fatores dessa mudança são os que podem ser apreendidos no plano de modernização empresarial, “*através da compreensão da ação do produtor empresário*”. A ação empresarial torna-se modernizadora quando:

Aparecem condições de colocação econômica do produto no mercado, capazes de orientarem investimentos; utilização da mão-de-obra no estilo tradicional de moradia na propriedade implica na sua remuneração como fator terra e o montante virtual do seu rendimento monetário ultrapassam o ganho demandado pelos trabalhadores; a inovação significa a multiplicação das rentabilidades dos fatores, confrontada com a rentabilidade do capital empenhado na sua adoção se fosse utilizado otimamente (MARTINS, 1975; 41).

Assim como apresenta a possibilidade contrária em que a atividade empresarial não se torna inovadora, quando:

Existe um fator excedente (terra, trabalho) cujo uso pode absorver a demanda economicamente interessante sem novos investimentos; o custo da inovação ultrapassa a rentabilidade do fator que está sendo utilizado para produzir o mesmo resultado; o investimento na modernização aumenta a faixa relativa de custos da mercadoria (MARTINS, 1975; 41-42).

A inovação, inserção de técnicas modernizadoras pela atividade agrária, desdobra-se na atividade comercial, que se consolida pelo acesso ao mercado. Nesse ínterim de espaço-tempo atém-se as atenções em relação aos espaços voltados para o abastecimento da capital paulista em produtos hortifrutícolas. Caracterizado no entorno da cidade como cinturão-verde, tendo se modificado, evoluído e expandido com o crescimento da aglomeração de São Paulo.

Não só pelas relações produtivas, mas, também, pelas demandas e pelo consumo proporcionados pelo crescimento da aglomeração.

São Paulo, maior aglomeração urbana do Brasil, possui uma população heterogênea quanto às origens e classes sociais e se coloca em lugar de destaque quanto à dieta alimentar brasileira, diferindo das populações rurais brasileiras e mesmo urbanas de muitas áreas, possuindo quantidade, variedade e riqueza de alimentos, sendo a que mais consome verduras, legumes, frutas, ovos e aves. Foi inclusive através da influência da cidade de São Paulo que muitos alimentos foram introduzidos na alimentação das populações urbanas ou não de outros Estados brasileiros (MARCÍLIO; 2000 16).

Alia-se a esses fatores responsáveis pelo desenvolvimento para uma nova agricultura, a consolidação das cooperativas agrícolas que, durante décadas deram sustentabilidade aos agricultores da região metropolitana de São Paulo. É o caso da Cooperativa de Cotia, fundada em 1927. Esta serviu de suporte para os agricultores durante décadas, e ainda hoje seu fim é lembrado como um dos fatores determinantes, em relação às dificuldades que passaram os produtores rurais no final da década de 1990. Outras cooperativas importantes foram: a de Juqueri, fundada em 1928, as de Itaquera, Suzano e Mogi das Cruzes, todas do ano de 1935 e de iniciativa dos imigrantes japoneses (SEABRA, 1971).

Durante a segunda guerra mundial e posteriormente a esta constatam-se duas tendências: uma era *“a migração rural-urbana, em especial o movimento convergente para a cidade de São Paulo e adjacências”*, aí impulsionado pela substituição das importações em favor da industrialização brasileira; e uma outra que vai denominar de *“movimento dispersivo”* que irradia-se para frentes pioneiras, partindo do interior de São Paulo para os demais Estados e para seu interior .

Já na Cidade de São Paulo, por meio dos relatórios da Cooperativa de Cotia, que levantou a diversidade ocupacional e a conseqüente *“composição da população segundo as atividades, acompanharam, concomitantemente, a marcha dos imigrantes e seus descendentes do campo para cidade”*. Nas estimativas de 1950, das cerca de 51.342 famílias de imigrantes japoneses 72% eram camponesas ou agricultoras e, o restante, 28% se dedicavam ao comércio e à indústria (SAITO, 1961; 174).

As limitações a respeito das vias de circulação e dos meios de transportes rodoviários dificultavam o transporte entre as áreas hortifrutícolas dos arredores da cidade de São Paulo e a cidade em si, onde eram comercializados e consumidos. Já na década de 1940 e 1950, inúmeras mudanças relacionadas com a industrialização e metropolização da aglomeração de São Paulo vão proporcionar alterações nas atividades hortifrutícolas e na sua alta concentração, nas áreas ao redor da cidade, proporcionando a organização das cooperativas e nos organismos e sistemas de abastecimento da metrópole paulistana¹³. Estes foram sustentados pela tradição e técnica dos agricultores japoneses e de seus descendentes estruturados no cinturão-verde em torno da aglomeração de São Paulo; pelo constante processo de expansão do consumo por verduras, legumes e frutas, proporcionados pelo lento, mas gradativo poder aquisitivo de certas classes econômicas da população concentrada nas grandes cidades. Pelo êxodo das populações rurais e urbanas, oriundas do interior do Estado de São Paulo e de outras regiões do País. Estas além de contribuir para aumentar a população consumidora colaboram no sentido de tornar o mercado consumidor bastante diversificado (De La Corte, 1985).

Observa-se na organização nipônica um aproveitamento das áreas ao redor da capital paulista e uma nova forma de agricultura que aí surgiu e se consolidava. Diferentemente da lavoura do interior do Estado, que estava calcada na monocultura e no uso de formas específicas de força de trabalho e das tecnologias disponíveis, como é possível observar a seguir:

Era diferente, sobretudo, da monocultura das grandes propriedades como a do café; nem era uma agricultura do tipo de sítios e sitiantes, pois aquela requeria método intensivo e novos recursos tecnológicos; era ainda diferente em muitos aspectos da agricultura de subsistência, tão tradicional entre os caboclos. Nestas condições, a nova agricultura, definida aqui como do tipo 'suburbano', precisou para seu desenvolvimento de novos equipamentos tecnológicos e novos tipos de organização que sistematizassem o transporte e as relações de lavradores com o

¹³ Regulamentação e distribuição de feiras-livres, participação das cooperativas e sociedades civis agrícolas no Entrepasto Municipal de Gêneros Alimentícios e no Mercado Municipal.

mercado e o crédito. Coube à organização cooperativista a tarefa de amparar e incrementar essa nova agricultura (SAITO, 1961; 145).

Para Saito (1961; 175), *“a convergência de japoneses para os centros urbanos, bem como a substituição de atividades agrícolas por comerciais e industriais não se deram de modo uniforme”*. Nessa interpretação, essa *“passagem do imigrante da vida rural para a da cidade não se deu tão rapidamente”*, o que foi observado é que se tinha em mente a construção de uma base econômica na agricultura. Posteriormente, ocorreu a transferência para o comércio, a busca da cidade pelo filho do imigrante e para aqueles que não dispunham de uma base econômica na agricultura.

A estrutura econômica brasileira era caracterizada por uma economia dual, polarizada, constituída por uma economia não-capitalista de um lado e de outro pelo caráter capitalista moderno. Assim, a população japonesa se inseriu de maneira difusa na economia rural não-capitalista e no mecanismo econômico de caráter capitalista moderno. Esse caráter capitalista manifesta-se no crescimento das indústrias nos centros urbanos, acompanhando a mudança da estrutura econômica local provocada pela marcha da crescente urbanização e industrialização.

O imigrante agricultor japonês iniciou suas atividades no Brasil por meio de um sistema econômico de caráter não-capitalista, no interior do capitalismo. Isso desencadeou um movimento natural de encaixe em outros setores até chegar aos modernos sistemas econômicos capitalistas. Esse movimento não é exclusividade da imigração japonesa, mas sim de diversas etnias que aqui se fixaram, o que pode ser constatado nos dias de hoje em relação às multifacetadas formas de ação que desenvolvem os agricultores na realidade paulistana.

A partir do ano de 1968, inicia-se o registro da entrada de dados na CEAGESP, embora nesse ano ainda se desse de forma experimental, dos volumes à origem dos produtos por município, assim como a quantificação da demanda pelos consumidores, compradores, dos diversos produtos agrícolas que davam entrada e saída no CEAGESP (DE LA CORTE, 1985).

Nos levantamentos realizados por De La Corte (1985), foram comparados os dados, principalmente dos anos de 1964/65 com os de 1971/72, sobretudo quando começou um movimento na dieta dos cidadãos, com a solidificação do cinturão-verde, da agricultura comercial presente na dieta alimentar dos moradores da metrópole paulistana.

Para os anos de 1964/65, o município de São Paulo figurava entre os principais, quando não, como o principal fornecedor de verduras no entreposto da Cantareira, a destacar produtos como: agrião, mostarda, almeirão. Conforme quadro 1 abaixo:

Verdura	Total (+) amostragem	% dos municípios (arrolados em ordem decrescente de participação)
agrião	189	92 - São Paulo, Moji das Cruzes, São Bernardo do Campo, Guarulhos, Itapecerica da Serra
almeirão	13	100- Suzano, São Paulo, Guarulhos
espinafre	460	90 - Suzano, Moji das Cruzes, Guarulhos, São Paulo.
mostarda	36	100 - São Paulo, Arujá, Itaquaquecetuba, Suzano, Moji das Cruzes.
Rabanete	3.712	85 - Guarulhos, Suzano, São Paulo, Moji das Cruzes
rúcula	130	100 - Guarulhos, Ibiúna, São Paulo, Suzano, Arujá, Itaquaquecetuba.
Salsa	270	96 - Guarulhos, Suzano, Embu, Moji das Cruzes, Arujá, Itapecerica da Serra.
(+) - todas as unidades de medida (maço, caixas, dúzias, etc) estão aí transformadas em engradados.		
Quadro 1 - Participação por Município na produção de Verduras em 1964 - 1965 Fonte: De LA Corte, 1985; 34		

Em 1971 e 1972, São Paulo ainda se apresentava representativo como um dos principais municípios fornecedores de verduras, como observa-se no quadro 2, agora nos dados de entrada no CEAGESP, em média 81,30% das verduras que davam entrada eram provenientes em 1º lugar de São Paulo, seguido por Suzano, Arujá, Embu, entre outros municípios da grande São Paulo. Conforme quadro abaixo.

Verduras	1971		1972	
	%	Municípios	%	Municípios
agrião	85,87	S. Paulo, Arujá, Suzano, Embu.	87,72	S. Paulo, Arujá, Suzano, Guarulhos
almeirão	83,47	S. Paulo, Embu, Cotia, Suzano.	83,67	S. Paulo, Embu, Guarulhos, Suzano
cebolinha	83,23	S. Paulo, Suzano, Guarulhos, Ibiúna	77,44	S. Paulo, Guarulhos, Suzano, Ibiúna
espinafre	84,11	Guarulhos, Embu, Cotia, S. Paulo	82,34	Guarulhos, Embu, Cotia, S. Paulo
mostarda	70,32	S. Paulo Cotia, Guarulhos, Ibiúna	74	S. Paulo, Guarulhos, Embu, Cotia
rabanete	79,54	Ibiúna, Suzano, Mogi das Cruzes, Guarulhos	82,01	Ibiúna, Mogi das Cruzes, Suzano, Guarulhos.
rúcula	66,54	Ibiúna, Suzano, Arujá, S. Paulo	60,27	Ibiúna, Suzano, Cotia, Arujá
salsa	82,56	S. Paulo, Guarulhos, Suzano, Ibiúna	82,55	S. Paulo, Guarulhos, Suzano, Ibiúna.

Quadro 2 - Participação na produção de verduras nos anos de 1971 e 1972
 Fonte: De La Corte, 1985; 37

Cabe destaque as explicações da pesquisadora, para os diferentes índices de entradas de produtos durante os anos de análises:

1- Algumas verduras possuem menor número de remetedores (acelga, brócolis, escarola) que outras (alface, couve-flor e repolho), fato que deve ser ligado às maiores entradas (maior consumo) destes últimos em relação aos primeiros; 2 – grande aumento ocorrido em 1971/72 quanto ao número de participantes nestas remessas de verduras, inclusive de outros Estados (De La Corte, 1985; 46).

Percebe-se também que alguns municípios perderam a liderança na produção e remeça de determinados produtos, segundo De La Corte (1985) que classifica os principais fornecedores e sua posição nos anos pesquisados:

O aumento numérico e essa diminuição relativa na participação das remessas são uma das conseqüências da melhoria dos meios de transporte e vias de circulação, além de poder refletir também a expansão da área cultivada.

Produto	Município	1964/65	1971/72
Alface	Moji das Cruzes	38,01%	31,11%
Couve	São Paulo	47,77%	38,40%
Couve-flor	Suzano	23,10%	10,56%
Brócolis	Suzano	34,06%	10,34%

(DE LA CORTE, 1985; 46).

A diminuição de produção para algumas áreas vem demonstrar uma diminuição gerada pelo desenvolvimento e especialização de novas áreas de produção. Para De La Corte (1985, 47), essa mudança está atrelada à ação das cooperativas ligadas à comercialização das verduras, acrescenta que *“(...) há uma participação importante dos chacareiros no abastecimento da cidade de São Paulo isto sem levar em conta aqueles que vendem diretamente suas verduras os feirantes chacareiros”*, que mesmo sem controle estatísticos de suas vendas, apresentam relevante importância.

Correlaciona-se ainda às afirmações destacadas acima, *“o crescimento da cidade de São Paulo, com a urbanização avançando sobre as terras agrícolas, tornando-se seu uso proibitivo aos arrendatários, devido à acentuada valorização das glebas”* (De La Corte, 1985; 50).

Em relação ao consumo de legumes e raízes, pelos paulistanos, estes, não se constituem em uma alimentação regular, ou seja, apresentam um consumo variável. Atribui-se aí o hábito dos consumidores e a oferta no mercado, a própria sazonalidade dos cultivos desses produtos. Assim, as remessas para o Entrepósito da CEAGESP não estão restritas à cidade de São Paulo e seus arredores. Motivadas, sobretudo por se tratar de produtos que demandam uma maior parcela de terras, assim, se torna economicamente viável a produção em maior escala e por isso inviável para as pequenas propriedades paulistanas.

A área rural paulistana, mesmo para os legumes e raízes apresentou-se nas décadas de 1964/1965 como uma das principais fornecedoras para o Entrepósito da Cantareira e, em 1971/1972, para a CEAGESP com relação à abóbora, ao cará, à mandioquinha, à batata-doce, à cenoura, à beterraba, à abobrinha e ao

chuchu, destacando-se a crescente queda no fornecimento de abóbora de 13,91% para 4,62%, e a larga participação na produção do chuchu, com 53,33% e 45,11%. *“Já se chamou a atenção para alguns aspectos relacionados com o chuchu. (...) a existência, praticamente, de apenas duas zonas remetedoras: uma, da qual participam os municípios líderes situados no Planalto Atlântico”* – São Paulo e Guarulhos – *“Aliás, trata-se aí de cultura antiga e que ocupa superfícies contínuas”*. (De La Corte, 1985; 103). (Anexo XX, a tabela completa com os principais municípios fornecedores para os principais postos de comercialização de São Paulo).

O município de São Paulo serve como exemplo significativo, no que tange à diminuição de percentagem de fornecimento de produtos se compararmos as entradas nos anos de 1964/1965 e 1971/1972, principalmente por se tratar de *“áreas bem próximas da cidade de São Paulo e que enfrentam, de maneira fortemente acentuada, o problema da expansão dos loteamentos urbanos e conseqüente valorização das terras”* (De La Corte, 1985, 98-99).

Concomitantemente ao processo de expansão urbana, e a ocorrência da reestruturação da produção agrícola para o abastecimento da população urbana que se distancia da cidade, favorecida como destacado anteriormente pela crescente e modernizada malha viária, cabe mencionar também os movimentos políticos, sociais, culturais e econômicos que aconteciam, sobretudo na década de 1960, produzindo os grandes processos de urbanização e metropolização, criando, assim, novas realidades e novas demandas.

No período da década de 1960 em diante, um fator importante a não ser ignorado é a queda da cotação dos produtos básicos que não foram mais subsidiados, impondo uma desestruturação vultosa, principalmente para os pequenos e médios agricultores, implicando novos ritmos do êxodo rural em direção às grandes cidades, fomentando o processo de favelização nessas cidades, de forma mais contundente.

A emigração para as cidades significou uma forma de poder subsidiar a toda essa problemática. Não podemos esquecer que muitos agricultores de pequeno e médio porte, endividados pelos

altos juros bancários e a inflação acelerada, especialmente na América Latina, perderam as suas propriedades e foram vender seu trabalho nas metrópoles também empobrecidas dos países deste continente (LE MOS, 1999, 11).

A explosão demográfica trouxe um sinal de preocupação e de alarme em relação à pobreza urbana concentrada nas metrópoles, pela criação de desequilíbrios nos recursos, em um período de tempo muito curto, gerando novas realidades sociais. Dessa forma, o espaço não pode mais ser pensado sem o tempo, as alterações se dão de forma mais significativa, impondo novos ritmos e novas formas do uso do espaço e do tempo. As transformações são resultado de um processo pelos quais passaram os modos de vida da sociedade, o que nos reafirma Souza Santos (1991).

O desenvolvimento das tecnologias da produção, da informação e da comunicação fez com que se criassem simultaneidades temporais entre pontos cada vez mais distantes no espaço, e esse fato teve um papel estruturante decisivo, tanto no nível da prática social, como no nível da nossa experiência pessoal (Souza Santos, 1991; 63).

Para Lemos (1999, 14), *“os nossos próprios tempos procedem e produzem espaços específicos que outorgam materialidades particulares às relações sociais, outorgando definições características ao lugar”*, pensando dessa forma, as representações sociais do espaço adquirem cada vez mais importância e centralidade.

Dessa forma, a acumulação de diferentes tempos e temporalidades, com seus desencontros, em diferentes fases do desenvolvimento das sociedades, deixam suas marcas e, assim, se apresenta a *“metrópole como a expressão maior dessa acumulação desigual”*. Para a pesquisadora, o objeto da geografia, que foi se modificando com o tempo, é ultrapassar o simples conceito da forma, tornando-se cada vez mais uma ciência humana. *“Na dialética espaço-tempo, os diferentes momentos epistemológicos de pensar o espaço foram se modificando e a realidade metropolitana também tomou novos conteúdos”* (LE MOS, 1999, 14).

Uma série de definições para a forma espacial descrita por diferentes geógrafos, para o fenômeno urbano e do processo de urbanização são descritos:

Etimologicamente analisando a composição grega do termo, é a área organizada pela cidade mãe. Efetivamente, a metrópole organiza ao seu redor a chamada área suburbana, que, embora administrativamente se encontre fora do município da cidade central, é dependente dela (LEMOS, 1999, 14).

Nesse contexto em que encontramos os agricultores na região sul do município de São Paulo, embora haja a independência em relação à cidade e ao acesso a esta, aí compreendido as ações econômicas, culturais e sociais. São dependentes dessa centralidade exercida pela metrópole, sejam pelos dilemas enfrentados para a reprodução enquanto sujeitos, camponeses, seja nas ações do poder público e na dependência ao poder econômico da metrópole que avaliza suas sobrevivências.

E, é nesse território metropolitano que é possível o encontro, além de temporalidades diferentes, atividades diferentes, englobar as atividades rurais, comerciais e industriais e, logicamente, as diferentes formas de consumo, de gestão e de uso da força de trabalho. Para Castells (1977), é no espaço metropolitano que há uma hierarquização das atividades, sejam elas numa maior ou menor interdependência:

O comércio concentra a venda de produtos raros e organiza a distribuição massiva de consumo cotidiano. O sistema de transportes segue os fluxos determinados pela implantação das atividades, e serve de dinamizador do aglomerado (CASTELLS, 1977, 99).

Na década de 1980, a metrópole já era definida pelo novo conteúdo “*como um grande centro territorial onde se acumulam o poder e o capital e se constitui em lócus de reprodução de bens e serviços (...) o que resulta numa máxima acumulação territorial de rendas*” (LEMOS, 1999, 17). Segue a autora destacando que as metrópoles “*fazem o papel de centros nevralgicos do capital monopolista*”, impondo modelos de consumo e ideologias à população que nelas habitam.

Os conceitos acerca da interpretação da vivência em locais que se diferenciam em relação às classes sociais, introduzidas a um processo de metropolização, interligam-se por meio de conceitos de tempo e de cultura. É nesse viés que encontramos a reprodução da agricultura no município de São Paulo, na

interligação cultural com o tempo social. Para Lemos (1999, 21), o tempo social inclui todas as outras concepções de tempo conhecidas, *“além de possuir a essência do tempo histórico que é ideológico, político e cultural. A percepção do tempo histórico é a percepção das mudanças e das transformações. O tempo social inclui, em seu conteúdo, valores”*.

Se diferenciam segundo as classes sociais, os gêneros, o lugar de origem, o grau de cultura, entre outras categorias. Assim, o lugar não nos remete a um território habitado, mas também a uma posição dentro de um sistema social (LEMOS, 1999, 21)

A interação entre um núcleo central urbano, cidade, ao desenvolver uma intensa vinculação sócio-econômica com outros centros maiores e mais desenvolvidos realiza o processo de metropolização. Sendo esse um processo resultado de intensa urbanização, este, por sua vez, resulta de um processo social, que exige mobilidade e transferências de grupos sociais, das áreas rurais de outros aglomerados urbanos. Que não pode deixar de ser pensado em todo seu dinamismo.

Essa urbanização decorre de um processo social que exigiu a transferência de grupos sociais das áreas rurais para os aglomerados urbanos, produziu novas formas de organização de vida da sociedade contemporânea, a partir de uma nova forma de divisão territorial do trabalho (LEMOS, 1999, 24).

Para Souza (1985), a terminologia subúrbio, bastante presente em vários estudos realizados, quando se trata de São Paulo, principalmente por geógrafos e, em documentos oficiais, remete ao fenômeno de metropolização. Esmiuçar o processo do fenômeno urbano, anterior à década de 1950 do século passado, evoluindo para além da forma e, um pouco mais tarde, levou a aceitar o processo de metropolização pela teoria da polarização, *“uma teoria bem elaborada”* (SOUZA, 1989; 116), é a que dá conta de explicar o processo de transformação e de diferenciação para estudar o urbano.

No processo de transformação e de reconstrução para o estudo do fenômeno urbano, muitas amarras foram deixadas para trás e, dessa maneira, outros fatores para explicar a metropolização vão sendo descobertos. No caso de São Paulo,

desvendar o elo que ligava uma coisa à outra para configurar a espacialização que se configurava cada vez mais distante do núcleo central e ao mesmo tempo ligado e estes, torna-se então necessário “*conferir no cotidiano da vida da cidade o que é que ia aparecendo e ia empurrando para frente essa metropolização*” (SOUZA, 1985, 116).

Hoje em dia já temos quase que um consenso de que para estudar o urbano é preciso ter um domínio muito grande sobre essas práticas do cotidiano (...) as estratégias da reprodução do capital, a questão da luta de classes, a questão da terra (seu uso, sua propriedade, etc.) e a questão das organizações sociais, dos movimentos sociais urbanos, das comunidades de base ou como quiserem (SOUZA, 1985, 116).

Para Souza (1985), ao estudar a evolução do preço da terra na cidade de São Paulo, verificam-se as “*relações que existem entre o estabelecimento desses preços e a história da cidade, a evolução urbana, etc.*” Embora isso explique partes do processo, chegou à conclusão de que:

Explica esse espaço com esse espectro, com um ritmo diferente daquele da década de 1970 – que foi de ampliação horizontal, de formação das periferias pobres, fenômeno que admitimos já este bastante atenuado – o que caracteriza hoje a vida metropolitana de São Paulo no seu desenho é a formação vertical e é a estratégia que se monta para garantir áreas seja para essa expansão vertical, seja para coibir a formação das periferias pobres (SOUZA, 1985, 117).

A metrópole é o espaço entre dualidades. O rural e o urbano, a partir do espaço produzido e da apropriação por ambos, constituem em pares dialéticos para o processo de formação da diversidade, da pluralidade no que tange as propriedades agrícolas e aos sujeitos; os agricultores na relação com a terra e a cidade.

Para o entendimento do processo de apropriação do espaço urbano, existe como já destacado por Seabra (1971), o fator imobiliário. Para Souza (1989, 14), a existência do “*capital imobiliário, o capital financeiro, o capital fundiário e o capital produtivo*” que no processo de verticalização da cidade realizam num curto espaço de tempo uma estratégia de interesse mútuo para essa apropriação dos espaços.

Para essa configuração, de apropriação de novos espaços pela urbanização, a divisão social do trabalho se faz necessária, a criação do “exército de reserva”. Para Souza (1989), a metropolização se expressa nessa divisão internacional do trabalho e na rapidez em que se realiza a urbanização do espaço nacional.

As cidades não crescem apenas porque são lugares centrais, lugares do emprego e da indústria, ou do exército de reserva. As cidades crescem porque existe uma multiplicidade e complexidade de interesses nelas envolvidos. Interesses enormes e lucrativos na produção específica do espaço urbano, público e privado (SOUZA, 1989; 304)

A produção do espaço urbano é interesse do modo de reprodução capitalista, “*daí as estratégias do capital nas suas múltiplas aparências, a reflexão sobre a renda e a valorização da terra, a identificação dos agentes, a ação do Estado*” (SOUZA, 1989, 302). Dessa forma que os loteamentos irregulares se fortalecem, devido à inoperância do Estado de direito, mas este é complacente com essas práticas, pois seus representantes, os políticos ratificam os fatos com ações pontuais e de interesses adversos.

Inaugura-se, no início deste século, uma nova fase nesse processo dialético do rural-urbano paulistano, um problema instigador, verdadeiro que motiva a teoria da metropolização.

Suplantou-se a fase do cinturão-caipira, emergido pelo cinturão-verde, este último tomado pela urbanização, assim, adentramos numa nova e perigosa modalidade, das áreas de proteção ambientais, perigosa porque agora envolvem outros sujeitos, não os caipiras ou os japoneses produtores de alface. Estão na dependência de sucesso milhões de habitantes da região metropolitana de São Paulo.

O problema verdadeiro e instigador é econômico, produtor de bens e serviços essenciais – alimentação, água, moradia – e de bens e serviços de consumo, não essenciais. É também toda a problemática dos custos sociais e ecológicos da grande cidade. Um problema do cotidiano na grande cidade. E como questiona Sachs (1985) como essas metrópoles, apesar de tudo, funcionam. Essa questão

está no cotidiano das pessoas, nos tempos sociais, no conteúdo de valores, de cultura, desses sujeitos, os camponeses.

No ambiente metropolizado que há o encontro dos tempos distintos, o cinturão-caipira foi tragado pelo cinturão-verde, mas, nem por isso, um século depois, não deixamos de identificar sujeitos caipiras e suas roças, seu jeito pacato de andar e de falar e de fácil identificação em seus trajes de trabalho. Os japoneses plantadores de alface vão para o Japão trabalhar na indústria, voltam e reestruturam suas propriedades, estou falando aqui de diferentes gerações, imbuídas dos hábitos camponeses.

Atribui-se a esse espaço, no caso a interface do urbano com o rural, o que Martins (1997) chama de fronteira. O uso do termo, ao qual o autor se refere às fronteiras agrícolas envolvendo, como sujeitos, os camponeses, e por se tratar do estudo envolvendo pessoas comuns, que também persistem, adaptam-se às atualidades, aos novos tempos e às novas formas de sobrevivência, levam consigo concepções de vida, como já destacadas e melhor discutidas nos capítulos seguintes.

Na fronteira, o camponês ainda vive relações econômicas, concepções de modo e de vida centradas na família e na comunidade rural, que persistem adaptadas e atualizadas desde tempos pré-capitalistas. (...) Ele, que ainda está mergulhado na realidade de relações sociais que sobrevivem do período colonial, se descobre confrontando com formas tecnologicamente avançadas de atividades econômicas, do mundo do satélite, do computador, da alta tecnologia (MARTINS, 1997, 16).

Possível por ser o *“capitalismo que recria continuamente formas camponesas de trabalho, ao mesmo tempo em que conflita com elas, introduz uma viabilidade nova na realidade camponesa”*, realidade essa da atualidade diferente de fases anteriores, *“diferente das situações observadas na fase da acumulação primitiva”* (MARTINS, 1997, 109).

Esse é um processo marcado por um conjunto de contradições inerentes ao processo capitalista, ao se expandir pelo país e que passa como destaca Oliveira, (2003; 25 - 26) *“necessariamente pelo domínio do trabalho assalariado nas*

grandes e médias propriedades e pelo predomínio do trabalho familiar, camponês portanto, nas pequenas propriedades ou pequenas unidades de produção". Acrescenta que em relação aos processos contraditórios e desiguais do capitalismo, deve-se ter o entendimento "que ele tem se desenvolvido no sentido de ir eliminando a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética".

Dessa forma que a metrópole e os camponeses vão se adequando e resistindo aos processos evolutivos da sociedade moderna, inaugurando parcerias e formas alternativas de cultivos, incorporando serviços aos hábitos cotidianos aos benefícios do urbano. Consagrando a partir das contradições que a cidade nos revela na atualidade não a eliminação das diferenças, e sim as ressaltando e tornando cada vez mais específicos e portadores de características gerais contidas no urbano e no rural.

CAPÍTULO II

Práticas produtivas diversas na porção sul do município de São Paulo

Entre os gêneros de vida rurais (agrícolas) e os gêneros de vida urbana caracterizados, tais como os evidenciamos de maneira intuitiva, antes de qualquer espécie de determinação lógica, há, nós veremos, uma ampla margem em que se encontram tipos muitos diversos, modos e existência que repousam sobre recursos provenientes da indústria e que, ao contrário, não criam agrupamentos urbanos, gêneros de vida agrícolas que comportam hábitos semi-urbanos de *habitat* (SORRE, 1984; 123).

Sorre (1984) destaca as implicações do estudo do habitat e do gênero de vida, em relação ao mundo rural. Essas noções tendem a alterar-se, na medida em que as atividades dos homens mudam de tendência, ou seja, a acepção clássica da noção de gênero de vida em relação ao meio físico e vivo tende a se definir em relação à mudança do complexo geográfico, econômico e social.

O desenvolvimento do capitalismo traz concepções múltiplas dos gêneros de vida e variáveis formas de interpretá-lo no mundo moderno. Se até um determinado período não muito distante as ocupações e o trabalho estavam ligados ao solo, atualmente, a industrialização ultrapassa as fronteiras internacionais. Criam-se ocupações para as atividades do homem, não necessariamente agrícolas. Essas mudanças desarraigam grupos da terra, implicando na sua reorganização em outros grupos. *“O indivíduo desarraigado incorpora-se aí. Aí ele contrai hábitos. Em breve, participa de um novo gênero de vida”* (SORRE, 1984; 120-121).

São realmente gêneros de vida *“próprios de uma comunidade e fortemente arraigados”*. Do mesmo modo que nos ocupávamos anteriormente, quando do trabalho prioritário com o solo, o novo, agora, se traduz nas atividades não-agrícolas e nas relações mais intensas com as cidades, que atualmente ocupam nossa atenção. *“Novos? Não, pois todo o desenvolvimento das civilizações traduz-se, desde milênios, pelo florescimento de cidades. Quando mais desenvolvidas, mais pesam sobre os destinos da humanidade”* (SORRE, 1984; 121). Nem todas as cidades apresentam a riqueza e a complexidade que a existência urbana necessita (serviços públicos, por exemplo), o que pode sugerir a presença de relações temporais diversas na contemporaneidade.

Relações espaciais implicam em distintos usos da terra, e nas comunidades tradicionais, a terra é o início e o fim, formando um elemento único com homem. Nas relações modernas, as mediações sociais passam a ser capitaneadas pelo estado, que impõe às sociedades tradicionais uma desterritorialização¹⁴.

As formas que as aglomerações tomam no processo capitalista e a complexidade da existência das cidades sugere estruturas que nem sempre são as físicas, de serviços urbanos de fato. Estão mais relacionadas ao modo de vida e com isso, *“apresentam a riqueza e complexidade que a existência urbana implica”*. Pois a aglomeração leva a definir gêneros de vida, dependentes para o seu funcionamento e que só podem subsistir devido à *“coordenação interna entre as atividades da cidade e a coordenação externa com as atividades das regiões de que a cidade depende”* (SORRE, 1984; 121).

O movimento da vida regula-se por uma espécie de pêndulo, em que, nas idas de um extremo a outro, incorporam-se diferentes continuidades e descontinuidades, reduzindo ou não as diferenças criadas. As formas de transição do *habitat* rural em práticas urbanas de habitar ou as formas de transição são deturpadas quando do crescimento promovido pelos processos migratórios.

Os processos de migração estão geralmente relacionados a questões econômicas, em que um ou mais membros da família migram em função de uma melhor condição de vida. Em geral, acabam levando consigo os demais integrantes dessa família, ocasionando o que é definido por Singer (1977) como processo social de migração.

Processo esse, de migração social, foi verificado no decorrer das entrevistas realizadas, pelas histórias de cada família que migraram para São Paulo, em busca de uma melhoria nas condições de vida, em um primeiro momento tendo

¹⁴ “A desterritorialização seria um fenômeno sobretudo de natureza econômica; para outros, a grande questão é a crescente permeabilidade das fronteiras nacionais -, e a desterritorialização seria assim um processo primordialmente de natureza política; enfim, para os mais ‘culturalista’, a desterritorialização estaria ligada, a cima de tudo, à disseminação de uma hibridização de culturas, dissolvendo os elos entre um determinado território e uma identidade cultural que lhe seria correspondente”.(HAESBAERT, 2004; 172).

como objetivo a colocação nos postos de trabalho proporcionados pela metrópole industrial.

São Paulo tornou-se o principal centro de atrações de migrantes do Brasil, recebendo pessoas de todas as regiões do País e do exterior. Pelo gráfico 1, pode-se constatar esse fato e mensurar a participação dos migrantes nas atividades rurais na metrópole. A destacar que a maior parte dos entrevistados é da região pesquisada e de outras regiões do município de São Paulo, mas, sem deixar de ser descendentes de emigrantes de outras épocas. Em seguida, o interior do Estado de São Paulo figura como o segundo local de origem dos entrevistados no espaço rural paulistano. Dentre os demais estados destaque para o Estado da Bahia, origem da maioria dos entrevistados fora do estado de São Paulo.

O mapa 4 a seguir, espacializa no Brasil e no mundo a origem dos pequenos agricultores que foram entrevistados para essa pesquisa.

ORIGEM DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS

Origem	Famílias
São Paulo (Capital)	38
São Paulo (Interior)	16
Bahia	14
Minas Gerais	7
Alagoas	7
Pernambuco	6
Paraná	5
Ceará	5
Rio Grande do Norte	3
Espírito Santo	1
Paraíba	1
Exterior	1

LEGENDA

ESTADO DE ORIGEM

Unidade da Federação (Brasil)

País da América do Sul

Em países capitalistas, que se encontram em processo de desenvolvimento, as migrações estão associadas a uma mudança tecnológica, uma vez que a população encontra-se em uma economia de autoconsumo. Na medida em que o processo tecnológico é implantado/implementado em economias subdesenvolvidas, impõe-se um descompasso estrutural muito grande na economia local; ao passo que em uma economia em pleno desenvolvimento em que sua população está integrada às inovações, os sobressaltos se dão no âmbito de adequações ao novo sistema.

Em centros urbanos de proporção e caráter diferenciados, como o caso de São Paulo, os processos migratórios inserem-se num movimento de transformação espacial, cultural e social, em que nem todos são incorporados aos eventos que se sucedem. Os aparatos do Estado não são capazes de viabilizar uma inversão desse processo de exclusão.

O capitalismo tende à concentração espacial de atividades diversas e contraditórias que induzem as múltiplas transformações, seja no campo ou na cidade, sem que haja uma destruição das formas anteriores de trabalho. Assim, São Paulo, no entender de Singer (1977), é o epicentro do desenvolvimento capitalista brasileiro. Os contrastes que ela apresenta manifestam apenas as contradições de um sistema que, para desenvolver as forças produtivas, vai sempre suscitando novos problemas.

Harvey (1973) destaca que o Capitalismo reúne uma totalidade de acontecimentos e de partes contraditórias e, que busca moldar as partes de forma que cada uma funcione para preservar a existência e a estrutura geral do todo.

O capitalismo, por exemplo, busca moldar os elementos e relações dentro de si mesmo, de tal modo que é reproduzir como um sistema em processos. Conseqüentemente, podemos interpretar as relações dentro da totalidade de acordo com o modo pelo qual elas funcionam para preservá-lo e reproduzi-lo, (HARVEY, 1973; 175).

Essas diferentes relações, que *“não estão, necessariamente, em harmonia entre si. Elas estão freqüentemente em contradições e destas contradições flui o conflito”*. O entendimento, em relação as contradições ocorrem com a resolução

dos conflitos, gerando novos conflitos e novas contradições, no contexto destacado por Harvey (1973) do uso do solo urbano e os valores de troca e de uso que surgem nas cidades, sobretudo as mais industrializadas.

O processo de industrialização na América Latina se deu de forma bastante semelhante, principalmente entre os principais países, por suas peculiaridades coloniais de sujeição da cidade ao campo. O que, de certa forma, está presente na historiografia paulistana, em que a cidade passa pela transformação de um processo comercial para o industrial sem que haja *“transformações revolucionárias da antiga estrutura de denominação, mas de uma acomodação da mesma”* (SINGER, 1977; 111).

A cidade modifica-se, mas mantém o caráter político, levando consigo uma dominação, uma sujeição de elementos intrínsecos ao lugar. A essas transformações, coloca-se a possibilidade desses elementos contraditórios estarem sendo acomodados, sem que se perca a trajetória posta pela lógica capitalista.

O processo de transferência da renda escravocrata para a capitalização e fortalecimentos das plantas industriais em São Paulo, a partir do início do processo de industrialização, gerou demanda por mão-de-obra e novas necessidades de alimentação, que viria pela liberação da mão-de-obra via agricultura.

A grande massa rural confinada na economia de subsistência passa a constituir para a economia capitalista industrial um verdadeiro reservatório de mão-de-obra ou, na expressão clássica de Marx um exército industrial de reserva (...). A migração para a cidade tem duplo efeito sobre o crescimento do exército de reserva: os migrantes se incorporam neles ao se instalarem nas áreas urbanas e ao mesmo tempo expandem a demanda urbana (solvable) por produtos agrícolas, o que confere o caráter de mercadorias, isto é, de excedente vendável, a uma parcela crescente da produção do setor de subsistência. É por meio da expansão do mercado urbano para produtos agrícolas que o capitalismo penetra na agricultura, pois ela possibilita e torna vantajosa para o proprietário a substituição da renda-produto ou renda-trabalho pela renda-dinheiro ou pelo lucro proveniente da exploração do trabalho assalariado. (SINGER, 1977; 122- 123).

A expansão da cidade demanda produtos agrícolas que seriam e são produzidos, em geral, pelos pequenos e médios agricultores. Estes irão suprir essa demanda por alimentos para a população que chega à cidade e que vai adquirindo novos hábitos alimentares.

As cidades adquirem funções, geralmente pelo fator geográfico, que é fundamental para a comercialização de produtos, como centros emissores ou receptores de mão-de-obra. Esse fator é fundamental na avaliação de Prado Jr. (1965) para a cidade de São Paulo, em sua origem diferenciada de outras cidades e favorecida pelo fator geográfico.

Para Cardoso (1960; 33), nenhuma cidade se beneficiou tanto em termos de crescimento industrial como São Paulo por sua posição geográfica. Assegura *“que dentro do Estado de São Paulo foi a capital a área que mais se beneficiou em termo de crescimento industrial por causa de um conjunto de condições naturais ou morfológicas”*, o que garantiu êxito para industrialização da aglomeração e de seu entorno.

A esse fator privilegiado de São Paulo impulsionou a industrialização e a expansão da cidade, sendo fator diferenciado frente a outros núcleos urbanos do país, nem mesmo os beneficiados pela expansão canavieira ou mesmo de outras atividades econômicas, superaram a cidade de São Paulo. Fernando Henrique Cardoso avalia esse processo:

Dentre todos os núcleos urbanos que se beneficiaram com a expansão da lavoura canavieira nenhum superou a cidade de São Paulo. Para isto houve várias razões. Em primeiro lugar, o novo eixo econômico do estado passava pela cidade demandando o porto de Santos. Todo o comércio do café paulista fazia-se apenas em São Paulo e Santos. Por outro lado, São Paulo, como capital da província, foi o grande mercado de mão-de-obra imigrante, (CARDOSO, 1960; 38).

O crescimento da cidade de São Paulo, com a expansão urbana a partir do final do século XIX proporcionada pelo afluxo de população passa então a mudar a configuração das velhas casas de comércio no Centro, transformando-as em locais administrativos, depósitos, lugares de negócios. As aglomerações tomam

outras colinas, os fazendeiros abandonam o Centro indo morar em outros bairros residenciais, absorvendo a paisagem composta de chácaras rurais para produção da cidade que se urbaniza, com locais para moradia da classe alta e outros para classe operária, estes geralmente próximos às plantas das fábricas.

As cidades cresceram muito rapidamente, em períodos muito curtos, ocasionando mudanças significativas na formação espacial. E, dessa forma, houve uma reorganização na localização e distribuição de algumas atividades no sistema urbano. *“É muito fácil encarar essas mudanças como, naturais e justas, e como, simples manifestações de ajustamento do sistema urbano a mudanças em tecnologias, mudanças em padrões de demandas e outras”* (HARVEY, 1973; 48).

Até o início do século XX, a porção sul do município de São Paulo não foi tomada pelo processo de expansão urbana, pois os olhares estavam voltados principalmente para a região norte e leste do município, onde a tomada para urbanização se deu de forma mais concentrada e prioritária uma vez que estes eram os caminhos para o produtor do café do interior (Monbeig, 2004).

Monbeig (2004; 59), em relação ao surgimento da metrópole, afirma que a transformação se dá *“a partir da primeira década do século XX que a cidade deixou de ser apenas a urbe dos fazendeiros de café”*, com o advento da eletrificação e a indústria que serviram como elemento propulsor. Nesse período, a produção da cidade não cessou e por meio da construção civil, a aglomeração urbana foi anexando novas áreas e *“via nova arquitetura, subverteram por completo a sua paisagem”* natural.

Então, se até o início do século XX, a região Sul do município de São Paulo mantinha-se com seus antigos núcleos urbanos, nas primeiras décadas, apontava-se para uma ocupação mais intensiva, uma vez que as demais áreas já haviam sido consumidas pelo fator urbano. A partir daí, começa a consumir seus subúrbios, a destacar que os bairros nobres de hoje em São Paulo, na região Sul do município, foram ocupados nesse período. Influenciadas principalmente pelo transporte e também pelos atrativos de lazer que as represas proporcionavam

(restaurantes, iate clubes, etc.), essa ocupação foi se expandindo, mas as porções mais extremas não são tomadas ainda pela expansão urbana.

Monbeig (2004) descreve como de deu esse processo de ocupação em direção ao extremo sul do município de São Paulo:

A expansão rumo ao Sul foi muito mais intensa porque aí não havia obstáculos capazes de detê-la. Dois fatos contribuíram para sua ocorrência: em primeiro lugar, a crescente atração exercida por Santo Amaro e, em seguida, a tendência da burguesia paulista de desertar seus antigos bairros, próximos às ferrovias e às estações e nas vizinhanças das várzeas. A expansão em direção a Santo Amaro processou-se por meio do povoamento das áreas ao longo de suas duas artérias principais: a Rua da Liberdade e a Avenida Brigadeiro Luís Antonio. (...) Por sua vez, os lagos artificiais criados pela Light & Power tornaram-se pontos de atração de visitantes nos fins de semana. As facilidades de transporte proporcionadas, seja pelos bondes, seja por linhas de ônibus e pela presença de boas estradas, têm levado os paulistas de classe média e também os estrangeiros, a procurar morar perto de Santo Amaro ou até nessa pequena cidade e nas vizinhanças das represas. (MONBEIG, 2004; 64).

Monbeig (2004), ao mesmo tempo que fala da ocupação urbana nessa região, mais próxima ao Centro, fala da mais extrema, extrapolando os limites políticos do município de São Paulo, destacando a presença da agricultura de certa forma crítica:

Nos arredores da cidade, a região das velhas aldeias M'boi e Itapecerica, que se estende até Cotia, recebeu na época uma verdadeira sacudida. Essa modalidade de sertão florestado às portas da capital voltou a ser desmatada nos últimos vinte anos e passou a ser invadida por cultivos hortigranjeiros para o abastecimento da cidade. (MONBEIG, 2004; 65).

A expansão espacial da cidade, nesse período, meados do século XIX, em direção ao sul, configura uma forma linear de ocupação para o plano da cidade, com um excessivo alongamento produzido pelo seu crescimento ao longo do eixo de circulação, que leva no núcleo central de Santo Amaro até os aglomerados de Capela do Socorro, Parelheiros, Colônia e Marsilac, deixando claro uma fisionomia imposta pelo relevo e pelo processo de ocupação em células mais ou menos isoladas.

Percebem-se hoje os reflexos dessa desordem da sua disposição na rede de ruas tortuosas, a partir do eixo dos antigos caminhos de ligação.

O crescimento rápido da cidade provocado pelo processo de industrialização provoca o afluxo de novos moradores. A destacar a densidade populacional, a expansão e a estrutura da aglomeração urbana para esse período:

Uma primeira cifra global já se mostra reveladora: em 1940, no município de São Paulo, sem considerar o distrito de Santo Amaro, ainda essencialmente rural, a densidade atingia apenas 1:417 habitantes por Km² (numa superfície de 925 Km²), mostrando bem a importância de seus espaços vazios. Os distritos de sua periferia tinham densidades inferiores às de numerosos municípios agrícolas do Estado: 20 habitantes por Km² em Santo Amaro, 40 no distrito de Lajeado, 80 em Perus, que englobam áreas montanhosas praticamente vazias. Mais perto da cidade ou beneficiando-se da presença de grandes estabelecimentos industriais, temos São Miguel, Osasco, Butantã, Vila Matilde e a Freguesia do Ó com densidades variando entre cem e quinhentos habitantes por quilômetro quadrado. (MONBEIG, 2004; 86)

A população é composta por uma vasta diversidade cultural e que, pela miscigenação, constituiu-se na sociedade paulistana, com seus traços específicos, habitando cada quadrante da cidade. Destacamos, por estarem ligados diretamente à área de estudo, mas não exclusivamente a essa região, os japoneses, italianos, alemães, africanos, portugueses, dentre outros.

Assim, se apresenta a diversidade no espaço territorializado, diferentes formas espaciais e de uso do solo, de atividades econômicas e relações culturais, com uma base populacional bastante heterogênea. O rural está presente no urbano paulistano, por meio das hortas, dos feirantes que se deslocam às feiras para comercializarem seus produtos. Por exemplo, os produtores rurais estão presentes em vários bairros e não são mais aqueles destacados por Marcílio (2000), que comercializavam no centro urbano situado a alguns quilômetros das áreas de produção. Hoje estão bem mais distantes suas culturas.

A tecnologia para produção chegou para boa parte dos agricultores que se adequaram às condições da metrópole. É visível que não são mais os caipiras descritos por Saint-Hilaire, mas nem por isso são desprovidos de uma cultura

camponesa. O modo de vida metamorfoseia para assegurar a continuação da família na atividade agrícola ou na diversidade que a modernidade tecnológica proporciona a seus moradores e, assim, expandiu-se ao rural e ao produtor rural.

Nessas condições, alteram-se as estruturas e as dinâmicas das relações entre o campo e a cidade, as atividades primárias, nesse momento, estão mais relacionadas às atividades terciárias, dentro de uma diversidade bem maior que em tempos anteriores, proporcionados, sobretudo pelo afluxo e da diversidade populacional e com novo processo de interferência do poder público.

A localização, fertilidade, o preço da terra passam a dividir importância com a acessibilidade, a paisagem. Da mesma forma, a composição do perfil populacional e as tendências demográficas típicas do período anterior são substituídas por um forte arrefecimento, ou mesmo uma inversão nos fluxos demográficos, São outros agentes, novos interesses, uma nova estrutura de oposição e identidade que sustentam a especificidade desta nova configuração da relação rural-urbano. E para completar, muda também o ambiente institucional que orienta a regulação das formas de uso social dos recursos naturais (FAVARETO, 2007; 105-106).

Essa é a perspectiva constituinte da transformação do espaço paulistano envolvendo a agricultura, sujeitos migrantes, que fazem a história agrária/urbana do município, mesclando atividades comerciais, industriais e de serviços. Nessa cidade, que se constitui na mais densa forma urbana do Brasil, possuindo milhões de consumidores de alimentos, ocorreu a instalação do maior centro de comercialização de produtos agrícolas da América Latina.

A forte concentração industrial e metropolitana de São Paulo articula hoje praticamente toda a produção agrícola brasileira. São Paulo não só cedia a Bolsa de Cereais oficial, como também a similar clandestina, a 'bolsinha', na região da rua Cantareira, próximo ao Mercado Central da cidade. Além dessas duas, São Paulo conta também com a Bolsa de Mercadorias e Futuros, que atua fortemente no mercado das *commodities* (mercadorias tais como: café, soja, boi gordo, etc.) (OLIVEIRA, 1999; 94).

É na metrópole paulistana que projetos como de 'agricultura urbana' são aprovados e viraram lei municipal, com disponibilidade de recursos para viabilizá-los, não que isso garanta a aplicabilidade prática da lei. A intenção é fomentar a

plantação de culturas como forma de alimento para a comunidade próxima e em âmbito dos espaços disponíveis dos terrenos, próximos as residências , em parte como fator mitigador para o grave problema da desnutrição¹⁵.

Os dados referentes à estrutura fundiária da zona rural paulistana, abordados pela Prefeitura Municipal por zona de usos especiais¹⁶, apresentam algumas contradições. Os levantamentos do IBGE não coincidem com o que foi observado em trabalhos de campo realizados pelas subprefeituras e pelos trabalhos de campo realizados e constituintes nesta pesquisa. Há que se destacar as diferentes metodologias, por conta disso não é possível uma unificação dos dados.

A prefeitura Municipal classifica as áreas agricultáveis de Zona Especial de Produção Agrícola e de Extração Mineral – ZEPAG. O município de São Paulo

¹⁵ Lei nº 13.727, de 12 de janeiro de 2004:

Art. 1º – Para os fins desta lei, entende-se por agricultura urbana toda a atividade destinada ao cultivo de hortaliças, legumes, plantas medicinais, plantas frutíferas e flores, bem como a criação de animais de pequeno porte, piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano no âmbito do município.

Art. 2º – O Programa de Agricultura Urbana e Periurbana do Município de São Paulo tem por objetivos:

- I – combater a fome;
- II – incentivar a geração de emprego e renda;
- III – promover a inclusão social;
- IV – incentivar a agricultura familiar;
- V – incentivar a produção para o autoconsumo;
- VI – incentivar o associativismo;
- VII – incentivar o agroecoturismo;
- VIII – incentivar a venda direta do produtor;
- IX – reduzir o custo do acesso ao alimento para os consumidores de baixa renda.

¹⁶ Art. 99. As Zonas Especiais – ZE são porções do território com diferentes características ou com destinação específica e normas próprias de uso e ocupação do solo e edificações, situadas em qualquer Macrozona do Município, nos termos do PDE, compreendendo:

- I. Zona Especial de Preservação Ambiental – ZEPAM;
- II. Zona Especial de Preservação Cultural – ZEPEC;
- III. Zona Especial de Produção Agrícola e de Extração Mineral – ZEPAG;
- IV. Zona Especial de Interesse Social – ZEIS;
- V. Zona Especial de Preservação – ZEP;
- VI. Zona de Ocupação Especial – ZOE.

Parágrafo único. Lei específica poderá estabelecer outras normas de uso e ocupação do solo, assim como definir outros incentivos, para estimular a permanência de atividades e a preservação compatível com as características das diferentes Zonas Especiais – ZE.

possui um zoneamento específico para o uso do solo para ser usado pelas diferentes atividades econômicas o solo paulistano.

O IBGE, ao usar Estabelecimentos¹⁷ rurais para fazer seus levantamentos, deixa de fora de suas pesquisas todas aquelas propriedades em que a família desenvolve outras atividades econômicas para garantir renda, ou seja, só considera como única fonte de renda aquela oriunda da propriedade rural. Também não apresenta em seus levantamentos dados referentes às atividades em espaço rural de prestação de serviços, assim como não reconhece todos aqueles agricultores que cultivam seus produtos agrícolas sob os linhões de energia elétrica, e que seu comércio é feito pela mesma pessoa, ou seja o mesmo produtor rural.

Dessa forma, uma análise mais fidedigna da estrutura rural do município de São Paulo apontaria um número bem mais expressivo de produtores rurais. Mas, pela metodologia adotada atualmente pelo IBGE, em relação a pessoas ocupadas, trabalhando, apresentaria um número bem maior de pessoas à procura de emprego e de alimento na capital. Uma vez que parte das famílias, que cultivam em terrenos baldios ou em terrenos públicos, estão sendo classificadas nas estatísticas como a massa de “desempregados crônicos”, não entrando nas estatísticas de pessoas em busca de emprego do IBGE. A ressaltar que esses sujeitos estão nessas situações por conta de não estar em uma outra colocação que lhes possibilitem uma situação mais confortável. Segundo levantamentos com esses sujeitos, essa atividade rural sempre é vista como uma situação de transição, um bico enquanto não arrumam um emprego fixo com carteira assinada.

E, esses agricultores, no sentido de cultivadores da terra como formas de produção de alimentos para subsistência de sua família, representam um estrato

¹⁷ Descrição do IBGE para Estabelecimento “Considera-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), (...) onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: cultivo de culturas permanentes e temporárias (...). Excluíram-se da investigação os quintais de residências e hortas domésticas”.

significativo, uma vez que são pessoas que não se incluíram em outras atividades econômicas e estão presentes com seus carrinhos de mão vendendo mandioca e verduras pelas ruas.

Essa forma de comércio, que ganha as ruas de bairros residenciais da cidade de São Paulo, configura-se em apenas uma maneira alternativa e histórica de venda em porta em porta. Representam, nas propriedades rurais, aquelas que desenvolvem uma economia do excedente, ou seja, aquelas famílias que produzem para o consumo familiar e comercializam o restante.

Estão englobadas na compilação de dados da pesquisa, ressaltando um estrato total de 104 propriedades, com propriedades que desenvolvem economia do excedente¹⁸ e aqueles produtores que vendem diretamente na propriedade, seja para feirantes, mercados de bairros que buscam nas propriedades e em caminhões que entregam no CEAGESP. No caso das plantas ornamentais, jardinagem, a venda é feita diretamente na propriedade, via telefone, ou por outra forma e entregue em domicílio.

Identificaram-se diferentes formas de comércio como observa-se no gráfico 2, a destacar a percentagem de aproximadamente 35% nesse levantamento dos pesquisados que não tem sua produção agrícola comercializada, ou seja, dentro das propriedades visitadas algumas não desenvolvem nenhum tipo de cultivo como veremos no decorrer do texto e, mesmo nesse percentual, uma parcela significativa desenvolve cultivos para o consumo doméstico, que demonstra a presença de uma agricultura camponesa, - de uma economia do excedente -, em que a produção destina-se para a satisfação das necessidades da célula familiar.

A comercialização na propriedade constitui a principal forma de comércio nas propriedades pesquisadas, seguida pelos que vendem para o CEAGESP, seja na

¹⁸ “O excedente é uma forma de mercadoria que se diferencia das outras na medida em que a sua comercialização, isto é, a sua efetiva realização como mercadoria, depende das condições do mercado e não da organização e da atividade deliberada do produto. O excedente, aliás, não caracteriza apenas o mundo caipira, mas também a categoria mais geral que o engloba, bem como a outros ‘mundos’ como algumas singularidades culturais, que é o mundo rústico (MARTINS, 1975; 78)

venda direta com ponto (Box) de venda própria ou para empresas que compram diretamente dos produtores para venderem em seus boxes, conforme está demonstrado no gráfico 2, em menor proporção, representando 7,70% dos que vendem em feiras livres e 5,76 %, em mercados e sacolões.

Uma outra forma de comercialização é por meio de pontos-de-venda em frente às propriedades. Em geral, são locais estratégicos por estarem próximos a outras propriedades. Com isso, consegue-se comercializar uma gama maior de produtos, também se aliando ao fato de estarem localizados em locais com intenso fluxo de pessoas e de veículos como observa-se na foto 6 abaixo, vemos um ponto-de-venda via direta ao consumidor, em que duas produtoras rurais mantêm a banquinha de vendas de olerícolas na Estrada do Jaceguava.

Foto 6: Banca de venda direta a consumidores
Foto: Rener Padilha, 12/10/2006

Os agricultores de uma região metropolizada direcionam o cultivo para determinados produtos que tenham uma clientela específica. Assim, conseguem organizar-se enquanto produtores e comerciantes, e não entrarão em concorrência direta com produtores estabelecidos e especializados, capitalizados. Nesse sentido, essa busca por nichos específicos está presente no espaço rural paulistano, por suas especificidades, como: espaço reduzido e concorrência com o urbano e com a produção em escala. Em certas localidades, essa tem sido a saída encontrada, favorecida principalmente pelas múltiplas possibilidades de demanda posta pela metrópole, como esclarece Jacke Fonseca, produtora rural:

É familiar, é uma atividade pequena, mas, nós acreditamos que as opções são os produtos diferenciados, então a amora preta européia não é fácil de encontrar e tem outras tantas coisas, que queremos investir aos pouquinhos temperos especiais, para vender em restaurantes, porque, assim, a alface esses já tem um pessoal que produz muito bem, já são produtores fortes e não tem o menor sentido de tentar concorrer com quem já tá há 40 anos no serviço (Trechos da entrevista com a produtora rural Jacke Fonseca, 2006. Entrevista realizada por Evandro Fernandes em 12/04/2006)

Pela fala da produtora Jacke, percebe-se o quanto as cidades, principalmente as modernas, podem determinar a produção no campo. É possível verificar isso mais nitidamente na fala do produtor Hermenegildo, quando fala do cultivo do nabo em um período específico em que teve um *boom* de consumo, por conta de uma matéria de TV: divulgou-se que o nabo ajudava a emagrecer e o aumento da demanda por esse produto agrícola cresceu significativamente, a ponto de ser recordado pelo entrevistado como a melhor época já vivenciada por ele.

Uma coisa que deu certo na época que eu comprei isso daqui foi, há uns vinte dois anos, que eu ganhei dinheiro, foi uma chácara que eu plantei nabo, ganhei dinheiro com nabo. Construí essa casa aqui com o dinheiro do nabo. É que teve uma propaganda no Fantástico que o nabo era bom pra emagrecer, então todo mundo caiu em cima. (...) É, até nabo podre ia, viu. (...), durou um mês, dois meses só. (...) Ah, naquela época o que tinha vendia tudo. (...) Nem lembro mais faz tanto tempo. (...) Ah, era o tempo que mandava de um dia pro outro, era o dobro. (...) A gente já planta meio controlado. Aquilo que a gente sabe que vai vender a gente já planta. Às vezes mais falta do que sobra, porque se o que eles pedem o tempo não ajuda 30% já perde na roça. (Trechos da entrevista com o produtor Hermenedito Hellen, 2006. Entrevista realizada por Simone Marasi Prado em 17/10/2006).

Para Suzuki (2004), a cidade, além de um centro de difusão de informação, é o local mais dinâmico do consumo, do espraiamento nos contornos das relações cidade-campo, entendendo que:

A cidade é o centro difusor; é o lócus a partir do qual o movimento toma força e propulsão. É a cidade assumindo a situação de lugar privilegiado de materialização das condições gerais de produção e de consumo das atividades urbanas e agrárias, bem como estabelecendo uma nova relação com o campo. Cidade e campo vão assumindo novos contornos sociais, culturais, políticos e econômicos, mas também semânticos, já que não poderão mais ser lidos como o eram anteriormente, tendo em vista mudanças significativas que se processam, particularmente em meados do século XIX. (SUZUKI, 2004; 5).

A difusão da informação e do consumo na cidade gera, no campo, produções específicas de modo a atender a essas demandas por produtos diferenciados. Aliada à concorrência da produção em escala localizada mais distante dos centros

urbanos, os produtores rurais paulistanos estão buscando nessas especificidades da metrópole sua reprodução enquanto sujeitos sociais.

Reavivando a discussão acerca da importância das cidades e do campo e das relações que os une e separa por longas décadas, a esse respeito, apresenta nas discussões de ruralidades a interpretação de diferentes autores para importância da cidade e do campo em suas relações de dependência, a partir da industrialização aos tempos atuais, dando destaque nesse período as cidades, visto que em períodos anteriores a revolução industrial “*o motor da história esteve no meio rural*”, havendo uma dependência urbana em relação ao dinamismo econômico vindo do campo. E com passar dos tempos “*o acúmulo de poderes acabou por se inverter e as cidades se tornaram donas de tudo*”, reunindo uma série de fatores favoráveis a inovação: “*demanda efetiva, possibilidade de contratos sociais que favorecem a circulação de informação, existência de pessoas e a coisas dedicadas ao trabalho não agrícola*” (FAVARETO, 2007; 94).

Na avaliação do autor, no momento em que as cidades se “*tornaram donas de tudo*”, o campo tornou-se o “*verdadeiro servo e subordinado*”, no mínimo questionável. Durante as observações de campo presenciamos que, em diferentes momentos, dinâmicas presentes na área urbana e na área rural se complementam sem que com isso tenhamos uma subordinação. O que está posto e deverá ser uma tendência em áreas que circundam as cidades, sobretudo as que ainda possuem florestas, e nascentes de rios, que a cidade dependerá cada vez mais dos produtores rurais e principalmente das atividades agrícolas como fator de preservação desses recursos, que abastecem as cidades. Falamos aqui de ações mitigadoras da série de problemas ambientais ocasionados pela crescente urbanização acelerada.

São diversas as interpretações para dependência de um dos pólos cidade e campo. Fazendo uma sistematização para as interpretações que estão postas, Favareto (2007) apresenta as análises de Janes Jacobs (1984), para qual os espaços rurais sempre dependeram das cidades:

desde as primeiras ocorrências do fenômeno urbano teria ficado claro que a evolução dos espaços rurais dependia das cidades, e não ao contrário: as economias rurais seriam sempre tributárias as cidades por que o desenvolvimento é um processo de mudança intrínseca dentro de um contexto capaz de suportá-lo, no qual a diversificação e a possibilidade da produção e disseminação das inovações – ambos vistos como atributos específicos das cidades – são determinantes” (FAVARETO, 2007; 94).

Esses argumentos apresentam muitos pontos pertinentes e que são facilmente presenciados, corroboram com a diversificação de relações que as cidades proporcionam, mas não mais é possível dizer que só as cidades possuem esse dinamismo, nem mesmo podemos dizer que existam dois pólos tão distintos, pelo menos em uma região metropolitana.

Como já colocado anteriormente, o período compreendido pela implementação da industrialização no país acompanhado do processo de urbanização das cidades, no caso a cidade de São Paulo, foi determinante para inversão de diferentes variáveis em relação à diferenciação de cidade e de campo e principalmente dos elos capazes de ligá-los e ou separá-los.

No movimento de cisão, o processo de produção do espaço urbano, que rompeu de certa maneira com as relações de trocas “*funda-se nessa transição da doação para mercantilização da terra, instaurando a lógica capitalista*” (SUZUKI, 1996; 150).

Embora tenhamos um movimento capitalista solidificado pelas relações travadas com os processos de urbanização das cidades, que gera sujeitos eujeitados, como destacamos, vemos possibilidades contrárias aos autores com os quais dialogamos, pois não é possível a cisão entre a cidade e o campo, sobretudo esse campo na metrópole.

Por meio do trabalho de campo, observamos que as famílias mantêm uma tradição das culturas de roça – feijão, milho e mandioca – para o suprimento básico da dieta alimentar do brasileiro, aliada ao sistema criatório de pequenos animais para o consumo familiar e à realização de trocas com a vizinhança, prática comum entre as famílias camponesas, bem como a horta com cultivos de

plantas medicinais, temperos e, por se tratar basicamente de descendentes de europeus e orientais, o cultivo de verduras em geral.

As verduras, o milho, o feijão, a mandioca, as galinhas e porcos, em menor proporção, estão presentes, em boa parte das propriedades pesquisadas, embora esses cultivos e criação não tenham o cunho de atividade comercial. Geralmente, são atividades desenvolvidas paralelamente a principal atividade comercial.

O quadro 3 apresenta, os cultivos e as demais atividades desenvolvidas nas pequenas propriedades pesquisadas, com observou-se as verduras estão presente na grande parte das propriedades, bem como a criação de pequenos animais para o consumo da unidade familiar.

Tipos de Culturas/ Atividades desenvolvidas nas propriedades pesquisadas		
Plantações/Criações		N. Propriedades
Plantas:	Ornamentais	13
	Jardim	7
	Flores	5
Verduras		50
Tubérculos		26
Milho/Feijão/ Mandioca		27
Frutas		10
Bovinos/Equinos		10
Suínos/Caprinos/ Ovinos/Coelhos/Javalis		21
Galinhas/Patos/Gansos		22
Peixes		4
Mudas de verduras		4
Não Produzem nada		4
Cogumelos		3

Quadro 3 – Atividade desenvolvidas nas propriedades

Fonte: Pesquisa de Campo 2006

Pelo quadro acima é possível verificar a diversidade de cultivos e de criações presentes na área de estudo, bem como pode-se identificar que uma única propriedade desenvolve uma diversificação de culturas, mesmo para a criação de pequenos animais, características das culturas camponesas, mantém a criação de galinhas, porcos, vacas de leite, insumos básicos para alimentação do camponês. As culturas que identificam-se diretamente com a metrópole em geral consistente

de plantas para jardinagem encontrada principalmente na região do Vargem Grande. Destaca-se a produção de cogumelos shitake (foto 7), a produção de mudas, sejam elas de plantas ornamentais, flores ou olerícolas, de húmus, esterco, entre outros, demonstrando que são produtos para um tipo de mercado específico.

Foto 7: Estufa com produção de Cogumelos Shiitake.
Foto: Evandro Noro Fernandes 10/04/2006

Em relação às flores, a diversidade é muito ampla e, segundo os produtores, há mercado para todos os tipos. Observamos nos trabalhos de campo realizados no ano de 2006 que as propriedades que dispõem de uma área maior desenvolvem os cultivos das plantas ornamentais, como os pinheiros de natal ou as tuias e estas estão bem espalhadas pelo espaço rural da metrópole. Já as flores, que necessitam de estufas e de cuidados envolvendo uma tecnologia mais avançada, usam uma área menor e encontram-se em localidades específicas, geralmente próximas das vias de melhor acesso. A foto 8 apresenta as estufas de crisântemos da família Takahara, que ocupa uma área de 3 ha, na localidade da Colônia Paulista.

Foto 8: estufa com produção de flores.
Foto: Evandro Noro Fernandes, 10/04/2006

Também a demanda para as plantas de jardinagem e de vasos é vasta, o que tem levado muitos agricultores a migrarem, dos tradicionais cultivos para as flores, como destaca o produtor João Sérgio, contando da diversidade de plantas que são cultivadas no sítio:

Moréia Branca, Moréia, Íris branca, Íris azul, Bambu-moço... é...mais uns dois tipos de bambu e... várias outras, gardênia, camélia, grama, dois tipos de grama, grama preta, grama longa, preta e a anã preta também. E muitas coisas aí, temos o formo também, verde, rubro, variado. (...) Aquelas de saquinho não porque não tenho o material, tem que ter gente pra trabalhar. Tem até saco, vaso aqui em cima, mas não faço porque não dá tempo, mas outros tipos de muda a gente faz. Muda de canteiro a gente faz, muda é difícil, a gente vende mais a planta. Azaléia que vende muito, precisa tirar 500 azaléias de cada vez, mas são plantas baratas também, paga R\$ 1,50, R\$ 2,00, R\$ 3,00 numa azaléia (Trecho da entrevista do produtor rural João Sérgio, 2006. Entrevista realizada por Rodrigo Ferreira em 17/10/2006).

A fala de João Sérgio explicita a capacidade de produção na propriedade e a demanda desses produtos pela metrópole, bem como destaca o problema de mão-de-obra para trabalhar nas lides da agricultura. Vemos nestas formas de

produção uma possibilidade de geração de trabalho e renda que deveria ser melhor trabalhada.

A demanda por produtos específicos, em geral, esta sendo determinada pelos feirantes, que direcionam o produtor rural a cultivar um determinado produto, com garantias de compra. Os agricultores que participam desses acordos abrem mão de cultivos variados e dedica-se a um determinado produto. Para o feirante, torna-se um bom negócio, pois num determinado raio de produção vai encontrar todos os produtos na quantidade desejada, o que também se torna uma vantagem para o agricultor que não dispõe de espaço e mão-de-obra necessária para uma diversidade maior de cultivos, como está presente na colocação do produtor Hermenegildo Helles:

Não, no começo a gente plantava outras coisas, tomate, nabo, depois que a gente começou a plantar alface essas coisas porque os feirantes pediam pra plantar essas coisas. Eles vêm e pega aqui, pouca coisa a gente precisa mandar pra fora, né? (...) Então mudou porque foi a cidade que pediu As pessoas que moram na cidade que preferem comprar isso, né? (...) É. Porque antigamente a gente plantava muito nabo porque tinha muito japonês, o japonês foi tudo pra o Japão, aí acabou o comércio bom. Porque isso era comida de japonês, né. Eles foram tudo para o Japão aí tivemos que mudar. (...) Repolho, alface, coentro... (Trecho da entrevista do produtor Hermenegildo Helles; 2006. Entrevista realizada por Simone Marasi Prado em 17/10/2006).

O centro consumidor próximo tem facilitado a produção para determinados produtores que se especializam, a citar a produção do coentro, entre propriedades que estão próximas umas das outras, em geral de parentes, como o caso do produtor rural Danilo:

Bom, a gente espera que pode melhorar né... Porque na cultura que a gente tá, tá dando pra ganhar até um pouco né, porque tem muita saída né... eu mesmo agora tô plantando só coentro. A minha lavoura com meu filho é coentro né... Coentro, a gente manda todo dia, todo dia tem que vender. (...) É o meu cunhado, esse que tá meeiro aí, né, ele que plantava e não tava vencendo plantar mais, porque o pessoal leva muito, então daí ele pediu pra gente ajudar ele, né... E peguemos né... e tá melhor do que outras coisas... Porque é um real uma cabeça daquela ali (mostrando uma couve-flor), enquanto que o maço de coentro dá pra vender até a cinco, seis reais, né... Quando tá em falta, então é melhor do

que outras coisas (Trecho da entrevista do produtor Danilo, 2006. Entrevista realizada por Evandro Fernandes e Augusto Godinho em 7/10/2006).

Observa-se certa resistência dos agricultores mais tradicionais em relação à produção mais específica, uma vez que os agricultores do município de São Paulo, em sua maioria são migrantes, descendentes de migrantes, acostumados com os cultivos de produtos tradicionais que compõem a dieta do brasileiro. Hoje se vêem diante de uma série de desafios para manter-se na atividade agrícola.

Então é o seguinte. Aqui a gente não faz plantação. Então, aqui a gente cria vaca, cria cavalo. Cada um tem que fazer alguma coisa diferente, porque se todo mundo plantar árvore de natal, buchinho vai chegar uma hora que não vai ter comida pra comer. Então; é que nem às vezes eu fico pensando assim; aqui as pessoas que plantam alface, couve, parou tudo. Agora só planta buchinho, árvore de natal, crisântemo. A árvore de natal, você planta ela fica 3, 4, 5 anos na terra, depois do Natal ela vai para o CEASA; o consumidor usa 2 dias e joga fora. Acho isso um desperdício. (...) Não. Aqui este negócio de verdura, eu nem vou no supermercado e nem compro, por aqui é o seguinte. Eu mexo com meu esterco, por que os cavalo dá o esterco, então ponho o esterco no pasto e vende ele pra jardinagem no Morumbi, Brooklin (Trecho da entrevista do produtor Vilmar Costa, 2006. Entrevista realizada por Daniel Renaud Ho em 13/10/2006).

A fala do produtor Vilmar expressa a diversidade presente no espaço rural da metrópole, a preocupação em relação à produção de alimentos e os desdobramentos para as atividades rurais a partir do dinamismo das cidades. Pela fala do Vilmar abre questionamentos acerca dessa dominação urbana no mundo contemporâneo. Já destacado anteriormente que as cidades com o passar dos tempos vão adquirindo novas funções e dominações, com a monetarização das relações, da mobilidade social, da oferta e da demanda, seja de mão-de-obra específicas, serviços e produtos para um público diferenciado que se encontra nestes grandes centros urbanos.

Para Favareto, o movimento de transformação do processo histórico, em que as cidades vão adquirindo novas funções em relação ao espaço rural acontece a partir do século XIII, em que:

(...) as cidades vão aparecer no imaginário da época associadas à riqueza e ao luxo. No século XX, ainda à mobilidade e à formação das massas. E, mais tarde, no século XX, inda à mobilidade, ao futuro, mas agora em situações de estranhamento típicas dos grandes e massificados ambientes urbanos. O rural, por outro lado, vai sendo mais associado ao passado, ao rústico e ao idílico, à tradição, quando não ao irracional, (FAVARETO, 2007, 96).

Na interpretação do autor, não se trata de questionar a dominação urbana do mundo contemporâneo, mas sim de qualificá-lo, *“para então avaliar seu significado em relação aos momentos anteriores e, particularmente, para a permanência ou não do estatuto empírico e teórico do pólo dominado, o rural”*. Nesse sentido o entendimento para a realidade presenciada vai nesta direção, ainda que, com o questionamento do rural como pólo e como ‘dominado’. (FAVARETO, 2007; 98)

A conformação das tendências futuras exige uma maior decantação das tendências demográficas recentes, cujos sentidos atuais são bastante multifacetados, comportando distintos padrões de urbanização e de relação entre as cidades e o espaço rural que lhes envolve (FAVARETO, 2007; 98).

A foto 9 nos contempla parte paisagem da região. Em um primeiro plano campo com capoeira, ou seja, não esta sendo cultivado, nem com criação de animais, mais adiante a presença de estufas e ao fundo os cultivos de olerícolas.

Foto 9: paisagem típica da porção sul do município:
Foto: Amanda Moreto, 14/10/2006

Esse comportamento de distintos padrões de urbanização são questionados constantemente no percurso paisagístico por onde passamos para realizar os trabalhos de campo. Ora dando mais destaque a determinação do urbano, ora pondo o espaço rural como o agente predominante, como o que esta presente ao longo da Av. Senador Teotônio Vilela e da Estrada de Parelheiros, em direção ao extremo sul paulistano, a transformação da paisagem pela ação do homem, quando nos referimos à presença de uma urbanização mais contundente, deixa de ser tão intensa. Gradativamente os espaços vão sendo permeados com agricultura, com matas e com atividades não-agrícolas, campos e capoeiras, compondo o espaço tipicamente rural na região.

A diversidade paisagística é ocupada por pequenos aglomerados, que são ligados por vias vicinais de chão batido, percorrendo os fundos de vales do município, ligando os tradicionais distritos de: Ponte-Alta, Embura do Alto, Gramado, Cipó do Meio, Vargem Grande (Cratera da Colônia), Barragem, Chácara Santo Amaro, Jardim Mirna, distritos integrantes das subprefeituras de Parelheiros, Capela do Socorro e Santo Amaro.

O mapa 5, abaixo, nos dá a dimensão do processo de ocupação urbana que se desloca em direção da porção do extremo sul destacado na cor cinza como áreas urbanas. O urbano legal, regularizado, as favelas, loteamentos regulares e irregulares mais as áreas industriais. Na cor laranja estão destacadas as áreas agrícolas, que estão com algum tipo de cultivo. Em 2003 pelos levantamentos da EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitanos S/A, a área ocupada com cultivos e hortifrutigranjeiros era de 1.919 há. A cor verde representa no mapa as demais áreas rurais, compostas pela silvicultura, chácaras, campos com pastagens e capoeiras. As matas e várzeas mais as áreas de mineração estão representadas na cor branca. E em preto as vias pelas quais realizamos as entrevistas.

ÁREAS RURAIS

- Distritos de Grajaú, Parelheiros e Marsilac (Município de São Paulo) -

LEGENDA

	ÁREAS URBANAS		Rede viária
	ÁREAS RURAIS (Agrícolas)		Vias percorridas
	ÁREAS RURAIS (lazer)		Limite Distrito
	ÁREAS RURAIS (silvicultura e campo)		
	OUTROS USOS (Florestas, Minerações, Várzeas)		
	REPRESAS		

PARELHEIROS Localidades

Escala 1 : 100.000

Projeção UTM datum Córrego Alegre 23K

Nas localidades mais distantes, como Gramado e Ponte Alta, ligadas pela estrada da Ponte Alta, que se inicia na bifurcação com a estrada de Marsilac após o aglomerado do Embura, começa a se descortinar uma paisagem com matas ciliares e esparsos campos com capoeira. Logo em seguida, há as primeiras propriedades com cultivos de olerícolas, criação de cavalos e de bovinos em campos limpos. Destacamos o sítio em que o agricultor Edésio trabalha como caseiro e tem liberdade de ter suas vacas de leite, gado de corte e seus cavalos, que são a fonte de renda para família, além de receber um salário para manter em ordem a sede do sítio.

Não, nós já viemos certo a mexer só mesmo em roça, porque você sabe, é difícil, emprego não acha mesmo. (...) Só que a minha roça é diferente, eu adubo a terra, mas eu ocupo com a criação porque é a minha profissão. Eu não aprendi outra coisa na minha vida. Acabei de me criar em Vitória da Conquista, que a minha terra natal é Gandu, perto de Itabuna, mas eu vim pra cá, pra Vitória da Conquista, assim como o outro pessoal, meu pai e minha mãe na época, e aí acabei de me criar e fiquei ali na cidade, não sei se vocês conhecem lá, e mexi com açougue, sempre mexendo com criação e daí continuou a profissão velha que não serve pra outra coisa. Se a senhora disser “quanto custa esse cavalo?”, eu lhe respondo, se a senhora disser “quanto custa essa vaca?”, eu lhe respondo, “quanto custa essa galinha?”, eu sei, aquele porco, eu sei, agora se a senhora disser “quanto custa outro tipo de coisa?”, aí eu já estou perdido. Não é minha área de jeito nenhum.(...) faço um queijinho e vendo. (...) A gente vive assim, comercializando aquilo que a gente produz (Trecho da entrevista do agricultor Edésio, 2006. Entrevista realizada por Lílian Torres da Silva em 24/10/2006).

Estão presentes nessa região os melhores solos com um relevo que propicia a prática agrícola e também onde é possível perceber uma melhor estrutura das propriedades, onde a estrutura fundiária é bem definida, com a presença das tradicionais famílias descendentes de alemães.

As famílias de agricultores, descendentes dos alemães que se instalaram no Município de São Paulo no século XIX, acompanharam o processo evolutivo da cidade em direção às áreas agricultáveis e ainda mantêm algumas tradições familiares e a propriedade da terra, acompanhando os diferentes cultivos e as diversas fases da reprodução familiar nas relações com a metrópole.

Moro aqui há 21 anos (...). Os bisavós dele {marido} vieram da Alemanha, vieram em quatro irmãos, um dos irmãos veio para o Bairro do Cipó, foi aí que eles se separaram. O bisavô dele ficou aqui, o avô dele já nasceu aqui, aí nasceu a mãe dele, nasceu ele, e nasceu meus filhos, eles são os fundadores do bairro.(...) Eles trabalhavam com serraria, plantavam e faziam farinha de mandioca.(...) Eles plantavam milho; de tudo. (...) Vendiam; a minha sogra conta que na época da guerra em 1945, muitas pessoas vinham e passavam por essa região para chegar em Santos, e as únicas pessoas que tinham açúcar aqui eram os avós do meu marido, naquela época era açúcar preto, eu tento explicar para as crianças e elas morrem de rir, era um açúcar preto, diferente. (...) A gente vive de verduras e legumes. (...) Nós temos que trabalhar com tudo, porque uma coisa só não dá, então meu marido trabalha aqui com verdura, eu e meus filhos trabalhamos com ornamentais. (...) Bruna tem um aqui plantado nesse vaso, pegue para mim, é uma muda de “éras”. Meu marido trabalha com trator, ele faz a terra para fora, esses ornamentais eles usam em eventos, nós plantamos naquelas caixinhas e depois vendemos. Na semana passada saíram daqui três caminhões, naquela árvore ali fora nós tiramos as folhas, mas dá um trabalho do caramba, depois ensacamos e vendemos as folhas.(...) Para eventos, conforme vão surgindo eventos, nós vendendo. A área toda tem sete alqueires, só que nós não plantamos dentro dessa área, nós plantamos fora, porque não dá, 1 alqueire. (...) O que cabe para nós é só um alqueire, essa propriedade é dividida entre os irmãos, aqui é nosso, ali é do meu cunhado e assim vai, a única coisa que conseguimos aqui é as ornamentais, que plantamos que tem estufa lá em baixo e os gados. Aquilo é nabo, nós plantamos aqui para vender, esse vai para o CEASA amanhã cedo, o caminhão já carrega. (...) Olha na maioria é nabo mesmo, não temos muito tempo de plantar muita coisa.(...) Não, o solo não é bom não, tudo tem que dar uma adubadinha, nós perdemos muito nabo porque choveu demais, então ele apodreceu, você percebeu que essa é uma época que o preço está bom, e nós perdemos a produção.(...) Já veio um agrônomo aqui, ele falou que falta calcário. Temos galinha só para o nosso próprio consumo. A única coisa que meu marido não quer é porco, ele não suporta, na realidade nós temos um, mas é um outro homem que está criando, para nós comermos no final do ano. (...). Sim, quando nós fazíamos feira, nós plantávamos todo tipo de hortaliça. (Trechos da entrevista com a produtora rural Zuleide Aparecida Marques Heinberg, 2006. Entrevista realizada por Giorgio A. Bataielo em 24/10/2006).

As festas, os encontros familiares entre os descendentes de alemães resistem às transformações culturais proporcionadas pela modernidade da metrópole, segundo a produtora rural Zuleide Aparecida Marques Heinberg:

Nós participamos muito da festa junina porque no cipó todos são parentes, é tudo cara de um focinho de outro, quando chega o final do ano, nós fazemos um bingo da igreja, daí são convidados aproximadamente de 300 a 400 pessoas, vai ter agora dia 12 do mês que vem. Final de ano nós vamos passear um pouquinho, quando dá e quando é no mês de junho, nós fazemos uma festa junina na praça, só para os parentes. (Trecho da entrevista com a produtora rural Zuleide Aparecida Marques Heinberg, 2006. Entrevista realizada por Giogio A. Bataielo em 24/10/2006).

Assim, como nos conta a produtora rural Ana Shunck:

Agora tem o que acontece é que dessa família Shunck tem outra família no sul, que ficou sabendo desta. Agora a gente faz um encontro às vezes lá, reunindo a família Shunck, aí tem música típica. Isso é uma coisa de família, onde eles explicam como surgiu, como a família Shunck veio parar aqui... Até meu filho está fazendo um site que conta a história da família (Trecho da entrevista com a produtora rural Ana Shunck, 2006. Entrevista realizada por Gihe Moreno em 17/10/2006).

As propriedades com produção agrícola, os sítios com criação de gado e alguns eqüinos, os reflorestamentos de pinos, eucaliptos e mata nativa compõem a paisagem no sudeste do distrito de Marsilac. Nessa região, os sítios de lazer sem fins de uso para atividades econômicas são predominantes. Em geral, esses sítios possuem caseiros que desenvolvem atividades criatórias de pequenos animais, incluindo porcos, galinhas, vaca de leite, ovelhas e outros. Em geral, esses caseiros recebem salários e em outros casos têm a casa para morar e desenvolvem atividades de cultivo em parceria com o proprietário do sítio.

A parceria entre caseiros e proprietário da terra tem se constituído em uma troca satisfatória para ambos os lados. Em geral, são antigos produtores rurais que migraram do nordeste em busca de trabalho no comércio ou na indústria paulista, mas, como conta a agricultora Adelina Gomes Brasil, dentre outros agricultores, o apego às práticas da roça os levaram de volta ao campo, o campo da metrópole paulistana.

A agricultora Adelina, de certa maneira, representa uma síntese do imigrante nordestino que trabalha como caseiro ou meeiro nos sítios paulistanos. Normalmente, os proprietários desses sítios são profissionais bem-sucedidos que moram no Centro de São Paulo e mantêm essas propriedades, em geral, com

uma boa infra-estrutura, e possibilitam aos caseiros a liberdade da produção complementar ao salário de caseiros.

A foto 10 abaixo, a criação de porcos de um dos agricultores pesquisados, e pelo quadro 3 apresentado anteriormente são em torno de vinte pequenas propriedades que desenvolve a atividade de criatório de suínos.

Foto 10: Chiqueiro de porcos
Foto: Rubens Marcelo, 14/10/2006

Encontram-se casos em que as áreas agricultáveis dos sítios são diminutas e não comportam as necessidades de cultivo dos agricultores/caseiros. Esses recorrem aos sítios vizinhos em que os proprietários e caseiros não desenvolvem nenhum tipo de cultivo para arrendarem mais espaço.

É assim que a Adelina, uma Cearense, nos conta como se dá a relação de caseiro e proprietário.

Não, é assim: na roça o que nós planta, se nós quiser vender, nós vendemos, mas nós não quer. Nós cria também, mas nós deixa no sítio. Os amigos dele (o patrão) leva, seus amigos também. Tudo é pro sítio mesmo, fica tudo aqui dentro. (...) O Paulo (patrão) não se importa que venda, mas nós não vende nada, nós podemos usar, mas fica tudo no sítio mesmo. O Paulo fala pra gente vender porque todo dinheiro pode ficar com a gente, mas nós não

vendemos nada. (...) Eu ajudo com alguma coisinha, carpindo mato e a horta. Mas a horta tinha aqui e botaram o gado que comeu tudo. A gente planta milho, feijão, abóbora, mandioca, tudo a gente planta. Começamos a plantar tudo de novo agora porque o homem botou o gado aí no pasto e o gado comeu tudo. (...) Agora o outro homem, dono desse monte de gado, mata e vende, faz negócio com esses animais. Ele começou agora e quer acabar com todo gado. (...) Têm muito leite, mas o homem (o dono da maior parte do gado e que utiliza o pasto arrendado) não deixa a gente pegar o leite. (...) O leite é só para os bebê, ninguém usa leite aqui porque o Paulo (dono do sítio) fala pra deixar o leite pros bezerrinhos. As vaquinha cria direitinho os bichinho, então o leite fica só pra eles mesmo. Ele mandava tirar o leite pra dar paras crianças daqui, mas agora que ele tão tudo grande eu falo pra deixar o leite pros bezerrinhos mamar. (...) No outro sítio que eu vivia eu fazia tudo isso... (...) aqui em São Paulo. Eu morei oito, nove anos numa chácara aqui perto. Fazia queijo com aquela nata gostosa, fazia manteiga. Aqui os meninos não se importam com isso, então deixo o leite pros bezerrinhos mamar. No outro sítio fazia até requeijão com aquela nata gostosa. Saí desse outro sítio porque mataram o velhinho, ficou muito difícil pra velha, daí ela abandonou o sítio. A gente continuou lá cuidando do sítio depois que o velho morreu, só que depois com o tempo, com dois anos da velha viúva, ela vendeu o sítio, então viemos embora por aqui (Trechos da entrevista com a agricultora Adelina Gomes Brasil, 2006. Entrevista realizada por Fernando Tadeu Rocha em 24/10/2006).

A foto 11 uma exemplificação de campo com pastagem e criação de gado.

Na estrada do Pedro Tico, as casas são distantes, a paisagem é eminentemente rural, composta por propriedades que desenvolvem cultivos variados. Essa estrada encontra-se no alto de uma colina de onde é possível avistar a criação de gado de boa qualidade em campos limpos com cultivos de pastagens.

As propriedades rurais, como já destacamos, anteriormente, nessa região que desenvolvem atividades de cultivos, estão voltadas para a produção comercial. Em sua maioria são os proprietários da terra que desenvolvem os cultivos e/ou arrendatários. Esses arrendamentos normalmente são de longos anos, como no caso do produtor rural Ilceu Teixeira da Silva, que conhece todos os meandros e as dificuldades de comercializar seus produtos no CEAGESP e, por isso, desenvolve cultivos de várias tipos de olerícolas, nesta propriedade da foto 12 usa-se o trabalho familiar e trabalho por empreitada, e os cultivos atendem a diferentes mercados como nos conta:

Foto 12: Produção diversificada de olerícolas
Foto: Elenita Marins, 24/10/2006

Eu planto... Eu planto repolho, eu planto alface, coentro, salsa, rabanete, nabo e chicória, várias coisas, né? Acelga, abobrinha de 45 dias, mandioca, milho, feijão, a gente planta de tudo. Quer

dizer, hoje na roça, é bom, até broto de bambu é vendido hoje. Você sabe disso? Você chega na pastelaria e pede um pastel de palmito, você não come um pastel de palmito, você come um pastel de broto de bambu, para você ter uma idéia. O palmito hoje é caro. Um saco de bambu eu mando, teve o primeiro dia que eu mandei, veio a R\$ 15,00, no outro dia que eu mandei já baixou para dez. Você vê que não tem lógica uma coisa dessas! Então o cara do Ceasa fala (...) o agricultor (...) não tem jeito. Você quer ver, um saco de broto, R\$ 15,00. As coisas ficam difíceis... 5 caixas de broto... R\$15,00... Pra você ter uma idéia, você manda um, 15 contos, se você manda 5, 10 contos. Então o cara, é como eu te falei agora, se você manda muito o preço vai lá em baixo, se você manda um é até mais ou menos... Então hoje está numa situação difícil de viver, de plantar (Trecho da entrevista Ilceu Teixeira da Silva, 2006. Entrevista realizada por Lillian Torres da Silva em 24/10/2006).

Os cultivos voltados à comercialização aparecem em maior número entre os pesquisados, cerca de 49,11% das propriedades desenvolvem algum tipo de produção com fins comerciais. 25% desenvolvem uma produção que podemos chamar de economia do excedente, aí se encontram famílias que detêm outras formas de renda, como aposentadorias, mas, principalmente os caseiros, chacareiros e até os assalariados em outras propriedades. Em menor número dos visitados estão às propriedades que desenvolvem cultivos voltados exclusivamente para o consumo familiar.

Em relação aos cultivos, aos destinos finais dos produtos cultivados, pelos produtores rurais, além das falas dos entrevistados, é necessário o exercício da observação da propriedade. A fala simples do camponês, muitas vezes, não valoriza seu trabalho como uma atividade econômica, seu árduo modo de vida encabula, quando se trata de valores econômicos, principalmente na concorrência com os que participam das atividades urbanas. Existe aí uma sujeição rural às ideologias urbanas.

O destino para comercialização é visível, principalmente nas propriedades que desenvolvem atividades com as plantas ornamentais, jardinagem e flores em geral. Nesse caso, observa-se uma diferenciação entre a atividade de cultivo, enquanto atividade econômica, seja na fala dos meeiros, assalariados ou proprietários e os cultivos para o consumo familiar. No caso das olerícolas essa

diferenciação não aparece de forma tão clara, uma vez que há uma grande gama de cultivos, não existindo a necessidade de fazer a horta do consumo à parte, essa que está presente nos quintais das casas, quando se produz produtos específicos.

Essa economia advinda da atividade com finalidade comercial não pode ser classificada como uma economia natural, uma vez que os produtos estão sendo cultivados para adquirirem um valor de venda, de troca, na economia de mercado. Assim, trata-se, além de uma diversidade produtiva, nessa área metropolizada, de uma diversidade de forma de uso e de apropriação da força de trabalho, sendo que uma forma explicável para as variáveis rendas adentradas nessas propriedades rurais, que desenvolvem atividades rurais/agrícolas e urbanas, é o uso de economia do excedente. Para Martins:

Trata-se de uma economia do excedente, cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades (MARTINS, 1975; 45).

Dessa forma, há uma interdependência entre a economia de mercado e a economia do excedente e uma relação dinâmica entre ambas, pois, de modo geral, os produtores rurais que têm box na CEAGESP ou que vendem diretamente para os mercados acabam levando os produtos dos produtores vizinhos. Essa comercialização do pequeno produtor, não a dos produtos que sobram do seu consumo, é resultado de uma combinação de fatores a partir do ato de decisão na plantação, como nos explica Martins:

O excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedentes dos que foram utilizados na subsistência (no caso, a mão-de-obra e a terra com suas pastagens naturais). É o fator excedente que gera o produto excedente e que define a economia, à margem das relações monetárias, das relações sociais abstratas, da dominação política, das relações capitalistas de produção típicas da conduta racional com relação a fins seculares (MARTINS, 1975; 12).

Para o camponês, o raciocínio na organização da produção está no fato que primeiramente se produz para a subsistência da família, e um excedente deve ser

produzido para troca ou comércio, que vai variar dependendo da disponibilidade de terra e de pessoas para trabalhar nela, além de recursos financeiros e naturais, como água e qualidade de solos.

Oliveira (2003; 21) coloca que como trabalho familiar os camponeses “*podem aumentar sua produção, mesmo sem ampliar suas terras*”. E, dessa forma, podem estar produzindo muito mais do que necessitam para a sobrevivência da família e com isso realizam um excedente para acumulação.

O que diferencia também dos cultivos ‘exclusivamente’ para o consumo, entre os proprietários rurais, especialmente na área pesquisada, é a disposição de outras fontes de renda e o desenvolvimento e os cultivos de roça e de olerícolas. Nesse caso, está presente o fator do *habitus* camponês, a cultura camponesa da lida com a terra da fartura de alimentos nas refeições, e também para o agrado aos vizinhos e visitantes.

Em relação aos assalariados e aos pequenos agricultores que se assemelham das produções capitalistas, como destacado anteriormente, existe a diferenciação que estes não têm uma mensuração mínima do que será consumido e o que será destinado ao comércio, o que será acumulado. O trecho a seguir de José de Souza Martins expressa em definições esclarecedoras essas relações.

A isso chamo de economia do excedente para diferenciá-la de mera economia de subsistência. Nela o excedente já aparece como tal na própria produção. O essencial nessa interpretação é que os meios de vida do agricultor não são imediatamente estabelecidos pela mediação do mercado. Mesmo que o camponês venha a ter de comercializar também parte de seus meios de vida, ele sabe que está vendendo aquilo que originalmente fora destinado à subsistência. É diferente da situação do assalariado e mesmo do pequeno agricultor capitalista que, no momento da produção, não sabe e não pode distinguir entre o que vai constituir seus meios de vida e o que vai constituir o excedente apropriado pelo capital, num caso, ou destinado à sua própria acumulação, no outro. O excedente do camponês da frente de expansão é um excedente concreto, produto de trabalho concreto, do mesmo modo que seus meios de vida. Os meios de vida de quem trabalha para o capital, como ocorre com o operário ou o assalariado do campo têm seu montante definido pela mediação do capital e é a materialização de trabalho abstrato e, portanto, social. Não é o próprio trabalhador que calcula e define

quanto da produção vai se constituir em seus meios de vida, (MARTINS, 1997; 189).

A produção voltada para o comércio se concretiza no cultivo de flores, sem que com isso o agricultor deixe de ter sua criação e os cultivos dos produtos para o consumo familiar. Estão nesses cultivos as principais ocupações de trabalhador na agricultura no Município de São Paulo.

O gráfico 3 apresenta, o destino final da produção após a colheita, e no caso dos animais, após a engorda.

No cultivo de flores e plantas ornamentais, assim como na produção de olerícolas, o trabalho utilizado é desenvolvido sobre a base familiar, mas, este último não demanda tanta mão-de-obra quanto às atividades ligadas às plantas ornamentais e às flores. Conforme a fala do produtor João Sérgio, podemos observar essas relações:

Olha, eu trabalhava lá em São Paulo e o genro da minha esposa comprou esse sítio há 1 ano e 4 meses e pediu para que eu fosse tomar conta do sítio, cuidar do sítio, né? Então, chegamos até aqui e o antigo dono já trabalha com planta de jardinagem, essas coisas, né? E daí a gente deu continuidade ao trabalho, né? O que nós aumentamos foi os animais, né? São galinhas, essas coisas. E tem um gadinho no sítio do vizinho também, porque aqui é muito pequeno pra criar gado. Eu sou só o caseiro, o dono mesmo mora lá em São Paulo. Já tiveram 2 donos essa propriedade. Que eu

saiba tinha o cultivo de algumas coisas, antes ele cultivou hortaliças e maracujá, também nesse terreno, depois ele mudou de hortaliças e maracujá para plantar plantas de jardinagem, que é o que a gente trabalha hoje. Menos sacaria, vaso, planta de terra mesmo, bastante a gente trabalha aqui. (...) Acho que de uns 10 anos pra cá, porque o dono já tinha uns 15 anos que saiu daqui e provavelmente de uns dez anos pra cá e optou pelo cultivo, essas coisas, né? Então, eu acho de uns 10 anos por aí. E pra comercializar esses material? Esses produtos, ele vende pra algum atravessador ou ele mesmo direto tem uma empresa que repassa? Com maracujá e hortaliças, não tenho idéia. Porque não tenho muita informação sobre o assunto, agora a planta tem vários compradores, desde o jardineiro, paisagista, etc. Empresas de jardinagem, né? Até hoje continua assim. A gente, nós, o cliente liga e vende por telefone. Recebe a ligação, prepara o pedido e eles buscam, porque na época o dono tinha um carro e também entregava, a gente não faz isso. Não entrega. Então a pessoa tem que vir aqui buscar... (...) Aqui na verdade só quem trabalha mesmo sou eu, né? Mas sempre a gente pega uma pessoa ou outra pra dar uma força mas é bem pouco, mas no demais sou eu que tem que movimentar. (...) É porque o dono daqui é casado com o filho da minha mulher, né? Então já fica tudo em casa, né? A gente cuida de tudo do plantio até a colheita, (Trechos da entrevista do produtor rural João Sérgio. Entrevista realizada por Rodrigo Ferreira em 17/10/2006).

Em Engenheiro Marsilac, a presença de aglomerações mais compactas a caracteriza como uma área mais urbana, com as práticas dos moradores e suas ocupações voltadas para a cidade. Saindo das pequenas aglomerações encontram-se propriedades com efetiva atividade agrícola, que dividem e perdem espaços para presença de emergentes loteamentos clandestinos, configurando-se como um dos elementos da expansão urbana em direção ao extremo sul do município, tomando principalmente áreas de proteção a mananciais.

Em transição para o urbano, há um significativo número de loteamentos clandestinos, mas esses novos loteamentos e as ocupações irregulares não consomem em sua totalidade as áreas até então ocupadas com atividades agrícolas. Destacam que, no geral, o processo que ocorreu no interior do Estado, a substituição em que uma monocultura é destruída e imediatamente dá lugar a outro cultivo não se repete em regiões de interface do rural com urbano. Pelo processo natural da especulação imobiliária, a terra passa por um período de desuso, com intuito de valorização.

A substituição da agricultura por loteamentos foi verificada em 10% da área. O estudo constatou também uma expansão de 300% na área ocupada por loteamentos na APA, mas apenas 11% dos novos loteamentos surgiram em áreas anteriormente ocupadas por agricultura. Essas informações, analisadas em conjunto, corroboram a tese de que a agricultura é efetivamente um fator de contenção da expansão urbana, evidenciando a importância de políticas públicas voltadas à promoção da sustentabilidade da atividade nas áreas de proteção aos mananciais, (CARVALHO, 1998; 15-16).

A presença de moradias sem planejamento tem dado uma configuração depreciativa a localidades tradicionais que fizeram parte da história da região, como a vila ferroviária construída na década de 1930, com uma população tradicional na região aí presente na construção da ferrovia Mairinque-Santos.

Com as transformações tecnológicas, dificuldades financeiras e principalmente de comercialização, os produtores rurais têm cada vez mais buscado alternativas de sobrevivência. Aliado a estes problemas está a concorrência com a cidade e a forma com que aglomerações precárias vêm evoluindo e afetando o modo de produção agrícola. Mesmo assim, encontram-se propriedades rurais muito dinâmicas e que estão assistindo a todas as transformações por que vem passando a porção sul do Município de São Paulo.

A destacar o produtor rural Luis N. Kitabayashi, que adquiriu a sua propriedade há trinta e dois anos e que somava 45 alqueires. Atualmente, sua área é de 18 alqueires (foto 13), além da de seu filho, que soma 8,4 ha. Antes de adquiri-la, trabalhava com a família no sítio de um tio e, em 1964, conseguiu adquirir seu primeiro trator, utilizado até hoje.

Ao longo dos últimos 32 anos conseguiu implantar diversas melhorias na propriedade, que pode ser considerada muito moderna. Nela operam 10 tratores, existe um viveiro de mudas, um armazém para estocagem de insumos, um reservatório de água, equipamentos de irrigação e caminhões para o escoamento da produção. São empregados nove funcionários, que residem em casas no próprio estabelecimento.

Foto 13: Propriedade da família Kitabayashi.
Foto: Danilo Brich dos Santos, 24/10/2006

A produção é de hortaliças: repolho, repolho crespo, beterraba, brócolis, salsa, salsa crespa, escarola, alface crespa, alface americana e catalonha, com sua comercialização feita no CEASA. A propriedade destaca-se por sua organização e também pelo modo capitalista de produção. Como nos conta o produtor rural Luis Kitabayashi:

Nessa propriedade aqui eu estou há 32 anos, da minha parte é 18 alqueires, que é 18 alqueires, dá quanto? Tem as duas partes do meu filho, né? Que cada um tem uma parte de 8,4 hectares.(...) Foi aos poucos (aquisição), em parte. Essa área aqui era de 45 alqueires e foi dividida em 12 herdeiros, daí foi comprando cada vez uma de cada. Essa aqui inclusive nós compramos uma parte no nome do meu filho, não acabamô de pagar, tamô pagando ainda. (...) São Paulo, CEAGESP, Não nós mesmo vendemos. É que nós vendemos, meu filho tá lá vendendo hoje. Meus dois filhos. A gente sabe que é difícil então, a gente resolveu fazer o seguinte, vender a própria produção... (...) Antes de nós comprar aqui, nós trabalhávamos no sítio de meu tio, lá o meu tio tinha trator. Quando eu fiz 16 anos através do meu pai e as família que trabalhava tudo junto, minhas irmã, nós compramos um trator em 1964 que até hoje eu tenho ele. Antes era trator emprestado, pagava aluguel para fazer preparar a terra. E o animal que riscava

a terra, que hoje tá riscando aqui também. Só que hoje tá riscando que a terra tá molhada, porque nós riscamos com o trator, nós fazemos o canteiro com o trator também, igual tá fazendo aqui do lado. (...) Hoje tá com nove funcionários aqui fora CEAGESP. Cada um tem sua casinha dentro do sítio mesmo. (...) A família mora aqui também. A minha mulher que trabalha também e eu e só isso agora porque a minha mãe e meu pai faleceu por esses tempo atrás, só ficamos nós dois aqui e meus filhos que vão para o CEAGESP todo dia eu também vou, mas hoje não fui. O meu filho quase fica direto lá. (...) A maior parte é folhagem, repolho, repolho crespo, beterraba, brócolis ninja, salsa, salsa crespa, escarola, alface crespa, alface americana, e mais várias aqui, catalunia (?) e por aí mais ou menos. (...) Maquinaria hoje, temos com dez, inclusive temos antigos que é 1960, que é aqueles importados, nós temos três daquele lá ainda, (Trechos das entrevista do produtor rural Luis N. Kitabayashi, 2006. Entrevista realizada por Bruno Follador em 17/10/2006).

A localidade de Vargem Grande é conhecida por abrigar a cratera da Colônia e pelos problemas sociais ocasionados devido ao grande adensamento populacional num reduzido espaço, agravados pela incipiente infra-estrutura pública e pelos problemas físicos do relevo. Nesse bairro a atividade agrícola ocupa a outra porção da borda da cratera, dividindo espaço com a várzea e a mata. No entorno dessa várzea há a presença de muitos sítios que estão distribuídos ao longo da estrada de Marsilac e de Vargem Grande. A região é conhecida também como forte produtora de chuchu e pela presença das granjas, hoje praticamente desativadas, assim como a produção do chuchu não alcança o ímpeto das décadas de 1980/90.

A Cratera da Colônia Paulista apresenta algumas das propriedades rurais que estão, sobretudo na estrada de Vargem Grande, com a predominância das plantações de tuias e plantas ornamentais, as propriedades rurais estão localizadas em uma das bordas.

É notório o contraste entre as bordas da cratera, de um lado, o adensamento urbano e, de outro, a produção de tuias, plantas ornamentais (foto 14), em menor quantidade cultivo de olerícolas e produção de flores.

Foto 14: Plantação de tuia.
Foto: Evandro Noro Fernandes, 1º/04/2006

Para os produtores rurais dessa região, a atividade agrícola é a principal atividade, o que assegura a reprodução familiar, valendo-se da diversidade de cultivos, do trabalho familiar e da introdução de novas técnicas de cultivo. O produtor rural Luderino ressaltava a importância dos pequenos agricultores para produção de alimentos para a população e, assim mesmo, são negligenciados pelas políticas públicas.

Destaca Lauderino a importância da proteção aos mananciais e o cuidado com a água. Esses têm sido um dos principais problemas para agricultura. A fala do produtor Lauderino expressa o quanto a agricultura familiar pode preservar o ambiente e usar as áreas de mata em que não pode haver derrubadas para fazer cultivos alternativos como o do palmito pupunha:

Aqui eu produzo muitas variedades: alface lisa, grossa, américa, rúcula; coentro... Tudo de hortaliça quase em geral, repolho, brócolis. (...) Estão certos vocês, tem que ir nos pequenos mesmo. (...) Não tem como a gente ter esse dinheiro, você, eu vendo dez caixas de alface e o dinheiro já está para... eu tenho que comprar gasolina tenho que comprar óleo para o trator, então eu pego lá e já não vejo nada. Ainda bem que eu trabalho só com a família, não tenho empregado nenhum.(...) Minha filharada. Meu são cinco, só

meu são cinco, agora tem mais de criação. Mais três de criação. Dos cinco que eu tenho todos ajudam aqui. Todos trabalham aqui, só tenho dois parentes que trabalham fora que é um genro e minha nora que moram todos juntos aqui também. (...) Não a água é mina, eu capto direto lá na mata que tem uma mina muito boa, eu cuido daquela mata, não deixo ninguém fazer nada de errado, a mina vem lá de cima até aqui embaixo do meu lado, um eu fiz um poço com três tubos dentro, de lá eu puxei uma mangueira, aí não falta água. (...) Aqui é área protegida, ambiental e não pode fazer isso aqui... a gente nem pretende fazer, Deus criou a natureza e é coisa desagradável a humanidade, o camarada destruir, não foi nós que fizemos porque nós vamos destruir agora. Eu vou dizer uma coisa eu pretendo preservar cada vez mais, certo? Ali naquela mata eu rocei, eu rocei lá embaixo só que ali eu já encomendei palmito, vou, se eu planto palmito, vou encher de palmito, aquele palmito... Pupunha, não, tem que ser aquele o híbrido. Ele é especial para esta região, ele brota então você tira palmito e ele dá de novo, (Trechos da entrevista do produtor rural Lauderino. Entrevista realizada por Joabe Pires em 14/10/2006).

Essa preocupação com os fatores ambientais é recente, surge com a discussão das novas ruralidades, Veiga (2005) destaca que nunca a sociedade deu tanto destaque para a valorização e as relações com a natureza, e assim em sua interpretação, tratam-se de uma nova ruralidade, que se apresenta metamorfoseada. *“E isso não somente no terreno das preocupações com os problemas ambientais, como as ameaças à biodiversidade ou o aquecimento global”*, acrescenta Favareto (2007; 109), segundo esse a mobilidade e o enriquecimento da sociedade também contribui para valorização das amenidades.

As granjas deram um destaque à região de Parelheiros em meados do século XX. Em geral, as propriedades dos japoneses mantiveram-se em atividade aproximadamente até o final da década de 1980 e início de 1990.

Na fala do produtor rural Marcos Schmith Nakagawa, ele descreve como eram as relações de trabalho na época e como essas famílias de descendentes de migrantes japoneses fizeram a história da região. A história familiar do Marcos Nakagawa é semelhante à de muitos dos atuais agricultores da região: foram trabalhadores das granjas, das roças dos japoneses e com o trabalho desgastante que realizavam, foram juntando suas economias e muitos hoje compraram as terras dos japoneses, em outros casos são arrendatários destas terras há anos.

Para o produtor rural Marcos Schmith Nakagawa, que mora na região há 30 anos, apesar do trabalho desgastante na granja de produção de ovos, as tradições japonesas de cultivar as hortas para autoconsumo sempre estiveram presentes, assim como o apego à cultura de flores, bastante característica da família japonesa.

Há trinta anos já. Na verdade eu vim com 3 meses [de idade], eu sou lá do interior de Itapetininga de São Miguel Arcanjo, aí minha mãe veio pra cá trabalhar na Granja Ogata, aí eu morei e trabalhei 16 anos na floricultura [uma empresa]. Agora trabalho no que é meu. Primeiro ela [mãe] pro sertão, lá pro Nordeste, depois os próprios parentes enganaram minha mãe pra vir pra cá, [dizendo] que era bom, e acabou como “escravo” dos próprios parentes, tio e tia sofreu muito, depois meu pai decidiu vir pra cá e trabalharam na granja Ogata. (...) Só de ovos, depois viu que não era futuro pra filho. (...) Oito anos, [de trabalho] meu pai e nós em oito irmãos. (...) [cultivos] Uma verdurinha assim pra consumo de casa, até hoje, é tradicional uma hortinha, na raça japonesa é tradicional, se bem que eu não como verdura. Depois minha mãe disse pro meu pai que estava sofrendo demais aí foram trabalhar na floricultura, 16 anos lá. E lá meu pai chegou a ficar um ano e faleceu. Minha mãe tem 76 anos.(...) quase cinco mil metros, é, 5 mil metros e pouco contando com as estufas. Forração pra jardinagem, saquinho de mudas (de plantas para jardins). Flor de onze horas, coroa-de-cristo etc. Fazemos entregas pro Ceasa. (...) Pro Ceasa, pras lojas direto, pro Morumbi, tudo lá. De vez em quando, a gente manda um pouquinho lá pro interior também, né? Quando a colheita está grande, (Trechos da entrevista com o produtor rural Marcos Schmith Nakagawa, 2006. Entrevista realizada por Cícero Aurélio Guedes em 14/10/2006).

Na região da Chácara Santo Amaro, a cidade está mais próxima, com isso sua influência sobre as áreas rurais é mais contundente. Tem sido um local de trocas da população urbana com as rurais da região, realizadas principalmente pelos serviços dos pesque-pagues dos

Foto 15: lago com criação de carpas.
Foto: Iara Viviane de Souza, 15/10/2006

roteiros de turismo rural que estão gradativamente sendo implantados, bem como dos restaurantes, dos bares que aliam criação de peixes (foto 15) tornando-se um atrativo para quem frequenta. As atividades rurais têm se constituído nessa região e nas outras também como um complemento das atividades urbanas para determinadas famílias e para outras são as atividades principais, complementadas pelas urbanas.

Para muitas famílias, o crescimento da aglomeração possibilita um aproveitamento da extraprodução agrícola, com atividades voltadas para um consumidor urbano, para aqueles que têm a possibilidade de um tempo livre, constituindo num elemento componente da produção camponesa, a

Foto 16: Bar da Dona Maria.
Foto: Cícero Aurélio, 15/10/2006

jornada de trabalho flexível, tempo este particular as comunidades rurais devido ao trabalho com os cultivos. Para Oliveira (2004; 64), a jornada de trabalho camponês varia conforme a época do ano e assim, *“Não há uma rigidez de horário diário como na produção capitalista”*, variando também conforme os produtos cultivados.

Usando da possibilidade de continuar com os cultivos com as atividades de comércio, é que a produtora rural Maria do Carmo Bizarria de Lima encontrou uma nova forma de usar sua chácara. Por muitos anos, foi caseira em outras chácaras e manteve o cultivo em sua propriedade. Agora, alia esses cultivos de autoconsumo com um bar (foto 16).

Faz cinco anos do barzinho, mas a gente plantava árvores de natal antes disso. Sabe “tuaia” [muda de árvore de natal] Então, a gente plantava, isso aqui era cheio de “tuaia”. (...) Uns quinze anos. Depois fui ser caseira com o meu marido, meu filho continuou aqui e eu e meu marido fomos ser caseiro numa chácara daqui mesmo

da Ilha do Bororé, mas não aqui perto. Ficamos uns cinco anos lá, acho que se o dono não tivesse vendido [a chácara] pra outro nós estaríamos lá até hoje. Era bom demais, pagava salário, ele o dono tinha a gente como família mesmo. Depois ele passou mal e vendeu pra outro a chácara, ainda com a condição da gente ficasse lá, mas não deu, ficamos um mês. (...) Não estava compensando, não pelos gastos, mas por ser só uma vez por ano, época do natal, né? Depois fomos trabalhar com aquele rapaz [da outra chácara], ele era bom demais, eu tinha muita galinha, ovos e ele não levava nada. Este outro já não deu certo, ele vem aqui de vez em quando, mas pra morar não dá. É que eu gosto de fazer festinha, né? A gente faz muita festinha aqui. (...) Tinha onze irmãos, agora somos em nove. Todos de Pernambuco.... só eu tenho chácara, alguns deles tem seu próprio negócio (Trechos da entrevista da produtora rural e dona de bar Maria do Carmo Bizarria de Lima, 2006. Entrevista realizada por Cícero Aurélio Almeida Guedes em 15/10/2006).

O uso da chácara da produtora rural Maria do Carmo constituiu-se em mais um dos vários que encontramos com a criação de coelhos, produção de vinagre orgânico de caqui e que se somam às formas convencionais de cultivos. Esses se reproduzem mesmo estando cercadas pelos aglomerados urbanos, abrigando as variadas formas de trabalho em especialidades de cultivos, como a produção de mudas do produtor rural João Tomikishe Inouye, que possui uma boa infraestrutura de entrega das mudas (foto 17).

Foto 17: plantação de mudas de olerícolas.
Foto: Eliane Bandeira, 14/10/2006

As localidades da Chácara Santo Amaro e se aproxima do aglomerado da Colônia, região marcada pela presença da cultura Germânica, e de culturas diversificadas, encontramos nessas localidades, os cultivos de olerícolas, os pesque-pagues, e os cultivos de flores em estufas, além das tradicionais famílias descendentes de imigrantes alemães, que desenvolvem em suas propriedades cultivos variados aliando-os as criações de animais.

Na propriedade do agricultor João, o cultivo de mudas de olerícolas tem-se constituído na possibilidade de reprodução das práticas camponesas no campo aliadas às formas capitalistas do uso da força de trabalho, por meio do pagamento de salário. Toda a renda dos meeiros e dos assalariados provém do trabalho e do cultivo das mudas de olerícolas e, nessa propriedade, trabalham quatro famílias de meeiros e mais onze funcionários.

João justifica que só havendo uma produção expressiva e compensatória pode-se realizar comercialização, caso contrário, restarão formas mais precárias para escoar a produção.

A renda dos funcionários, essencialmente, vem do trabalho daqui. (...) Mais quatro famílias. (...) Então, minha residência é no Parelheiros. Eu sou o proprietário mas quem fica aqui é os meeiros, os funcionários. (...) Aqui a gente trabalha mais com muda de hortaliças... Então, a gente forma as mudas de hortaliças sobre encomenda e entrega direto para o produtor. (...) tudo aqui pertinho. (...) Tem dez pessoas, onze [funcionários]. (...) Olha, uma produção que sai por aqui tem que ser mais ou menos grande, quem planta muito pouco não tem como comercializar, porque esses produtores grandes, eu comercializo só muda mas da mercadoria que sai [se referindo a produção de hortaliças já prontas para o consumo] vai para o sacolão, vai para o quitandeiro, para o supermercado grande, e quem planta muito pouquinho só se levar com o carrinho de mão. (...) É, é alto. Se você não trabalha com quantidade mais ou menos grande, não compensa (Trechos da entrevista com o produtor rural João Tomikishe Inouye, 2006. Entrevista realizada por Eliane Bandeira em 15/10/2006).

A forma do agricultor conciliar a atividade agrícola com outras atividades, em geral urbanas, tem sido tratada como sendo uma forma de pluriatividade, por se referir a um indivíduo que combina a agricultura com uma multiplicidade de tarefas para garantir sua renda. Isso caracteriza mais adequadamente a prática de combinar

trabalho extra-agrícola com atividades na propriedade agrícola. Schneider (1999) destaca-se como expoente para essa interpretação.

Cabe ressaltar que essa interpretação cabe para as atividades extrapropriedades, e que essas atividades só são possíveis pelo fato de elas estarem estreitamente ligadas à metrópole, possibilitando o deslocamento para desenvolver atividades urbanas sem desfazer o vínculo diário com a propriedade rural.

Por esse viés de interpretação, são muitos os casos que encontramos na região metropolizada em que, durante o dia ou aos fins de semana, o produtor rural é agricultor e, nos outros períodos, é um trabalhador da cidade. José Candido ilustra bem essa realidade, também presenciada nos trabalhos de campo. Trata-se de um bombeiro que, desde que chegou de Pernambuco há trinta e cinco anos, realiza seus cultivos em paralelo à atividade profissional, com ajuda do trabalho familiar conforme a foto 18. Na foto vemos pai e filho preparando a terra para semear verduras.

Eu planto pouca coisa, só para o gasto mesmo. Desde feijão, mandioca. Muito pouco, porque eu não me aposentei ainda, ainda estou na ativa. Eu cheguei até a vender as coisas aqui. Trabalhava dia sim, dia não, no corpo de bombeiro, mas, agora eu não tenho mais tempo, agora vou começar a replantar outra vez. Tenho que começar tudo outra vez, jogar adubo, tudo isso atrasou muito, mas, eu pretendo recomeçar. (...) Aqui eu cheguei novo, faz 35 anos, minhas filhas nasceram casaram e eu aqui. Cheguei de Pernambuco em 1966, mas, cheguei a esse local em 71, fiquei lá pela cidade, em pensão, tudo que tem direito. Aqui mesmo eu cheguei em 71 por intermédio da mãe de meus filhos, ela é do bairro do Socorro, mas, os pais dela são natural daqui, os pais da minha ex-esposa moram no Silveira, minhas filhas moram no Silveira, todos moram no Silveira (...). Só que eu declaro como tendo 24.444 porque são quatro herdeiros, contando comigo, declaro o dos quatro, dá um total de metragem de 26.444, pode separar, mas, como é tudo família, não faz muita questão. O imposto é só para provar que a gente existe para o INCRA e para a Receita Federal. (...) Foi tempo mesmo. Trabalhar eu sempre trabalhei, mas foi tempo e foi apodrecendo (...). Essa parte aqui é a minha divisa, está vendo? Do jeito vai aqui, são 255 metros de comprimento, e aí não tem cerca, como era tudo de família, então não existe cerca. Daqui a uns poucos anos eu me aposento, só falta dois anos e meio para eu me aposentar por idade, já passei de meia dois, já estou na casa de meia três. Eu já me aposento e, aí, terei tempo para recomeçar. (...) Minha atividade foi bombeiro.

Sempre toda a minha vida eu trabalhei de bombeiro para o Estado. Até do Edifício Joelma eu participei. Edifício Pirâmide, na Av. São João, Praça da Bandeira (Trechos da entrevista com o produtor rural José Candido, 2006. Entrevista realizada por Lídia Cássia Lopes Ferreira em 15/10/2006).

Foto 18: trabalho complementar a atividade urbana
Foto: Lídia Cássia Lopes, 15/10/2006.

Um outro exemplo de atividade paralela é o do produtor rural Silvestre Reimberg, antigo morador na região, que desenvolve cultivos na lavoura com a produção de repolho e mandioquinha. Trabalhando como meeiro em outras propriedades, atualmente tem a produção das buchinhas e atividades de pedreiro.

A gente trabalha com lavoura, quando tinha uma lavoura a mais a gente vendia para o CEASA, então a gente trabalhava com repolho, mandioquinha, e o que sobrava a gente ia para o CEASA, né! Até trabalhamos um bom tempo com aquela pimenta estrela. Mas a gente trabalhou para fora, com lavoura para outra pessoa. Os dois, a gente trabalhava mais com planta de jardim. E agora faz cinco anos que estou parado, porque passou da idade, geralmente, o governo não vê essa parte, passou dos 40 anos, a gente já é inválido. (...) buchinha, mas trabalho em obra também [principal fonte de renda]. (...) Eu pego uma casa para fazer, eu faço, agora tô fazendo mais reforma, aquilo ali é um dinheiro extra para comprar mais alguma coisa que falta. (...) Agora no momento, este ano esteve muito bom a venda, mas no ano passado foi péssimo, este ano vendi uma média de 5.000 mudas e se tivesse 10.000 também venderia, só que não tenho, no momento não tô tendo (Trechos da entrevista do produtor rural Silvestre Reimberg,

2006. Entrevista realizada por Fabio Soares do Amaral em 15/10/2006).

As localidades da Chácara Santo Amaro e se aproxima do aglomerado da Colônia, região marcada pela presença da cultura Germânica, e de culturas diversificadas, encontramos nessas localidades, os cultivos de olerícolas, os pesque-pagues, e os cultivos de flores em estufas, além das tradicionais famílias descendentes de imigrantes alemães, que desenvolvem em suas propriedades cultivos variados aliando-os as criações de animais.

As plantações de orquídeas destinadas ao mercado internacional e as fazendas de reflorestamento e manejo sustentável de palmito constituem-se, com as propriedades de agricultura convencional, na paisagem rural diversificada da região de Varginha, no distrito do Grajaú. Ligados pela rua Paulo Guilguer Reimber e nas imediações da rua Kayo Okamoto até a localidade da Colônia no Distrito de Parelheiros, a agricultura é complementada com as atividades desenvolvidas nos pesque-pagues.

Como representatividade das propriedades tradicionais, a propriedade do agricultor Celso Gasser Bueno é um bom exemplo. Elas têm uma diversidade de cultivos, vacas de leite e criação de porcos para autoconsumo. Celso representa a quinta geração de descendentes de alemães que desenvolve atividades na mesma propriedade, em uma região que, a partir da década de 1950, foi de presença marcante de descendentes de japoneses.

Repolho, pimenta cambuci, tem certas épocas batata também holandesa, pepino, abóbora italiana, tem períodos também que temos as vacas, que tira leite e vende para os vizinhos, usa o esterco e vende pra quem quer adubar sua horta. (...) Não, já faz uns vinte anos que é assim já (...). É pra tentar atrair recursos pra gente sobreviver (...). Bom vem desde meu avô já e nasceu ali na região a mais de cem anos que a gente tem o sítio lá, essa é a quinta ou sexta geração nesse próprio lugar (...). Isso é descendência alemã (...). Tem, depois da década de cinquenta veio os japoneses, aí tem bastante famílias japonesas que compraram terrenos dos meus bisavôs de parentes que também tinham, venderam e também venderam pra eles (Trechos da entrevista do produtor rural Celso Gasser Bueno, 2006. Entrevista realizada por Anderson Cristian do Amaral em 21/10/2006).

A fazenda Castanheira (foto 19) desenvolve atividades de reflorestamento para a produção de lenha, aliando o manejo sustentável do palmito Jussara em matas nativas, de eucalipto e de pinheiros. A fazenda tem-se constituído em um local de preservação da fauna e flora e de programas de educação ambiental para escolas e visitantes.

Foto 19: Fazenda Castanheiras
Foto: Evandro Noro Fernandes, 10/04/2006

Com características semelhantes às da Chácara Santo Amaro, a localidade do Jaceguava e Jaceguay, de forte influência no cultivo do chuchu no passado, ainda mantém propriedades desenvolvendo tais cultivos. Caracteriza-se pelo cultivo de olerícolas em pequenas propriedades para o autoconsumo. Destacando-se na produção para comercialização, até a década de 1980, desenvolvidas pelos produtores japoneses, hoje essas terras estão sendo arrendadas a outros produtores rurais.

Os arrendatários dessas terras, em geral, foram meeiros em outras propriedades ou mesmo nas que arrendam atualmente, como no caso do produtor rural Guilherme Geraldo Santos, como mostra a foto 20.

Foto 20: propriedade arrendada com cultivos variados.
Foto: Willem Prates, 12/10/2006

Aqui no caso meu é arrendado, né? Eu mesmo antes de vir pra cá, eu trabalhava de meio, né? Mais aí foi melhorando um pouquinho e agora a gente arrendou a terra. (...) Era cultivada, tinha um japonês que trabalhava aqui, aí ele foi pro Japão e arrendou aqui pra gente, mas ele cultivava aqui também. (...) Não, dele não, eu era meeiro de outra pessoa. Aí eu parei, vim trabalhar pra mim mesmo, aí eu planto tomate, planto vargem, planto pimentão, planto isso aí tudo. (...) É tem bastante variedade, tem que ter bastante variedade porque fica mais opção para trabalhar, o pessoal chega pra comprar um tomate, e se ele quiser tem um pimentão, tem um pouco de vargem, tem que ter um pouco de tudo.(...) Eu vendo aqui mesmo, o pessoal vem buscar aqui mesmo. (...) Não, tem eu que trabalho, tem três empregados e tem um meeiro. A esposa cuida da casa, as crianças são pequenas ainda. Um está com dez anos e o outro com oito (Trechos da entrevista do produtor rural Guilherme Geraldo Santos, 2006. Entrevista realizada por Willen Prates em 12/10/2006.).

A diversidade produtiva na porção sul do Município de São Paulo é constituída por campos antrópicos, chácaras de lazer, como a do produtor rural André Fermino da Silva (foto 21), locais que servem como fonte de renda por meio de aluguel para eventos comemorativos, e mesmo como segunda residência. Além dos

pesqueiros, das atividades agrícolas em menor proporção desenvolvendo mais variados cultivos de alimentos, de flores e plantas ornamentais.

Pelos levantamentos do último censo agropecuário do IBGE de 1995/96, existem 219 estabelecimentos agropecuários no Município de São Paulo. A revista Veja São Paulo publicou na edição de novembro de 2000, na reportagem que falava da agricultura na metrópole, que a capital paulista tem 300 propriedades. Atribuem à secretaria de agricultura do Estado esses dados. O objetivo da revista era dar destaque às atividades econômicas desenvolvidas pela agricultura.

Foto 21 : Chácara de Lazer para aluguel
Foto: Mariana Gaviolli Henriques, 15/10/2006

Por meio dos trabalhos de campo realizados pelas subprefeituras de Parelheiros e Capela do Socorro foram arroladas aproximadamente 130 propriedades. Em análise a essa fonte de dados, e pela forma de trabalho empregada na produção, a familiar, estima-se que pode haver um número superior a 150 famílias.

Essa pesquisa serviu como base para efetivarmos o recorte e balizarmos o levantamento de campo mais aprofundado, uma vez que os levantamentos realizados pelas equipes das subprefeituras são genéricos e pouco conclusivos. Corroboram com as informações levantadas já nos primeiros campos realizados,

no qual mais de 80% dos que realizam a atividade agrícola são proprietários das terras.

Pelo Gráfico 4, verificamos que 60 dos 104 pesquisados são os proprietários da terra, ou seja, aproximadamente 58%, mais 16% dos caseiros, e mais ainda que os entrevistados foram os funcionários, neste caso, as propriedades com atividades voltadas para as plantas ornamentais e olerícolas com fins comerciais.

Além disso, às propriedades com cunho comercial, podemos aqui chamar de “*produtor não-empresário*” (Martins, 1975), embora produzam para o mercado e dependam deste, não fazem dessa forma uma economia natural, restrita à venda do excedente para intermediários urbanos. Também não se enquadram na forma do produtor empresário, em primeiro lugar, devido à exígua área para produção, o inexistente poder de intervenção no mercado, impondo preços e direcionando consumos alternativos, na falta ou na retenção de produtos, nem mesmo um poder de capital e de investimentos.

Essas propriedades, poucas, a comprovar pela área, somente 10 possuem área superior a 10 hectares, e são as que estão mais próximas da produção capitalista, e desempenham um destacado papel para a economia da região. Em um local de

grandes desequilíbrios sociais são as que possuem o maior número de assalariados e de famílias de meeiros, ou seja, apresentando um número de famílias que, no universo espacial em que estão inseridos, possuem uma qualidade de vida minimamente diferenciada dos demais que aí estão domiciliadas, referindo-se aqui as famílias que moram nas ocupações irregulares, e estão desempregadas.

A antropóloga Lúcia Oliveira Juliani (2004) diz que Parelheiros é o refúgio para os que ali pertencem e para os que querem se refugiar seria, se é possível o uso incondicional da palavra excluído, então é o lugar dos que são 'excluídos' pela cidade e os 'excluídos' da cidade. Acrescenta:

Em Parelheiros, no extremo sul, entre ocupações desordenadas os não excluídos pela cidade encontram refúgio, em um movimento que mostra a necessidade de libertação daqueles que se sentem prisioneiros da cidade. Buscam distância da violência e do estresse urbano em refúgios cercados por outras violências e dificuldades de vida que sofrem os excluídos da cidade, a eles não revelados. (JULIANI, 2004; 183)

São os resultados da apropriação dos espaços pelo capital, neste caso, como já destacado pelo capital imobiliário e financeiro, além da exploração das mazelas sociais. Martins (1985; 14) lembra que *“o capital não produz apenas os exploradores; produz também os explorados. Não produz apenas o farto, mas também o faminto”*.

No caso, o capital está presente como força progressista, na forma da cidade que invade a agricultura, destrói os laços camponeses, não criando, *“as bases da socialização do processo de trabalho”* porque ao desestruturar as áreas agrícolas não gera um processo amplo de urbanização. O que temos é o outro lado desse processo com esses produtores rurais não-empresários: *“o camponês, o trabalhador, o pequeno agricultor e sua família resistindo contra a expulsão da terra, contra a expropriação”* (MARTINS, 1985; 13).

Com isso, o trabalho familiar está presente em aproximadamente 90% das propriedades pesquisadas. Esse número dá-se pela presença do trabalho familiar dos meeiros nas propriedades de maior área. As terras arrendadas representam

aproximadamente 20% do total. Esses arrendamentos são realizados por famílias que não dispõem de área suficiente para produção e também pelas que moram nos aglomerados urbanos e não dispõem da propriedade da terra.

Verifica-se pelo gráfico 5 que aproximadamente 51% das propriedades que estão envolvidas com algum tipo de cultivo têm no máximo 10 hectares. Ocorre, portanto, a manutenção da estrutura fundiária do Município de São Paulo em moldes semelhantes a que havíamos destacado a partir do século XVII, dos pequenos sítios e chácaras, embora não tivessem o mesmo caráter de hoje.

Na atualidade, o termo sítio tem o entendimento de propriedade relacionada à segunda moradia, um ambiente que não tem a função principal de gerar renda. No passado, era tratado como espaço tipicamente produtivo e a opção de segunda residência estava no aglomerado urbano.

A metrópole possibilita esse encontro, essa troca em uma paisagem comum. As incorporações de atividades não-agrícolas tomam importância no Brasil a partir da segunda metade do século XX, quando a intensificação do uso de tecnologia na forma de produzir passa a ser o diferencial entre a produção camponesa e a

capitalista. Isso leva a uma diminuição das pequenas propriedades e uma supervalorização da produção em escala. Com isso, ocorreu uma possibilidade de outras formas de uso para as pequenas propriedades, respaldados pelo tempo livre dos cidadãos citadinos e com disponibilidade de recurso. Nesse sentido, a realidade paulistana apresenta uma dinâmica única, não servindo como parâmetro para o entendimento da dinâmica de cidades com outras dimensões.

Na relação camponesa, o trabalho familiar, principalmente em um ambiente metropolizado, além das tradicionais formas comumente encontradas nos sistemas agrários, está presente nas formas de produção de explorados pelos exploradores imobiliário-financeiros, estrutural-empresariais. Ou seja, o produtor familiar vê-se atacado de todos os lados.

A diversidade na produção, as formas alternativas de driblar esses dilemas, por meio dos traços sociais e culturais de relação com a terra, têm sido, atualmente os meios para a defesa nesse sistema. É sabido que ninguém está fora de um processo do sistema capitalista, pelo contrário, aqui se está no epicentro do processo de apropriação capitalista, como nos diz Martins.

Mesmo aqueles setores da vida e da produção, como é o caso da agricultura e do trabalho familiar, que não foram ainda destroçados pelo avanço do capital, que não foram ainda submetidos à separação entre o trabalho e as condições de trabalho, mesmo aí as determinações do capital na produção, que ainda não assumiu forma capitalista, fazem com que a contradição entre a produção social e a apropriação privada esteja indiretamente, ocultamente, presente como determinação. Esses trabalhadores não estão, senão artificialmente, fora do processo histórico e das contradições do capital (MARTINS, 1985; 14).

Oliveira (2003; 91) destaca que ao verificar o processo histórico “*vivido pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil tem propiciado a existência, criação e recriação dos diferentes tipos de camponeses*”. E essa expansão acontece em número e em área ocupada. Há sim um processo de expropriação, ao passo que há um processo de realocação desses camponeses, e isso está presente em nossa pesquisa, “*o camponês expropriado em uma região do país tem conseguido continuar existindo enquanto camponês, quer mudando de tipo (rendeiro/parceiro),*

quer migrando e ou abrindo novamente o acesso à terra, ainda que distante da que vivia". O fato observado não é de um acréscimo de área, demonstrado por meio dos mapas temáticos no decorrer do texto que ilustram a concorrência com os loteamentos urbanos regulares e irregulares, mas de forma bem contundente a existência da campesinidade¹⁹ em um espaço longínquo, e com múltiplas dificuldades.

¹⁹ Para Marques (2000), "A campesinidade corresponde a uma qualidade encontrada em diferentes tempos e lugares, que expressa a importância de valores da ética camponesa para indivíduos ou grupos específicos. (MARQUES, 2000; 25).

CAPÍTULO III

Dilemas e perspectivas para a agricultura e para os pequenos agricultores nas fronteiras do rural com o urbano no município de São Paulo.

As regiões da periferia que definimos como fronteira urbana continuam a receber migrantes; continuam crescendo a taxas aceleradas; continuam apresentando uma estrutura urbana precária; continuam sendo o lugar de problemas fundiários, com a expansão de favelas e loteamentos clandestinos; continuam sendo o lugar de conflitos ambientais, com ocupação de áreas florestais e de mananciais; e continuam a ser uma 'válvula de escape', o lugar de concentração daqueles que não têm lugar (TORRES, 2005; 102).

No entendimento de Torres (2005), essa região de transição é classificada como 'fronteira urbana', pois congrega elementos presentes na complexidade desse espaço compreendido entre o urbano e o rural. Esse espaço é metamorfoseado por relações e situações diferenciadas, não estando restritos aos efeitos dessa problemática, mas, relaciona-se com elementos constituintes de um modo de vida, de uma prática, que é mediada pelos hábitos urbanos, que convivem na diversidade.

Nos conflitos, nos dilemas de comunicação, interação entre dois sistemas – do rural e do urbano –, está dispersa nos modos e práticas tradicionais e modernas, avanços de aglomerações sobre áreas sem um uso definido e, sobretudo, em áreas que vinham sendo utilizadas por práticas agrícolas.

O avanço da aglomeração alonga a fronteira urbana, levando formas descontínuas à cidade. Com isso, intensificam-se os problemas de habitação, emprego, transporte e saneamento. A estrutura urbana não dá conta e é incapaz de acompanhar esse movimento, que por sua vez vem sendo determinado pela desestruturação de outros setores econômicos, no caso os que envolvem as atividades rurais.

O fenômeno de expansão da fronteira urbana na metrópole paulistana esteve presente em diferentes fases históricas e parece ser um fenômeno com longa duração. Isso ocorrerá enquanto não forem adotadas medidas para salvaguardar as partes, no caso o direito a um urbano pleno e um rural em condições de reprodução das atividades agrícolas sem a preocupação insalubre advinda de outros setores.

As políticas públicas no Município de São Paulo não dão conta e, em geral, não se encontram com os inúmeros problemas de organização e dos déficits sociais. Esta é – a fronteira urbana – um espaço de transição que apresenta uma série de heterogeneidades, de situações sociais de difícil unificação, mesclando de forma gradativa feições de urbano e de rural. Rural que, por sua vez, não dispõe de mecanismos e de amparo legal enquanto espaço de reprodução agrícola, espaços de práticas rurais.

A fronteira é o cenário do conflito de humanidades; é o encontro do homem, nem sempre o que possui aspirações humanísticas; da esperança, às vezes residual e da justiça. *“É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem”* (MARTINS, 1997; 12). Na fronteira que se dão os encontros de diferentes pólos, diferentes povos, diferentes culturas e aspirações, é na fronteira que acontece o encontro do rural e do urbano, no espaço metropolizado sul-paulistano.

Ela é a fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora (MARTINS, 1997; 13).

As referências de fronteira as quais Martins toma por base estão mais relacionadas à fronteira agrícola, da expansão da agricultura. Ao apreender essas análises para espaço de fronteira do urbano e do rural, estamos evidenciando também o conflito entre diferentes etnias que participaram da história rural do município de São Paulo. Como se refere o autor, é, sobretudo, uma fronteira do humano, ou como já colocado anteriormente o local do sujeito que vive no limiar de diferentes mundos, pautado pelo olhar de que é urbano, embora esses ‘sujeitos urbanos’ que em nosso entendimento são bem diferentes dos sujeitos rurais, diferenciação essa por nós vista, diferentemente de muitos pesquisadores e gestores públicos que olham o município de São Paulo com o viés da forma urbana em todos seus quadrantes. Uma vez que mesmo os ‘sujeitos urbanos’ não dispõem nem dos mínimos aparatos e condições necessárias da vida urbana.

E, assim com um olhar generalizado de Município 100% urbano, negam-se sujeitos rurais, culturas e identidades, nega-se o conflito, negligenciam-se os altos índices de expansão urbana com ocupações irregulares e, como apresentaremos a seguir, os baixos índices de desenvolvimento humano e social.

A fronteira que Martins (1997; 13), a partir de sua vivência nos apresenta, está cada vez mais presente, se atentarmos para o estreitamento das relações sociais que dão lugar às trocas capitalistas, ou melhor a concorrência de mercado do sistema capitalista, por meio da ingerência das cidades, configurando a esses espaços, os de fronteira entre o urbano e o rural, como local do sacrifício do degradado, onde a cidade expurga e atrai para assim realizar a sua reprodução, ou seja, *“viabiliza a existência de quem o domina, subjuga e explora”*.

No entanto essa fronteira também é a fronteira da agricultura no município de São Paulo, talvez, bem mais complexa que a destacada por Martins, como viemos ressaltando.

Para Smith (2007), a fronteira no contexto urbano é uma fronteira no sentido econômico e trata-se de uma dentre as várias fronteiras existentes *“visto que a diferenciação interna do espaço geográfico ocorre em diferentes escalas”*. Concepção econômica essa, adotada pelos Estados Unidos de forma *“escancarada da fronteira urbana como núcleo de um programa político e econômico de reestruturação urbana de acordo com os interesses do capital”*. (SMITH, 2007; 18-19).

A linha de fronteira hoje tem uma definição essencialmente econômica – como a fronteira da lucratividade – mas adquire uma expressão geográfica bastante acentuada em diferentes escalas espaciais. Isso é basicamente o que a fronteira do século XX e a assim chamada fronteira urbana têm em comum. Na realidade, ambas estão associadas à acumulação e à expansão do capital. Mas enquanto a fronteira do século XIX representou a realização de uma expansão geográfica absoluta como a principal expressão espacial da acumulação de capital, a gentrificação e a renovação urbana representam o exemplo mais desenvolvido de rediferenciação do espaço geográfico com vistas ao mesmo resultado. É possível

que, para compreender o presente, o que seja necessário hoje é a substituição de uma falsa história por uma geografia verdadeira (SMITH, 2007; 19).

Esse caráter adquirido pela fronteira urbana na atualidade de acumulação do capital, criticado por Smith, ao pensar a reestruturação da cidade, tendo como referência às americanas, embora saibamos que se trata de um fenômeno mundial, e não tão recente, vem da inoperância de avaliações públicas no sentido de aproveitar as áreas das próprias cidades, sem que haja a necessidade da expansão geográfica para acomodar as demandas habitacionais e do mercado imobiliário.

Torna-se difícil a compreensão da dialética da fronteira se reduzirmos e detivermos nos aspectos propriamente materiais e econômicos. Nesse sentido, estão determinações de amplas e difíceis repercussões políticas da conflitividade, a propriedade da terra. Situação que é ao mesmo tempo definidora da modalidade do desenvolvimento capitalista em nossa sociedade (MARTINS, 1997).

E, principalmente definidora, no conflito entre propriedades rurais e suas atividades agrícolas ou rurais, com o mercado imobiliário e político. Calcados na valorização da terra.

Diversamente ou, ao menos, com muito maior intensidade do que aconteceu em outras sociedades capitalistas, entre nós, o capital depende acentuadamente da mediação da renda da terra para assegurar a sua reprodução ampliada. Por meio dela, recria mecanismos de acumulação primitiva, confisca terras e territórios, justamente por esse meio atingindo violentamente as populações indígenas e, também, as populações camponesas. É que em grande parte essa reprodução depende da mobilização de meios violentos e especulativos para crescer em escala. Portanto, para que o capital possa reproduzir-se acima da taxa média de rentabilidade, com vantagens em relação a outros investimentos cuja localização geográfica lhes permita reter parcelas maiores da mais-valia realizada (MARTINS, 1997; 30).

A partir da visão dos norte-americanos, exposta em seus programas políticos e criticadas por Smith (2007), devido à valorização utilitarista da questão econômica

e de Martins que destaca como relevante caracterizar e definir a fronteira no Brasil como situação de conflito social. “*Na minha interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. (...) É isso o que faz dela uma realidade singular*” (MARTINS, 1997; 150).

A observação a ser feita em relação à fronteira específica entre o rural e urbano na porção sul do Município de São Paulo é a do encontro entre diferentes conflitos, permeados sim pela fronteira econômica basicamente, em função do conflito social, de temporalidades diferentes. Da busca por aquilo que não se tem, pela garantia dos mínimos que se possui. Aqui a fronteira é pulsante, o conflito entre aqueles que reivindicam melhorias urbanas, mas estão em um espaço rural, aqueles que reivindicam as melhorias rurais sem que desestruture seu *habitat*.

Nesse sentido, a definição mais apropriada é uma das usada por Martins, a do conflito.

Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história (MARTINS, 1997; 151).

Assim, ao deixar de existir o conflito deixará de existir a fronteira, ao haver a unificação das partes antes antagônicas. Essa unificação é a busca do apelo à urbanização totalizadora, a uma unidade comum em que há perda da história, da diversidade, deixando assim de existir o ser em seu íntimo, em suas individualidades, para um pertencimento entre todos, uma vez que o eu e o outro se confundem, o que nos devorou e o que devoramos.

Torres (2004; 4) vê nesse contexto de heterogeneidades na expressão fronteira urbana uma metáfora poderosa do ponto de vista analítico, em que diversos paralelos podem ser estabelecidos entre a fronteira agrícola e a fronteira urbana, sugerindo uma existência lógica de ocupação desses “*espaços em transição*”. Segundo o autor remontando “*talvez a elementos mais profundos da formação social brasileira*”:

As fronteiras são regiões com altas taxas de crescimento demográfico e com substancial migração;

As fronteiras apresentam infra-estrutura precária e em construção. De modo geral, o Estado está pouco presente, seja regulando o uso da terra, seja na oferta de serviços públicos;

A fronteira parece funcionar como uma 'válvula de escape', o lugar de concentração daqueles que não têm lugar nem em áreas urbanas consolidadas nem em áreas rurais tradicionais;

A fronteira é objeto de importantes conflitos sobre a posse da terra urbana (loteamentos clandestinos, favelas) ou rural;

A fronteira apresenta intensos conflitos ambientais relativos à ocupação de áreas florestais e de mananciais (TORRES, 2004; 4-5).

As análises feitas por Torres (2004; 11) com base em dados do IBGE, disponibilizados no Censo 2000, apontam que a fronteira urbana *“agrega um conjunto muito significativo de pessoas de baixa renda, o que também parece estar correlacionado a níveis de desemprego mais elevados (...)”*, congregando também maior proporção de pessoas de baixa escolaridade e de pessoas pardas ou negras.

O quadro 4 abaixo organizada por Torres (2004) apresenta os números relativos a fronteira, a Cidade e a Periferia Consolidada para as variáveis: renda média domiciliar medida pelo salário mínimo, renda média per capita, taxa de desemprego, analfabetismo, pele e residências em setores sub-normais. E, os números são todos desfavoráveis a fronteira e com números bem superiores as médias totais região metropolitana de São Paulo, neste caso a nossa área de estudo, com destaque a baixa renda média domiciliar, a renda média domiciliar per capita, conforme observamos na tabela abaixo.

Indicadores Sociais da População Residente na Mancha Urbana de São Paulo, 1991-2000

Indicadores	Números relativos			
	Total	Fronteira	Periferia Consolidada	Cidade Consolidada
Renda média domiciliar (salários mínimos)	10,42	6,52	10,53	14,62
Renda média domiciliar per capita (salários mínimos)	3,86	1,74	3,04	4,65
taxa de desemprego	19,41	24,25	20,39	15,06
Proporção de chefes de domicílio analfabetos	6,47	9,89	7,12	3,56
Proporção de Pretos e Pardos	31,81	43,97	34,44	19,54
Pessoas residindo em setores sub-normais (%)	10,14	15,5	12,5	3,62
Proporção de crianças de 0 a 15 anos residentes em domicílios com rendas per capita familiar inferior a meio salário mínimo	21,00	28,64	20,48	11,87

Quadro 4 – Indicadores sociais

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 - Organização (TORRES, 2004; 13)

O mapa 6, do uso da superfície, aqui abrangendo a porção sul do município de São Paulo iniciando a partir do núcleo central de Santo Amaro, nos apresenta a dimensão da fronteira que Torres (2004) se refere; a expansão da mancha urbana e de pequenos aglomerados entremeados pela floresta e pelas pequenas propriedades rurais. E onde se situa-se os distritos pesquisados, que sofrem com o aumento populacional, sobretudo famílias de baixa renda residindo em aglomerações com mínimas condições de infra-estrutura. As áreas urbanas estão destacadas na cor vinho, as áreas rurais na cor amarela, observa-se pelo mapa 6 que existem pequenas aglomerações residências bem ao extremo do município cercadas pela floresta.

É nos distritos de Parelheiros, Marsilac, Grajaú que estão localizadas as propriedades rurais pesquisadas na fronteira de expansão habitacional, e que viemos destacando como sendo aqueles distritos onde se encontram os maiores índices de analfabetismo, menor nível de renda familiar, as mais altas taxas de desemprego. É, desde meados do século passado, a região que mais recebe migrantes. Índices esses destacados nas falas dos produtores rurais e confirmando nos levantamentos estatísticos.

USO DA SUPERFÍCIE

- Distritos de Grajaú, Parelheiros e Marsilac (Município de São Paulo) -

LEGENDA

- ÁREAS URBANAS
- ÁREAS RURAIS
- ÁREAS FLORESTAIS
- REPRESAS

Limite Distrito

PARELHEIROS Distritos

Escala 1 : 100.000

Projeção UTM datum Córrego Alegre 23K

Pelos dados organizados por Torres (2004), a renda média domiciliar na cidade consolidada é mais que o dobro do que a presente na fronteira urbana, a taxa de desemprego gira em média de 38% a mais que a cidade consolidada. Bem como as maiores discrepâncias relacionadas às formas de moradias em setores subnormais²⁰ e aos índices de analfabetismo.

Em termos dos domicílios subnormais (a favela para o IBGE), é mais elevada a proporção da população vivendo nessas condições na fronteira urbana (15,15%) do que na periferia (12,5%), o que de certa forma contraria a expectativa de que as favelas se constituam, sobretudo, enquanto fenômenos intra-urbanos, relacionados à invasão de áreas públicas e privadas em busca de um melhor acesso ao mercado de trabalho. (...) Esses dados também reforçam a hipótese colocada inicialmente de que os conflitos fundiários são particularmente intensos na fronteira urbana (TORRES, 2004; 13-14).

As análises de Torres, para a fronteira, são vistas pelo viés urbano. Os dados analisados apresentam uma situação precária de desenvolvimento humano para a população.

Para Pochmann (2002; 31), ao organizar os dados estatísticos visando estratégias de inclusão social e o enfrentamento pelo poder público dos problemas sociais citados acima, *“destaca a gritante diferenciação de rendimento entre os distritos de maiores e menores rendas médias”*. Neste caso, o distrito de Marsilac apresenta-se como o de menor rendimento, evidenciando bem essa distorção entre os distritos de menor e de maior renda.

O quadro 5, abaixo, organizado por Pochmann (2002) desmembra a renda média dos responsáveis por domicílio, pelos diferentes distritos do município de São Paulo, nos anos de 1991 e 2000. Observa-se que o distrito que se situa a área de estudo, Marsilac apresenta o menor índice, ou seja, o mais pobre do município, e que teve uma variação negativa de 11% de 1991 para 2000. Parelheiros e Grajaú distritos que também realizamos a pesquisa estão entre os 10 mais pobres do

²⁰ Favela para o IBGE

município de São Paulo, estes são também os que mais recebem moradores em relação aos demais distritos.

Renda média mensal dos responsáveis por domicílio com rendimento segundo distritos selecionados Município de São Paulo - 1991/2000				
Distrito	1991	2000	Variação%	Relação ²
Município	1.139,69	1.479,69	29,8	-
10 Distritos mais pobres				
Marsilac	502,05	447,04	-11,0	1,00
Lajeado	458,47	543,58	18,6	1,22
Jardim Ângela	543,34	568,12	4,6	1,27
Jardim Helena	452,88	584,04	29,0	1,31
Iguatemi	503,57	585,83	16,3	1,31
Itaim Paulista	475,85	597,42	25,5	1,34
Grajaú	496,18	597,70	0,3	1,34
Cidade Tiradentes	497,07	598,82	20,5	1,34
Parelheiros	547,35	602,71	10,1	1,35
Perus	562,76	633,71	12,6	1,42
10 Distritos mais ricos				
Santo Amaro	2.856,56	3.665,76	28,3	8,20
Perdizes	2.473,30	3.746,86	51,5	8,38
Campo Belo	2.470,37	3.800,67	53,9	8,50
Consolação	2.641,63	4.094,68	55,0	9,16
Pinheiros	2.901,58	4.181,95	44,1	9,35
Itaim Bibi	2.705,67	4.241,57	56,8	9,49
Alto de Pinheiros	3.412,65	4.809,46	40,9	10,76
Jardim Paulista	3.586,41	5.144,03	43,4	11,51
Moema	3.514,80	5.576,78	58,7	12,47
Morumbi	4.586,10	6.498,82	41,7	14,54

1. Valores em reais de 2000.
2. Relação entre o rendimento médio mensal dos chefes de domicílios do distrito em relação ao do distrito com menor rendimento médio mensal do chefe de domicílio (Marsilac).

Quadro 5 – Renda media dos responsáveis por domicílios/SP
Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2000. Elaboração, SDTS/PMSP.
(POCHMANN, 2002; 32)

Na trilha das observações feita pelos autores anteriormente explanados, verificamos a preocupação em relação aos déficits habitacionais de emprego e de educação para a população urbana ali instalada ou aos que aí chegam. Nesse sentido, a preocupação nas falas dos produtores rurais em relação à sobrecarga populacional em áreas não propícias a habitações que ocasionam a diminuição das áreas agricultáveis. E, então, a necessidade da valorização das áreas

agricultáveis e principalmente dos produtores rurais, que conforme as narrações, a seguir, mantém uma qualidade e uma renda familiar satisfatória para um ambiente que experimenta uma alteração demográfica muito grande.

Parelheiros experimentou uma exponencial taxa de crescimento demográfico: saltou de 61.586 habitantes (Censo IBGE 1991) para 111.240 habitantes (Censo IBGE 2000), um aumento de 80% na sua população, o que inviabiliza qualquer tipo de planejamento municipal. Hoje, a Fundação SEADE estima que existam 136 mil pessoas morando na região – mais 20% de que se levantou no Censo de 2000 –, sendo 60% na zona rural.

O quadro 6 abaixo, demonstra a densidade populacional dos distritos na porção sul do município de São Paulo divididos por gênero e por moradia em zona urbana e zona rural.

Distrito	Residentes	Homens	Mulheres	Residentes	Homens	Mulheres	Residentes	Homens	Mulheres
Subprefeitura				Área Urbana			Área Rural		
Grajaú	331.971	162.439	169.532	296.287	144.528	151.759	35.684	17.911	17.773
Idade Dutra	190.079	91.344	98.735	189.868	91.236	98.632	211	108	103
Socorro	39.017	18.238	20.779	39.017	18.238	20.779	0	0	0
Socorro	561.067	272.021	289.046	525.172	254.002	271.170	35.895	18.019	17.876
Parelheiros	102.493	51.114	51.379	45.439	22.370	23.069	57.054	28.744	28.310
Marsilac	8.416	4.262	4.154	0	0	0	8.416	4.262	4.154
Parelheiros	110.909	55.376	55.533	45.439	22.370	23.069	65.470	33.006	32.464
Zona Sul 2	1.152.789	561.620	591.168	1.017.579	493.772	523.807	135.209	67.848	67.361

Quadro 6 : População dos distritos das subprefeituras de Socorro, M'Boi Mirim e Parelheiros do município de São Paulo.
Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo/ Subprefeitura de Parelheiros; Dados: IBGE 2000

Parelheiros apresenta uma paisagem tipicamente rural, ruas de terra, residências dispersas, baixa densidade demográfica e de objetos técnicos, ao contrário do que ocorre em quase todo o município, onde a intencionalidade dos objetos e a divisão territorial do trabalho tornam o espaço precisamente funcional, normatizado e sistêmico.

A paisagem de Parelheiros reclama um outro modo de vida. A baixa densidade técnica e demográfica da região proporcionam uma vida mais tranqüila sem a agitação do meio urbano. Nesse sentido a foto 22 nos possibilita presenciar um

momento de descanso do chefe da família sento a sobra em frente de sua casa, e demais membros da família sentados no degrau da porta principal da residência.

Foto 22: Residência Camponesa
Foto: Elaine Bandeira da Costa, 15/10/2006

A produção desenvolvida não exige a utilização de matérias-primas oriundas dos mais distintos lugares, não há uma predominância dos espaços de circulação, mas o predomínio do espaço de produção determinado por um tempo cíclico e lento da natureza, há em algumas propriedades o uso de modernas técnicas, mas inclusive essas estão submetidas ao tempo natural.

A foto 23 apresenta, uma imagem característica nos espaços rurais, pedestres locomovendo-se pela estrada a pé. Na área de estudo o transporte público circula somente nas vias principais e, geral os moradores deslocam-se por longos trajetos até chegarem a um ponto de ônibus.

O espaço de consumo, elemento definidor da cidade, limita-se às praças em que são poucos os estabelecimentos comerciais.

Foto 23: Pedestres em estrada vicinal
Foto: Evandro Noro Fernandes, 10/04/2006

Assim, a paisagem geográfica, principalmente definida pela forma de produção, é norma para comportamentos, ela é determinada, ao passo que é construída de acordo com a cultura e a forma e o modo de produção e ao mesmo tempo é agente ao passo que reproduz as relações que lhe deram origem, sendo estas determinada e determinante.

Dessa forma, enquanto a cidade exige agitação, circulação, densidade populacional e densidade técnica para uma produção em tempo rápido, *just in time*, o campo, via de regra, tem um tempo de trabalho determinado pelo tempo natural. Nele, o tempo da jornada de trabalho é delimitado pela luz do dia, os cultivos são plantados de acordo com a estação do ano e a utilização de mão-de-obra, esta restrita por área de terreno.

A Prefeitura de São Paulo concede um tratamento ao espaço rural, como um espaço de reserva para expansão urbana, ao tempo que esboça um suporte aos agricultores por meio da criação da casa da agricultura e criação de Área de Proteção Ambiental. Deixa clara a possibilidade da urbanização e da proteção,

principalmente da água, ou seja, a agricultura está nas leis, mas não de fato na agenda do município.

Com o apelo ambiental, transfere-se para os agricultores o controle e conservação desse espaço. Esses, por sua vez, diante da inoperância pública, principalmente da política pública, se organizam de forma a conservar o ambiente e colocam-se diante de um dilema: conciliar as produções agrícolas e os cultivos em uma área de proteção ambiental.

São as formas culturais de adaptação que, neste plano, estabelecem o relativo equilíbrio entre as exigências humanas e o ambiente natural, dando ao indivíduo a sensação de ser espécie de prolongamento da paisagem complemento da própria vida humana, interpretada em termos individuais ou grupais. É ponto pacífico que essa integração homem-natureza não se faz num plano de entendimentos tão perfeito. Falando unilateralmente, a ação do homem não se limita apenas a interpretar, a dar sentido à paisagem, mas também a trabalhá-la a fim de conformá-la às suas necessidades. No jogo homem-natureza, nenhum indivíduo ou agrupamento humano permanece como parceiro-estático, interagindo num plano meramente contemplativo e orgânico. Nem fica sempre em posição de alerta, pronto a atacar os quadros naturais para deles tirar o necessário para a sua subsistência (CAMARGO, 1968; 35).

Em relação à fronteira urbana, esta apresenta “*altas taxas de crescimento demográfico com substancial migração (...), apresenta infra-estrutura precária e em construção. De modo geral, o Estado está pouco presente, seja regulando o uso da terra, seja pela oferta de serviços públicos*”. Caracteriza-se por ser um lugar estratégico, que se constitui no escape para uma situação desfavorável, seja em áreas urbanas ou rurais, dos “*conflitos sobre a posse da terra urbana (loteamentos clandestinos, favelas) ou rural*”, aqui principalmente acarretando em problemas ambientais, que geram conflitos por se tratar de ocupação em áreas florestais e de mananciais (TORRES, 2005; 105).

A foto 24 noticiada em jornal de circulação nacional, apresenta um grande aglomerado urbano irregular rodeado pela mata, que gradativamente vem sendo derrubada para a construção de novos loteamentos regulares e, sobretudo os irregulares. A prática das derrubadas da mata para inserção dos loteamentos tem

sido bastante condenada pelos agricultores, e a prefeitura municipal de São Paulo tem intensificado a fiscalização a partir da criação das duas Áreas de proteção Ambiental.

Foto 24: Ocupação irregular na porção sul do município de São Paulo.
Fonte: Jornal O Estado de São Paulo, 04/06/2006, p. C4

Configura-se nessas áreas metropolizadas a porção sul do Município de São Paulo em um conturbado contexto em que estão inseridos os produtores rurais. Eles enfrentam dificuldades de crédito, de reconhecimento enquanto sujeitos rurais ou urbanos em um momento em que a prefeitura propõe a cobrança de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) em substituição do Imposto Territorial Rural, o ITR que apresenta um valor bem menor em relação ao IPTU.

As dificuldades de crédito, comercialização, assistência técnica especializada, esgotamento do solo, irrigação e concorrência na produção e na comercialização se colocam como obstáculos, dilemas que vêm sendo superados pelos pequenos agricultores. Mesmo aqueles que não dispõem de condições de capitalização suficiente para se introduzir em novos ramos de atividades econômicas ou

incorporação de uma maior área de cultivo valem-se do *habitus*²¹ camponês, para buscar a reprodução de suas famílias por meio da terra e do trabalho familiar.

A inserção do camponês na agricultura do Município de São Paulo, neste início do século, se dá na forma de meeiro, caseiro, assalariado e, sobretudo, do proprietário da terra, em geral, o pequeno produtor. Em cada uma, a reprodução de uma cultura, de um conhecimento, do aprendizado herdado na roça, nos batatais, nas lavouras de algodão e café do interior paulista, tem sido a sustentação para enfrentar tamanhas dificuldades.

As formas de remuneração identificadas por Caio Prado (1960), que se combinam em diferentes lugares para o trabalhador rural: o pagamento em dinheiro, em parte de produtos e a concessão ao trabalhador do direito de realizar seus cultivos e criações. Essas são algumas das diferentes parcerias entre proprietários de terras e trabalhadores rurais, que assume formas peculiares nas diferentes regiões e de remuneração do trabalhador nas explorações agropecuárias.

Essas parcerias por meio de meeiros assumem o caráter de fixação do trabalhador à terra, com a concessão para realizar cultivos variados e tornou-se assim uma das formas de remuneração pelo trabalho rural mais conhecido no Brasil, sobretudo na monocultura.

Em relação aos meeiros, Caio Prado Jr. (2004) nos diz que esses se assemelham somente na forma aos parceiros propriamente, “*mas são de fato ‘empregados’, tanto quanto os assalariados*”. O autor nos diz que uma parcela significativa, hoje talvez já não mais tanto, recebe pagamento de seus serviços com a metade da produção, a lembrar que esta é paga após calculados os custos totais da produção, e posteriormente são descontados.

²¹ “... entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados” (BOURDIEU, 1994; 64)

Não são legítimos parceiros, na verdadeira acepção jurídica e socioeconômica da palavra, bem como para os fins e efeitos que interessam à política revolucionária. Isto é, não são produtores autônomos que pagam a ocupação e a utilização da terra alheia com parte do produto, como seria o caso se fossem efetivamente “parceiros”, (PRADO JUNIOR, 2004; 130).

Verifica-se nesses casos que só formalmente se trata de uma parceria, como observamos nas pesquisas de campo, principalmente entre as propriedades que usam força de trabalho das famílias de meeiros, em que muitos poderiam receber salários, e nesses casos teriam os direitos legais a receber. Que é percebido também nas falas dos produtores rurais em relação ao uso de força de trabalho de terceiros. Verifica-se uma certa reticência do camponês ao uso do trabalho, no caso o assalariado, de uma pessoa de fora do círculo familiar ou de vizinhança, vizinhança aqui entendida por quem desenvolve prioritariamente a atividades camponesas.

Não que por isso a série de problemas envolvendo a cultura e a tradição desse povo esteja diminuindo. As atividades agrárias e as atividades desenvolvidas no espaço rural e inseridas na cidade têm um vínculo muito estreito com o urbano. Há um significativo número de moradores do campo fazendo cursos de aprimoramento, cursos superiores na cidade e que não deixam as atividades rurais. A destacar a reportagem da revista *Veja* realizada na nossa área de estudo, da mobilidade do agricultor entre suas atividades com a terra e as atividades de lazer na cidade.

A competição com os produtores do interior é acirrada e a rotina de trabalho, de sete dias por semana, quinze horas por dia, é dura – mas não passa pela cabeça vender as terras. ‘Me dá muito prazer ver as plantas crescendo’, afirma Paulo. Mário, seu filho de 21 anos, não vive como caipira. Jovem de classe média, pratica natação, frequenta os cinemas do Morumbi Shopping. Sua diversão preferida, porém, é o rodeio. ‘Vou a todos eles, sempre que posso’, conta (VEJA, 2000; 22).

Também, não é mais possível fazer uma leitura do campo como local distante das benesses proporcionadas pela modernidade. As atividades de lazer, atividades profissionais e, no caso das tecnologias desenvolvidas e aprimoradas para a atividade agrícola, estão ao acesso do campo: dos mais distantes mercados

consumidores e propulsores de informação como para os que estão próximos desses mercados.

Na atualidade, os contatos com os acontecimentos mundiais ocorrem por meio dos sistemas de informação, o que contraria essa lógica é o fato de que, na porção Sul do Município de São Paulo, em que a informação e as facilidades de comercialização parecem ser algo corriqueiro, não se apresenta de forma tão simples. Os agricultores desse espaço metropolizado não gozam das mesmas benesses - dos agricultores capitalizados, por exemplo, do interior canavieiro do Estado de São Paulo ou dos rincões agropecuários do Sul do Brasil.

O jornal *Zero Hora*, ao destacar as transformações culturais no pampa, área tipicamente agropecuária do Rio Grande do Sul, na reportagem “O novo retrato do Pampa”, descreve essas realidades, em que a tecnologia e o acesso a mercados e cursos profissionalizantes fazem a diferença para os agricultores, a destacar agricultores com uma boa condição financeira.

O território que forjou o gaúcho tem uma nova paisagem (...). O Pampa se transforma: diversificou as atividades, multiplicou as etnias, alterou costumes. (...) Para não serem engolidas, fazendas modernizaram a gestão, incorporaram novidades como o GPS (Global Positioning System) para monitorar pastagem via satélites. (...)... A propriedade de 2 mil hectares, que produzia arroz irrigado, gado de corte e pecuária leiteira, precisava de uma injeção de ânimo. (...), além de agregar conhecimento científico, a família apostou no ciclo completo da pecuária: (...) como meta melhorar a genética do gado e reduzir custos na lavoura, monitorados com ajuda de um notebook. (...) As mudanças encorajaram a sogra, Rosemary Bento Pires, a ampliar a produção de queijos finos, vendidos no comércio local. Pizzarias e cantinas da cidade são abastecidas com gorgonzola, parmesão, provolone, golda, muzzarella, catupiri, ricota produzidos pelas vacas normandas da Agropecuária São Pedro, cujos semens foram trazidos da França. _ Produzimos cerca de 200 quilos de queijo finos artesanalmente por mês. Nossa idéia é aumentar a produção – conta Rosemary, que já fez cursos no rio, em Minas Gerais e na França (ZERO HORA, 2006; 35-36).

A constatação de que esses modelos generalistas são os ideais para o desenvolvimento do campo brasileiro não contempla os pequenos agricultores da metrópole paulista.

A influência das atividades urbanas que se adentram ao rural e, com isso, trazendo expressivas transformações para o campo, na chamada “urbanização do campo” é defendida por Silva (1999). O autor tem o entendimento do *continuum* por apresentar um acelerado processo de urbanização, decorrente do incremento de atividades industriais que se integram ao restante da economia.

Por essas interpretações de que o campo tem que se modernizar, estar ligado ao mercado seja ele o tecnológico, da informação ou da comercialização é que leva a desterritorização das relações de reprodução da pequena propriedade. Nesse sentido, as colocações do produtor rural Laudelino se apresentam como o retrato da forma como são diferentes os tratos com os agricultores e, com isso, com a produção de alimentos para a população urbana.

Na região cuidando aqui plantando, eu vou dizer para você a vida do agricultor é problema rapaz, é uma vida muito calamitosa, nós não temos apoio, não temos ajuda de ninguém, auxílio de ninguém, nós mesmos...., o que nos fazemos aqui, nós mesmos que cria para nossas despesas, daí por diante, quando a gente vai procurar alguém para auxiliar a gente para fazer melhoramento na produção na produtividade e tal, já vem aquela política e aí atrapalha tudo, quando a gente vai no Banco do Brasil pegar empréstimo é um juro alto, o primeiro camarada que fez empréstimo aqui na zona rural da região fui eu, fiz pelo Pronaf, apareceu na televisão tudo, então tudo bem e eu estou até hoje com este Pronaf aí, tentando pagar, pagar e não consigo, por quê? Eles não vêm perguntar o porquê. O porquê é o seguinte eu planto a minha agricultura, faço minha lavoura e perde o dobro eu perco mais da metade 70% a 80%, porque eu tenho o consumo, às vezes tem consumidor bastante, mas o preço é lá em baixo, não compensa, não vale a pena, quer dizer o agricultor luta, só vai lutando trabalhando na terra. (...) Não tem valorização de maneira nenhuma, não é conhecido por aí a fora como esses latifundiários empresários, que são essas coisas toda de exportação diabo a quatro e tal, nós não, e eles não vêem isso, não vê a nossa história. Os grandes não vêem que é os pequenos que alimentam eles, somos nós que alimentamos o povo daqui, porque o que os latifundiários fazem e pra fora.(...) São os pequenos que juntando um pouquinho aqui outro ali, que leva lá no Ceasa, no sacolão, no supermercado e tal e povo vai alimentando dos pequenos.(...) É falta de reconhecimento do produtor e exatamente por isso porque as pessoas às vezes não têm noção do trabalho, quanto é trabalhoso. E é isso que o pequeno produtor faz e alimentar porque o grande produtor e a monocultura voltada para exportação

(Trechos da entrevista com o produtor rural Laudelino, 2006. Entrevista realizada por Joabe Pires em 12/10/2006).

A falta de reconhecimento do pequeno agricultor, a falta de uma política específica que leve em conta a produção de alimentos têm-se tornado um dos grandes entraves para o pequeno produtor.

Analisando aos dados do Censo Agropecuário de 1985, Oliveira (1999; 88) destaca o papel da produção camponesa para a produção animal e vegetal. Ressalta que as unidades produtivas com área inferior a 100 ha são as que detêm a menor área ocupada, 21% do total respondem por 48% do valor da produção animal e vegetal do País. Os grandes estabelecimentos, os que detêm área superior a 1.000 ha e que ocupam 43% da área agricultável, respondem por 17% da produção vegetal e animal.

Os dados mostram que nos últimos vinte anos esses pequenos estabelecimentos foram responsáveis por mais de 50% do volume da produção de morango, abóbora, batata-doce, melancia, juta, fumo em folha, mamona, uva, alho, cebola, melão, mandioca, feijão, bata-inglesa, tomate, coco-da-baía, banana, amendoim em casca, milho em grão, algodão em caroço e arbóreo, café em grão, agave e cacau, além dos suínos, aves e ovos produzidos. Já produtos tais como trigo, soja, laranja, arroz e leite foram aumentando sua produção gradativamente, nestes últimos vinte anos, em mais de 50% nos médios estabelecimentos (sobretudo aqueles entre 100 e 1.000 ha) (OLIVEIRA, 1999; 89-90).

O importante nesses dados, como também destacou o agricultor Laudelino, é que a produção de alimentos está na pequena propriedade, as olerícolas são os principais cultivos dos pequenos produtores rurais que se encontram territorializados nos centros demandantes de alimentos.

Estão colocadas diferentes interpretações envolvendo o desenvolvimento do espaço rural e a reprodução do modo de vida, sobretudo para o rural mais distante, com a incorporação de práticas urbanas ou o rural envolto pela cidade, com modos de vida rurais em ambientes urbanos. A incorporação nas discussões do rural, do agrícola e, principalmente, dos dilemas nas conceituações para esse espaço metamorfoseado sofre influência direta das regiões rural-urbanas, em suas fronteiras.

O entendimento desses novos dilemas, ou talvez já não mais tão novo, pois, a partir da modernização tecnológica e do uso dos meios de comunicação/informação, as distâncias se encurtaram fazendo surgir diversas características e implicações para as diluições das assimetrias entre o urbano e o rural. Favareto (2007), em sua interpretação, dá destaque a 3 dessas características que julga como chaves para o entendimento, contribuindo para a compreensão na atualidade das continuidades e descontinuidades do rural e do urbano frente as nova situações;

Primeiro, o compromisso institucional que se criou historicamente, em torno da garantia da paridade econômica e social entre os agricultores e os demais setores. Isto criou condições para se aproximarem as condições de vida em ambos os espaços, contribuindo tanto para a vitalidade econômica do meio rural como para regular o impulso ao êxodo, que até então era tão forte;

Segundo, e em parte motivado pelo alento anterior, o padrão de crescimento demográfico que passa a vigorar não aponta mais para o esvaziamento dos campos, mas até para a situação inversa, para a atração populacional destes espaços, inicialmente através do dinamismo gerado pela equalização das rendas, num segundo momento, com o avanço da infra-estrutura e das possibilidades de comunicação, com novos habitantes, sobretudo profissionais liberais e idosos em busca de amenidades e lazer;

Terceiro, a descentralização econômica e política que propiciou tanto o surgimento de novas oportunidades de trabalho como também a viabilização de equipamentos sociais adequados a uma população com exigência crescente, estes dois últimos aspectos mais destacados por Kayser (1972, 1990), (FAVARETO, 2007; 105).

O rural distante torna-se próximo com o advento dos transportes e pelo fato de os aglomerados interligarem-se uns aos outros. Dessa forma, com as chácaras virando loteamentos e os deslocamentos sendo cada vez mais rápidos, a expansão da cidade vai interferindo nos hábitos e nos espaços rurais. A produtora rural Jaqueline acompanha, pelas histórias de sua mãe e pela sua vivência, essas transformações na Ilha do Bororé. A foto 25 ilustra a fala da Jaqueline, ao mostrar a balsa e o avanço da aglomeração ao fundo.

Algumas coisas eu lembro... Minha mãe conta que a condução era lá no terminal de Parelheiros, então tinha que ir a cavalo até lá. O

peessoal foi loteando, porque eram sítios grandes, eram chácaras grandes, então eles foram loteando e foi virando bairro. Asfalto não tinha. Aqui no Bororé foi chegar luz elétrica em 1975, foi quando as casas foram iluminadas. Então água encanada a gente não tem ainda, é poço. A balsa tem desde a construção da represa, em 1928, por aí... Antes era de madeira, hoje tá um pouquinho mais moderna..., o asfalto aqui pra gente foi chegando aos poucos. Antes tinha só do outro lado, até a balsa e depois faz 4, 5 anos que veio pra cá, aqui dentro da ilha. Então, a condução também, o ônibus..., depois que foi melhorando a estrada, era um ônibus de manhã e outro à noite. Então levava o pessoal pra Santo Amaro e depois buscava. E a condução aqui mesmo era bicicleta, pra quem podia, cavalo, charrete... (Trecho da entrevista com produtora rural Jaqueline Pinho Ribeiro, 2006. Entrevista realizada por Ibirá P. Machado em 14/10/2006).

Foto 25: Balsa na represa Billings
Foto: Rener Padilha, 14/10/2006

Muda-se se assim a estrutura e a dinâmica das relações entre os campos e as cidades. Se tínhamos uma estrutura pautada por atividades primárias, evidenciando a diferenciação do campo para a cidade, na agricultura, pecuária, silvicultura e mineração, cede cada vez mais lugar para novas formas de uso dos espaços rurais e sobretudo para exploração das ruralidades, beneficiados pelos setores de serviços, do tempo livre dos cidadãos e da proximidade das moradias da população urbana em relação ao ambiente rural.

Estreitam-se assim as vantagens comparativas, desse rural próximo ao urbano, e intensificam-se os conflitos proporcionados pela maior diversidade presente na metrópole, ao passo que se valorizam as possibilidades de captação das rendas urbanas, como já destacado pela diversidade produtiva no espaço metropolizado, beneficiado pelo demanda por produtos específicos da metrópole.

O avanço dos aglomerados urbanos em direção às áreas agricultáveis possibilita, minimamente, uma melhoria de infra-estrutura urbana, como transporte público, posto médico e estrada de melhor qualidade, bem como a facilidade de transporte para os agricultores e comerciantes da região.

Ao passo que, como destaca Tereza C. Murakami, produtora rural, leva para as regiões que eram tipicamente rurais os problemas da urbanização (foto 26), como o adensamento populacional, em geral, são ocupações em encostas de morros entre a mata, que por sua vez é derrubada, a foto 26 minimamente nos apresenta um panorama da situação das ocupações e dos problemas decorrentes, os furtos, tanto de bens materiais como dos produtos das lavouras, além dos desmatamentos tão comuns.

Eu acho que o aumento dessas casas teve por causa disso: da facilidade do ônibus. Porque o pessoal vem e vê que tem como chegar. Porque antes não. Você tinha que vir de carro. Quem é que vai querer um lugar em que ou você vai de carro ou tem que andar dois quilômetros, até um quilômetro a pé? Então essas casas pequenininhas que têm lá aumentou depois que entrou o ônibus. Vocês podem até perguntar pra essa turma que tá aí, se der vocês pergunta, que vieram pra cá depois do ônibus. Se bem que, tem algumas casinhas que eram de empregados de não sei que sítio. E aí como ele desmatou tudo e ficou muitos buracos, acho que o senhor que deve ter comprado essas terras. Agora ele tá vendendo como aterro. (...) Então, foi o que eu falei: quando o ônibus entrou pra cá, começou a entrar – essa parte não era asfaltada ainda essa rua – até facilitou mais o acesso pra quem vinha de fora pra cá. Eu acho que isso começa a trazer gente que não é da região porque até então só entrava nesse pedaço quem tinha carro ou que morava aqui ou conhecia um amigo aqui. Com o ônibus não. Você pega o ônibus fica mais fácil. Tanto o pessoal daqui ter acesso ao transporte coletivo que antigamente só passava na Teotônio Vilela, portanto facilitou e depois que veio o asfalto eu acho que melhorou ainda mais. Tanto é que hoje em dia o pessoal vem buscar aqui. Não só nesse sítio como em muitos sítios daqui o pessoal vem buscar a plantação direto aqui do

agricultor. E acho que aumenta a violência também porque como eu falei pra vocês, eu acho que começa a vir mais assaltantes. Porque aqui você vê que é tudo aberto (Trechos da entrevista com a produtora rural Tereza Cristina Murakami, 2006. Entrevista realizada por Janete de A. Silva em 12/10/2006).

O mapa 7 das áreas urbanas, nos apresenta a real situação da expansão urbana legal e irregular na porção sul do município de São Paulo. A Secretaria de habitação municipal pelo departamento de regularização – SEHAB – RESOLO, 2003/4, mapeou as áreas de loteamentos irregulares que seriam e que foram implementados na região, alguns loteamentos por possuir uma infra-estrutura mínima, foram e estão sendo regularizados, muitos desses loteamentos estão sofrendo um processo de remoção das famílias, sobretudo os que estão em áreas de risco.

Por meio do mapa a seguir, observamos com a hachura vinho a presença de favelas próximas as áreas urbanas consolidadas, o destaque nesse mapa esta no grande número de loteamentos irregulares, implementados ou não representado *leyle* roxo, loteamentos estes que ocupam áreas que estavam seno destinadas a agricultura ou coberta pela mata.

ÁREAS URBANAS - Distritos de Grajaú, Parelheiros e Marsilac (Município de São Paulo) -

LEGENDA

	ÁREAS URBANAS		LOTEAMENTOS IRREGULARES (Implantados e Não Implantados)
	ÁREAS URBANAS (Favelas)		Rede viária
	ÁREAS RURAIS		Limite Distrito
	ÁREAS FLORESTAIS		
	OUTROS USOS (Minerações, Solo Exposto)		
	REPRESAS		

Escala 1 : 100.000

0 1 2 3 Km

Projeção UTM datum Córrego Alegre 23K

PARELHEIROS Distritos

Para o produtor rural Laudelino, a chegada do progresso possibilita as benfeitorias, as comodidades e as facilidades para a região, mas esta perde muito das relações de vizinhança. As festas que eram realizadas na região do Embura, hoje em dia não proporcionam mais o caráter de confraternização e, com isso, as famílias rurais estão deixando de participar por conta das confusões envolvendo as pessoas que vêm de fora.

Mudou bastante, quando nós viemos para cá não tinha iluminação, praticamente não tinha muita coisa nesta região, só tinha no Embura umas casinhas por ali. (...) Então tinha pouca coisa, então o progresso foi chegando, chegando, chegando e tipo assim lá era um deserto, lá era um matão a gente tirava madeira, cortava madeira, trazia para cá para fazer chuchuzeiro, o dono era o mesmo daqui naquela época, aí o dono pegou e loteou tudo e só deixou esta parte sem lotear porque era uma parte escriturada. Aquela parte que ele loteou era tudo..., se o meio ambiente quer tomar aquilo ali, toma, porque ali só tem aquele contratinho de um pra outro assim vai. Então mudou tudo isso aí porque aqui não tinha aquela parte toda loteada, e antigamente não era, não tinha isto aí, esta parte deste lado não tinha roça aqui, foi isto aí que mudou, mudou muito. (...). O problema da agressividade é o que aumenta mais, não o povo daqui, o povo daqui é humilde e mais os que vêm de fora, que vêm das favelas, então eles fazem a bagunça delas para lá e correm para cá, e ficam aí aprontando também (Trechos da entrevista com o produtor rural Laudelino, 2006. Entrevista realizada por Joabe Pires em 12/10/2006).

O custo da produção para o pequeno produtor rural destaca-se como problemática central entre os principais dilemas enfrentados pelos agricultores na região. Os altos preços dos insumos necessários para os cultivos, os custos de transporte e a falta de incentivos fiscais aliados ao baixo preço dos produtos para o produtor têm dificultado muito o cultivo.

A produtora rural Maria Aparecida, que mora junto à propriedade dos pais, antigos produtores, acredita que o governo teria que ter mais atenção com os agricultores, diminuindo o preço dos insumos, tirando os impostos sobre o adubo, fazendo investimento na agricultura e não criando mais impostos como o da água. Destaca também os custos de atravessadores para comercializar no CEAGESP.

É. O agrotóxico, adubo, semente. Eles não gostam de usar agrotóxico muito forte, aí na região não se colhe mais. O clima

também não ajuda. (...) Melhorou. Mas o preço do adubo e da semente é muito caro. Imposto, a gente paga muito imposto. A gente vai ter que pagar imposto de água agora também. (...) Olha, eu nem sei. Se continuar subindo o insumo mesmo que a gente usa, vai acabar o produtor porque o governo não investe na lavoura, não ajuda a gente. Se eles tirassem o imposto do adubo, da semente, do agrotóxico, aí a gente produzia mais e o povo iria ter comida na mesa mais barato. Porque eles não vêem esse lado, nunca correm atrás para ver se o adubo está caro ou barato. O governo deveria olhar o lado do agricultor para os insumos agrícolas serem mais baratos. (...) Por exemplo, você colhe a verdura, tem que pagar o engradado, pagar o carro pra levar, e eles ganham uma comissão de vender lá. (...). Aqui a gente já não procura vender mais para o Ceasa, a gente vende para o feirante porque a gente economiza o carro e a comissão dele pra vender lá. Aí sobra um pouquinho mais, mas quem manda para o Ceasa, não compensa (Trechos da entrevista com a agricultora Maria Aparecida, 2006. Entrevista realizada por Simone Marassi Prado em 24/10/2006).

Para o produtor rural Laudilino, o preço do produto final, seja animal ou vegetal, não alcança os gastos ao longo do processo de cultivo ou da criação do animal. Os produtos nos supermercados estão com preços muito inferiores aos custos para produzi-los. Segundo o agricultor, que há 50 anos mora na região, as estradas melhoraram, mas o trabalho árduo na lavoura continua no sol ou na chuva, assim como os costumes do homem da roça e a preferência pelo consumo dos produtos cultivados na propriedade, que são de melhor qualidade, embora tornem-se mais caros que os encontrados nos supermercados.

Só o milho custa R\$ 20,00 o adubo custa R\$ 40,00 você vai pagar para passar uma máquina na terra, eles cobram R\$ 40,00 por hora. (...) Eu mesmo estou fazendo isso porque eu preciso. Eu tenho essa terra, eu tenho que limpar. Se eu não limpo, o mato entra dentro de casa, então, eu pago para limpar e para plantar uma espiga de milho. Você sabe, quando eu for comer quanto esta espiga de milho custa para mim? Mais ou menos uns R\$ 3,00 (...) Se eu for comprar, tenho mais vantagem porque não tenho trabalho de estar na garoa, no meio da chuva trabalhando. (...) É, quando eu for ao supermercado eu compro. E uns R\$ 40,00 um saco de adubo compra várias coisas. Um saco de ração para galinhas custa R\$ 38,00. Uma dúzia de ovos, se você for comprar, tá certo que é ovo ruim, esse ovo de granja... porque eu gasto dinheiro e como o que colho (...) Eu moro há 50 anos aqui.(...) Olha, melhorou em uma situação: Porque quando eu vim morar aqui, aqui era estrada e só passava carroça. Eu ainda tenho carroça aqui, eu sou do tempo antigo, que eu gosto... É eu tenho

carroça, cavalo, eu tenho vaca. (...) Olha lá, fui buscar capim agora! Para dar para os meus bichos. Faço, a vaca está aí, ó. Tem duas lá, né? E o cavalo está aí pra cima (Trechos da entrevista com o produtor rural Laudilino, 2006. Entrevista realizada por Michelle dos Santos em 15/10/2006.).

A sociedade moderna interfere de certa forma nas relações de produção e de trocas entre o campo e a cidade. A cidade impõe necessidades como: o consumo, a locomoção, os gastos públicos etc. Estes impõem, de forma indireta, uma concorrência entre cidade e campo.

No gráfico 6, observa-se o que já havíamos destacado anteriormente, da predominância do trabalho familiar nas propriedades pesquisadas. E do uso do trabalho de famílias no sistema de meeiros. O trabalho assalariado reduz-se a pratica em poucas propriedades. Em propriedades que desenvolvem atividades de cultivos com fins comerciais, e as pessoas entrevistadas são assalariadas, em muitos casos são empregos sazonais.

No caso dos caseiros, fator de incidência na pesquisa bastante comum, esses moram com suas famílias na propriedade onde trabalham e recebem salário, realizando uma economia do excedente, usando a força do trabalho da esposa e a colaboração dos filhos quando os têm. Em geral, como aparece no decorrer do texto, usam terra de terceiros para desenvolver seus cultivos.

O agricultor vê-se diante de um dilema: ou emprego precário na cidade, mas com a segurança de um constrangedor salário mínimo todo o mês, ou sujeito às dificuldades financeiras que estão postas para o pequeno produtor rural. Nas colocações do produtor rural Celso Gasser, o trabalhar na agricultura vai além do salário, há a necessidade material da família, da reprodução da família e de seus hábitos. O trabalho da cidade pode garantir um salário, mas também implica em dificuldades para quem mora no campo.

Eu, meu pai como já é nascido descendente de alemães tudo, eu já sou a 6ª geração de um povo que já se instalou aqui na época de 1827, então meu pai trabalha com a agricultura, aí fiquei ajudando ele, porque sou o único filho homem em casa, aí tem que ajudar, aí fui ficando, acostumei, e agora para arrumar serviço na cidade fica mais difícil eu só tenho segundo grau e também para arrumar para ganhar pouco, ir e voltar aí é bem difícil, a gente planta no que é nosso... (Trechos da entrevista do produtor rural Celso Gasser, 2006. Entrevista realizada por Evandro Noro Fernandes em 1º /04/2006).

A força de trabalho que tem sido usada nas propriedades rurais na Região Sul do Município de São Paulo tem sido a familiar, seja nos cultivos de olerícolas, mudas ou flores. Muitas vezes, como diz o produtor Rural Luís Kitabayashi, por conta da mão-de-obra, a produção tem-se encarecido muito. As leis trabalhistas se tornam impraticáveis para o agricultor, que não vê abatidos os custos da produção na venda de seus produtos.

Bom, dificuldade é a mão-de-obra que é o mais difícil que, hoje, não tá fácil não. Encarece muito a mão-de-obra. (...) Comercialização tendo produção é mais fácil, se a mercadoria for boa, porque se a mercadoria for fraca, aí não tem jeito (...) Acaba, né? Praticamente acabar do jeito que tá indo agora, tá difícil porque hoje eles estão obrigando muitas coisas: outorga da água, reflorestamento assim em diante que o produtor não consegue e a mão-de-obra mais cara cada vez, cheio de gente até o próprio funcionário fica perdido, não pode pegar porque cheio, pode dizer, frescura [risos].... Essas coisas, né? Lei é lei, mas a gente também, leis não conseguem arrecadar o que agente precisa pagar para eles muitas vezes na produção, a produção, o produto é muito barato (...) Cabeça de repolho hoje tá saindo numa média de 30 centavos, para vender (...) É 30 centavos a 50 centavos mais ou menos, porque tá cinco a seis reais a caixa de repolho. Praticamente é isso aí, a alface crespa também tá cinco, seis reais, a produção boa, né? Aí tá dificultando todo mundo, todas as

pessoas que trabalham. (...) Ah não, hoje não estaria, já tava acabado (Trechos da entrevista com o produtor rural Luís N. Kitabayashi, 2006. Entrevista realizada por Bruno Follador em 14/10/2006).

Para o produtor rural Hermenegildo, os custos dos insumos, dos preços dos produtos, do alto preço das sementes, dos transportes etc. são muito desfavoráveis ao agricultor. Então, trabalhar com funcionários se torna mais um risco e tem um custo muito alto, que o agricultor não tem como pagar. Prefere o trabalho por empreitada, assim não correm tantos riscos de ações judiciais.

A gente vendeu lá e mudou pra cá, né? Tá na roça aqui, mas na roça também não dá muita coisa, não. O governo explora muito, ele cobra muito nos insumos agrícolas aí, e a verdura é muito barata e ele deveria ajudar mais o agricultor, né, nesse lado ele não olha, não. (...) É a maior parte é pra minha filha que é feirante, ela carrega, no fim de semana, sexta, sábado e domingo só. (...) Antes eu... vendiam, mas agora eu não vendo não, porque lá tem muito ladroeiro também. Tem muito atravessador. (...) Lá não. Tem uns caminhão que passa aí, pega da turma e leva comissão. Aí geralmente você vende alguma coisa lá por dez real fica cinco. (...) Paramos porque aí pára a roça, eu não gosto de trabalhar com empregados também. Empregado não dá. (...) Eu tinha, mas era pra fazer empreitada, porque hoje em dia para ter um empregado aí, trabalha um pouquinho e já vai pra justiça. (...) Ah, fazia as empreitas aí, eles concordavam. Era por empreitada mesmo. (...) Não, eu eles nunca, mas tem vizinhos aí que eles trabalham dois ou três anos aí na feira e aí já quer cinqüenta mil de indenização, nesse tempo o feirante não guardou esse dinheiro. Um aí trabalhou um ano e meio e queria trinta mil. (...) Ah! Faz sim, viu. Demais. Agora mesmo eles estão com uma idéia aí de cobrar água. O agricultor precisa de água pra jogar na roça e agora a gente vai ter que pagar. (...) Mas o poço é mais pra lavar verduras, a água para a irrigação é a outra. Aí o governo que cobrar uma taxa. Só que a do verão é mais cara também, não sei por quê. (...) É. Igual à couve-flor. Você planta no inverno, se eu falar ninguém acredita, mas um pacotinho com 7 gramas de semente dentro, no inverno custa 50 reais no verão custa 100. Ah, às vezes quando sobe um pouco, a gente fala pra subir, aí eles sobem, não tá tanto pra ganhar, aí a gente sobe. No Ceasa, tem dia que uma caixa de alface tá dois real. Não sei como tem gente que ainda manda para o Ceasa. Uma caixa vazia custa dois real, o frete para aqui no Ceasa custa mais um e pouco, o cara que manda para o Ceasa tá tirando do bolso, né? (...) Ah, não. Mudar pra cidade não tenho vontade não. Ah no sítio é mais sossegado, o ar é mais puro, a gente não tá acostumado, se você sai e fica o dia inteiro na cidade já dá dor-de-cabeça, os olhos. (...) Depende, se a gente fica muito perto da cidade tem ladrão (Trechos da entrevista com o produtor

rural Hermenedito Hellen, 2006. Entrevista realizada por Simone Marassi Prado em 14/10/2006).

A propriedade da família Shirasau, descendente de japoneses, tem toda sua história ligada à agricultura. A propriedade tem 50 hectares e seus proprietários arrendam mais 5 hectares. O trabalho é realizado pela família Shirasau e por 8 famílias de meeiros. Essa propriedade está condicionada à lógica de produção capitalista e é voltada para o abastecimento de uma rede de supermercados. Nesses contratos com os supermercados por conta dos horários de entregas, que são diárias, o trabalhador praticamente não tem tempo de descanso. No caso, o meeiro que tem que desenvolver as atividades de cultivo, colheita, seleção dos produtos e lavagem. Como se trata de produtos perenes, a colheita acontece no entardecer e o processo de embalagem vai até de madrugada. E cedo da manhã o trabalho de cultivo se desenrola normalmente pelas mesmas pessoas.

A revista Veja destacou em uma reportagem de novembro de 2000 a presença desta prática de trabalho, – meeiros –, na agricultura paulistana, valorizando, sobretudo, o caráter econômico da atividade. Em geral, não se apresenta em uma forma equilibrada de trocas.

Nos arredores da Guarapiranga há outro personagem típico desse mundo: o meeiro, homem que planta em terreno alheio e reparte o resultado com o dono das terras. Sebastião Teixeira cultiva alface, espinafre, couve e rúcula em uma área de 4 hectares com a ajuda da sogra, Augusta Pereira. Juntos, eles produzem 1.000 caixas de verdura mensalmente. Teixeira consegue levantar perto de 2.000 reais por mês. Vim de Bauru quinze anos atrás, só com a roupa do corpo. Hoje, tenho minha casa e um carro', revela com orgulho (VEJA, 2000; 22)

A modalidade de trabalho em forma de parceria tem maior representatividade nas propriedades maiores e que produzem, principalmente, para o mercado. O produtor rural Laudelino conta como essa relação proprietário e trabalhador é desigual. Embora, em muitos casos e por muitos anos, tenha se tornado uma alternativa de reprodução da família.

Ainda bem que eu trabalho só com a família, não tenho empregado nenhum. Não, eu não vim como arrendatário, eu vim como meeiro. É e vim como meeiro, formei tudo aqui, tudo aqui até

lá em baixo era chuchuzeiro, toquei a meia, toquei doze anos a meia, aí eu larguei mão, vi que não dava nada, só dava para o dono, o dono levava 80% e eu, 20%, meeiro só no nome. (...) Aí eu larguei daqui e fui para outro canto, carreteiro, trabalhei um pouco como ambulante, então eu vi também que meu negócio não era esse, então eu peguei minhas coisas e disse para minha esposa: olhe eu vou arrendar terra e vou plantar. Ela disse que estava ficando louco. Aí eu vim embora, eu estava em Juquitiba, e de lá eu vim embora para cá, arrendei uma terra aqui e comecei plantar, plante“, (Trechos da entrevista do produtor rural Laudelino, 2006. Entrevista realizada por Joabe Pires em 12/10/2006).

O trabalho familiar sempre esteve aliado ao trabalho de meeiros e de assalariados. Este último constituiu-se, em algumas propriedades, a principal fonte de trabalho e de renda para muitas famílias. Por conta dos custos de produção, dos baixos preços dos produtos da incorporação de novos cultivos, houve liberação de expressiva força de trabalho assalariado.

Os custos de produção estão presente na fala do produtor rural João Batista, em cuja propriedade as transformações ocorridas nos cultivos liberaram a grande maioria dos trabalhadores.

Não sei eu ouço falar que é 18 alqueires... O resto, o mato tomou conta. Você vê que de 80 funcionários só sobraram 4. Não. Vai dando pra ele pagar a gente. Ele não tem prejuízo, mas também não tem ganho... a gente tá trabalhando e todo mês dá pra ele pagar a gente certinho e ele também né, tá tirando o dele que é melhor do que trabalhar fora... (...) Já foi a planta de jardim, hoje é o cogumelo. Como a planta já não estava dando mais certo, não cobria as despesas, então a gente começou a complementar a renda com o cogumelo, então o cogumelo hoje é a fonte de renda que consegue fazer o dono pagar pra gente e deve sair alguma coisinha pra ele também né... porque a planta tá muito devagar... (...) não a gente tem um salário tudo certinho... a realidade aqui tinha um dono, aqui trabalhava umas 80 pessoas todas com plantas de jardim e tem 18 alqueires, mas, conforme as rendas foram caindo, então o patrão fechou e arrendou pra uma pessoa trabalhar com cogumelo e também com planta e daquele pessoal eu fui um dos poucos que fiquei, pois seria muito ruim pra mim trabalhar na cidade, pois aqui é muito ruim pra pegar ônibus e eu gastaria mais e ganharia menos se estivesse trabalhando na cidade, aí fiquei trabalhando aqui... (Trechos da entrevista com o

produtor rural João Batista, 2006. Entrevista realizada por Renato Falett em 15/10/2006)²².

O trabalho na cidade, de certa forma, concorre diretamente com as atividades desenvolvidas na agricultura, uma vez que esta última não recompensa o trabalhador com horários de descanso, remuneração com horas extras e demais benefícios das leis trabalhistas. Pelo contrário, o agricultor não tem hora para começar a trabalhar nem para terminar os afazeres na lavoura e os horários de lazer são raros na vida do campo.

A principal renda da família nas propriedades pesquisadas provém basicamente da propriedade rural, representando mais de 65% do extrato total. Cabe destaque: em relação aos assalariados como caseiros que representam uma parte dos entrevistados, destaco como da propriedade, pois, os salários dessas famílias dependem da propriedade rural, mesmo aqueles que só recebem salário e não desenvolvem nem um tipo de cultivo para o proprietário da terra. Também aqueles que os filhos desenvolvem atividades urbanas, mas que não contribuem de forma efetiva no orçamento familiar, a destacar que essas informações foram espontaneamente fornecidas pelos entrevistados, sem preenchimento de formulários.

Pelo gráfico 7, observamos que as atividades urbanas não representam um extrato muito alto, ao contrário, do que poderia supor, pela proximidade da cidade, mais precisamente por estarem inseridas no contexto metropolizado. Fato explicável, por estarem os próprios proprietários à frente das atividades agrícolas ou rurais na propriedade. Ao passo que a renda oriunda das atividades urbanas está relacionada a diminutas áreas das propriedades rurais, e que, sendo proprietário ou não, o chefe da família tem nessas a atividade principal e a complementar nos cultivos. Observa-se a aposentadoria como renda principal para 16% dos pesquisados, o destaque aqui, que se trata de camponeses que sempre tiveram relação direta com a terra, geralmente em outras regiões, e estes destacam a aposentadoria como fonte principal de renda, por se tratar de um

²² .

recurso líquido e certo que quando na exclusividade das atividades camponesas os recursos eram variáveis.

O desenvolvimento de atividades extras ao trabalho com os cultivos, no caso das famílias rurais, configura-se em atividades não-agrícolas como forma de complemento de renda. Isso ocasiona uma sobrecarga de trabalho para os membros da família rural.

A fala da produtora rural Maria Aparecida expressa a forma encontrada pelas famílias rurais para complementar sua renda, além das atividades agrícolas. Formas estas que não são novas para as famílias camponesas que historicamente aliam trabalhos domésticos aos trabalhos com a agricultura.

Ah, eu acabo ajudando eles, né? Planto um cheirinho verde aqui, outro ali. Na época do frio, eu tenho a máquina de tricô, aí eu faço blusa, roupa de lã, aí ajuda também no orçamento de casa. A gente não tem renda fixa. Um salário para receber, um mês eu recebo tanto outro mês eu recebo tanto. Não tem salário certo. Tem que sobreviver, né? (...) Tem mês que a gente ganha mais, tem mês que ganha menos. Às vezes chove demais, aí estraga a plantação, faz sol demais, também estraga (Trechos da entrevista com a agricultora Maria Aparecida, 2006. Entrevista realizada por Simone Marassi Prado em 24/10/2006.).

O esgotamento do solo tem se configurado em mais um dos problemas enfrentados pelos produtores rurais na porção do município de São Paulo, implicando em um custo a mais na produção por conta da adubação da terra.

O governo é uma negação. No tempo do meu sogro já não existia incentivo do governo. Se você vai ao mercado, você vai pagar o preço justo. A caixa de mandioca, quando você vai vender um quarto da metade do valor é o que resta para você. Tirando tudo isso, se você for usar adubo, no meu caso aqui, as terras são terras boas, com plantio de verdura dá para sobreviver, mas, com outros tipos de plantação tem que usar adubo. No meu terreno não precisa muito porque tem um rio que corta aqui no fundo. Se quiser fazer uma criação de porco aqui é fatal, progride. Na divisa do terreno tem mais um rio, tem muita nascente. Mas, nem todo o terreno tem uma nascente aqui igual ao nosso. Eu planto alface, couve, mandioca, milho. Mas, a terra daqui é muito ruim, precisamos tratar muito bem da terra. Temos que colocar cascalho, esterco, o adubo Dez, senão não presta, presta só se tratar dela. Tudo tem a sua medida, se colocar muito esterco queima e a planta não presta mais. O pó de serra, como eu não tenho muita água aqui, eu ponho pó de serra para sustentar a umidade. Tudo tem sua medida. Em um canteiro eu coloco mais ou menos dois carrinhos de esterco. Pode-se usar esterco de vaca ou de porco, eu mesmo produzo o esterco de porco, coloco o cascalho para tirar a acidez da terra (Trechos da entrevista com o produtor rural José, 2006. Entrevista realizada por Lídia Cássia Lopes Ferreira em 14/10/2006).

A concorrência da produção em escala, que está dispersa em vários estados brasileiros, agravada pela presença das redes de supermercados, implicou na diminuição e na dispersão de tradicionais produtores rurais da porção sul do Município de São Paulo.

A fala do produtor rural João Tomikishe recupera os dilemas da agricultura na metrópole, nas últimas décadas, em que São Paulo era um expressivo centro de produção e de comercialização de hortigranjeiros.

As lavouras mecanizadas, chamadas por João de “firmas grandes”, foram as que quebraram as pequenas propriedades, pois não conseguem concorrer com as grandes do interior.

Porque o produtor não conseguiu levar mais todas as coisas, modificou muito, nessa área aqui o pessoal produzia muito repolho, batata, couve-flor, era coisa grande, coisa grande quando

toma prejuízo é grande, a venda lá no CEASA fracassou bastante. Nessa região de Santo Amaro para cá, colhia mais ou menos 4.000 sacos de repolho por dia – de Casa Grande para cá – hoje se você tirar 200 sacos é pouco, caiu à venda no CEASA, por causa da estrada, abriram a estrada, a variedade vai melhorando, por que antigamente, quinze, vinte anos atrás, aqui era a rede de produção de couve-flor, repolho essas coisas, podia plantar a quantidade que quisesse porque ia vender, porque ia para Rondônia, para Manaus, para o Rio, então esses caminhões nem esperava descarregar. Hoje tem estrada boa, a variedade ficou bom, esses lugares que compravam repolho de São Paulo, eles mesmos estão produzindo, pelo contrário, se mudar um pouquinho de preço, vem de lá para cá. Toda cidadezinha tem CEASA, cada Estado começou a se especializar. Por aqui mesmo (...) O pessoal parou de plantar tomate, batata, essas coisas, olha o clima daqui como que é, aí a despesa é o dobro ou o triplo, nunca mais deu o preço né? ...Agora já mudou, agora vai pra Santa Catarina a produção de tomate. (...) Hortaliças. O pessoal que plantava chuchu aqui era forte no chuchu, batata, repolho, assim não agüentou mais, vai vender pra quem? Plantar e passar máquina pra plantar de novo, aí foi mudando, mudando e todo mundo mudou para hortaliças, aí cada um está se virando com seu ponto-de-venda. (...) Não, continua a mesma coisa, o lugar que se produzia coisa grande, igual repolho, agora tá plantando alface, mudou o ramo, a plantação. (...) Não muda, eu plantava alface, mas agora só planto muda... Granja também acabou tudo, aqui nessa região só tem uma granja Matsumura que era a mais forte. Parou também, por quê? Porque não conseguiu concorrer com o interior. A mesma coisa pode ser batata, pode ser franco, pode ser porco, seja o que for no interior é tudo maquinado, mecanizado. Ração não precisa comprar, tem na própria fazenda, já o pessoal daqui não tem que comprar de lá aqui. Olha o aumento de custo já! (...) É que as firmas grandes vai quebrando as pequenas. Hoje tem Carrefour, atacadão, atacadão tá chegando, né? (...) Tem é um grupo, eles formam um tipo de cooperativa, tem o pessoal que planta e o pessoal tipo Ceasinha e é de lá que distribui para toda a rede. (...) Não, não. Nessa região é cada um por si. Isso é mais para Mogi das Cruzes, Ibiúna. O pessoal de Ibiúna e Mogi das Cruzes chega até Sto. Amaro e daqui não consegui entrar para lá. (Trechos da entrevista com o produtor rural João Tomikishe Inouye, 2006. Entrevista realizada por Elaine Bandeira da Costa em 15/10/2006).

O sistema de cultivo e comercialização das propriedades capitalizadas e com uma maior extensão de área estão consolidadas e integradas ao mercado. Mercado esse que, já no final do século XX, experimentou múltiplas formas de manifestação e que concorre diretamente, no sentido da comercialização, principalmente no negócio de olerícolas com as formas tradicionais do feirante,

CEAGESP e a venda direta. Ou seja, as novas formas mundiais de 'interação' com o mercado têm sido marcadas por grandes perdas para os produtores rurais em termos de autonomia e, tem-se uma garantia de comercialização.

A produção agrícola em pequenas propriedades concorre, como destacado anteriormente pelos relatos dos produtores rurais com dificuldades, desde a produção até a comercialização.

O ato de cultivar a terra por esses produtores rurais seja pelas formas camponesas e até mesmo pelas formas capitalistas, é perpassada por necessidade da reprodução, enquanto atividade econômica.

Devido aos altos custos da produção, a atividade agrícola está tornando-se muito difícil para o agricultor, o que compensa é a vida que se leva e a tradição de trabalhar no sítio. Nas palavras do produtor rural Celso Gasser:

Fui aprendendo e como não tinha condição de ir pra fora, já pego gosto por estar trabalhando no sítio, porque é mais calmo, ar livre, tudo, é mais gostoso e já virou tradição, só que sei lá, né? Tem que melhorar; (...) é, estou pensando em continuar mas do jeito que está ultimamente o preço muito ruim, tem muita concorrência vinda de longe, vinda do interior vem para os mercados, aí vai negociar e não tem preço, desconta frente, desconta condução, carreto, assim sobra muito pouco; (...) E aí quando vai comprar os insumos como adubos, todas essas coisas, o dinheiro já vai, assim não sobra pra refazer outras coisas, como arrumar um trator ou comprar outras coisas a mais ou mesmo repor algo na roça, aí fica difícil, quando acerta o preço é bom, mas quando tá ruim, que nem nessa época tem repolho, na base de cinco reais, a caixa no Ceasa, a caixa vazia é um e cinquenta, o carreto um real, e a comissão pra ele vender, ele descarga, aí sobra um real livre por caixa, e pro dia de vender e o dia de tirar, um real não da pra cobrir nunca o adubo que foi gasto, até quando tá precisando lá eu vendo pros vizinhos, pra feirantes. meio barato pra sobrar o livre, entrar o dinheiro livre (Trechos da entrevista com o produtor rural Celso Gasser Bueno, 2006. Entrevista realizada por Anderson Cristian do Amaral em 23/10/2006).

Para o produtor rural, a agricultura, o ato de cultivar a terra, representa a cultura de um sujeito social, com valores como de qualquer outro sujeito, como por exemplo, os trabalhadores da cidade.

Dessa forma, há de se ter uma valorização, uma preocupação com o homem do campo. Este é responsável pela produção dos alimentos que abastecem a cidade. Acompanhamos o sentimento de descaso pelo agricultor expresso na fala do produtor rural Marcos Schimith Nakagawa.

Na verdade muita coisa, não tem estrutura, né? Falta estrutura, tem que ter grana e a verba é pouca, ninguém dá valor pra gente da lavoura, né (?), não dão valor pra gente da roça. Eu não critico quem é da cidade, mas eu penso tudo que consomem, de produto alimentício vem da roça, arroz, feijão, alface... Tudo é da roça. A gente não vai comer peça, peça de carro, peça de bicicleta, mas eles [da cidade] não dão valor, acham que a gente é bicho-domato. Cada vez as coisas vem aumentando o preço, e os nossos produtos não, a tendência é esta: baixando [o preço]. Antigamente, há uns 10 anos atrás vendíamos uma caixa com 15 [saquinhos de muda] por R\$ 4,00, hoje é vendido em torno de R\$1,00 a R\$ 1,50 (Trechos da entrevista do produtor rural Marcos Schimith Nakagawa, 2006. Entrevista realizada por Cícero Aurélio Guedes em 12/10/2006).

As relações sociais e as tradições que estão presentes nas famílias camponesas expressam-se por meio das práticas, independentemente do espaço, da classificação em rural ou urbano, pois são os sujeitos sociais que vão expressar o vínculo com o lugar, com o espaço.

Identificamos relações específicas desse espaço, o metropolizado do município de São Paulo. Marques (2000) coloca para as relações do espaço e dos sujeitos sociais *“assim como as demais formas de objetivação das relações sociais, ele concorre para a constituição do habitus e incorporação do senso comum”* (MARQUES, 2000; 27).

Na questão cultural, no *ethos* presente nas comunidades rurais que podemos acreditar que não há uma superação do urbano sobre o rural. Os costumes da família nas sociedades camponesas constituíram-se no decorrer da história como esteio das famílias rurais.

Além das dimensões econômicas, mais difundidas, nas políticas relacionando espaços e poder e culturais presenciadas no decorrer do texto está a abordagem natural, marcada pelas relações sociedades e natureza, abordagem essas

sistematizadas por Hasbaert (2004) em relação à emergência territorial e seus significados.

Mas percebemos que as tradições e a cultura, aliadas à necessidade de reprodução familiar, tornam-se elementos presentes como viés entre o tradicional e moderno. Isso dá aos sujeitos, agricultores dessa região metropolizada, sustentação para o enfrentamento dos dilemas das atividades agrícolas.

A fala do produtor rural Laudelino expressa esse sentimento de unidade com a terra, em que admite as adversidades, mas há satisfação de pertencimento, da terra ser o prolongamento da reprodução da vida, o que lhe dá força para continuar na atividade agrícola.

Eu estou com cinquenta e oito anos, ainda falta tempo. Mas mesmo que me aposente um dia, eu vou continuar. (...) O prazer de lidar com a terra é muito grande, não importa o que você ganhe ou que perca, porque a maioria é perca, eu... tanta coisa que eu perco aí, por falta de condições, pelo tempo, ou dá um calor muito forte ou uma chuva muito brava. Ali em baixo eu perdi, no mínimo, nada, nada uns 2 ou 3 mil reais só em alface americana, porque apodreceu tudo. Por causa da chuva, é muito úmido. (...) A terra é ótima, a terra é boa, eu planto há vinte e cinco anos e sempre deu e, outra, eu também planto coisas para fortalecer a terra, compostura e outras coisas que eu emprego aí na terra (Trechos da entrevista com o produtor rural Laudelino, 2006. Entrevista realizada por Joabe Pires em 12/10/2006.).

Para a produtora rural Maria Aparecida, a vida que leva no campo lhe proporciona uma melhor qualidade de vida e uma satisfação que se morasse na cidade não seria possível. Ela acredita que a cidade não é para quem nasceu no campo.

Ah, eu gosto, Aqui é tranquilo, não tem poluição, é gostoso morar aqui. Ah, é gostoso, como a gente já nasceu assim, então eu vou fazer um curso de tricô em Santo Amaro, eu volto com dor-de-cabeça, volto nervosa porque não agüento a poluição de lá, é horrível, aqui não, não tem barulho de carro, buzinas, às vezes aparece aí uma festa, fica até tarde da noite, um baile na praça, isso a gente releva, mas o problema da cidade eu não gosto não, não queria morar na cidade (Trechos da entrevista com a agricultora Maria Aparecida, 2006. Entrevista realizada por Simone Marassi Prado em 24/10/2006.).

A entrevista do produtor rural Laudelino revela a situação da agricultura e de seus agricultores na porção sul do Município de São Paulo. Demonstra o conhecimento tradicional, a incorporação de novas técnicas de cultivos, a preocupação com a natureza e, principalmente, com a preservação das matas e das fontes.

Enfatiza as dificuldades de se obter assistência técnica, a concorrência de outros centros produtores, a falta de apoio governamental, a falta de cultura dos consumidores. Cultura no sentido de conhecimento de como são realizados os cultivos, em síntese, de uma valorização do homem do campo.

O gráfico 8 ilustra o que viemos descrevendo em relação ao espaço rural na metrópole paulistana, onde embora diminutas e com problemas estruturais destacados, é extremamente representativa e significativa a importância dessas atividades rurais e agrícolas, bem como das propriedades rurais nesse ambiente. Além de fator gerador de renda, dinamizador econômico e social entre as famílias direta e indiretamente envolvidas. São mais de 80% dos entrevistados que mantêm essa relação.

A concorrência de um modo de vida urbano, em que as mediações – mídia e consumidor –, influenciam no consumo (consome-se pelos olhos, o que é bonito

tem preferência) e interferem na relação agricultor e comerciante, penalizando quem produz um produto saudável.

A fala do Laudelino traz uma consciente demonstração do tratamento que vem sendo dado ao pequeno produtor rural, de uma desvalorização de um modo de vida tradicional, do cuidado com a produção de alimentos no presente e no futuro. Mostra como as pessoas estão ligadas aos hábitos urbanos e de quanto a simplicidade presente no campo só tem valor no apelo mercadológico, e os negligenciado enquanto sujeitos históricos, sociais e produtores de alimentos. Essa fala a segui expressa em geral uma importante síntese da pesquisa que realizamos, expondo a real situação das pequenas propriedades e dos agricultores na porção sul do município de São Paulo.

Bom o importante que eu acho que eu estudei na agroecologia e tal o importante mais é cuidar da terra é isto que eu acho mais importante, cuidar da terra cuidar das matas, que eu tenho a água lá em baixo, com trinta metros ou mais de mata na beira do rio ciliando o córrego, que para não acabar senão acaba tudo não é? E não deixo jogar nada de sujeira, a água é potável é boa, então você vê a gente luta para isto aí, mas a gente espera, espera, um dia subir um pouco alguma coisa, mas não consegue não vai, não conseguimos coisa nenhuma (...). Eu vejo pela televisão, tem cara lá no sul do Paraná, Mato Grosso e tal que tem bilhões e bilhões reais e chega e 'pá' ta na mão e maquinário e tudo. Eu tenho um tratorzinho aí pequeno para poder manter a roça e não posso comprar nem um pneu para ele (...). Não tem crédito. Juros altos, nem adianta entrar nesta, porque não vai conseguir pagar, não dá os juros é grande. Então o pequeno agricultor não agüenta, inclusive nós estamos para fazer uma campanha eu não sei quando vai sair, mas é umas palestras com todos os pequenos agricultores da região sul, fazer uma palestra aí e tal, para ver se a gente consegue alguma coisa ou consegue com o prefeito ou com um grande aí dar uma olhada na situação pra reverter um pouco à situação, mas não tem jeito (...). Apóio técnico não tinha, ele está começando vir agora, porque nós fizemos força e abrimos uma casa de agricultura em Parelheiros, que inclusive não está totalmente aberta para nós, você veja bem se a casa de agricultura fosse aberta realmente para nós, os agricultores da roça ela seria aberta aqui, mas não ela foi aberta dentro da sede da prefeitura, que dizer que o Engenheiro Agrônomo é deles e não nosso, se ele está aqui e toca o telefone ele diz que você tem que fazer isso e isto aquilo outro e vai embora (...). É pouco, até porque não podemos comprar muito porque é muito caro, o insumo é muito caro, você vai comprar um caminhão de esterco custa em torno de

mil e pouco reais um caminhão de esterco de galinha, mas você já não dá para mim comprar isto aí porque os caras que vem trazer de lá, é de longe que eles vem trazer, eles trazem de Cabriúva, Ibiúna eles querem receber na hora e a gente não pode pagar na hora. Não têm como a gente ter este dinheiro, você eu vendo dez caixas de alface e o dinheiro já está para...eu tenho que comprar gasolina tenho que comprar óleo para o trator então eu pego lá e já não vejo nada. A primeira planta que eu fiz consegui comprar um tratorzinho, já comecei com o pé na frente e foi, foi, foi (...). Mas não aqui era mais para lá para o lado do Cipó, Então o camarada falou que aqui estava para arrendar que tinha abandonado aqui aí eu vim para cá larguei pra lá e vim para cá, e já estou aqui a mais de vinte anos, é aqui é um lugar gostoso eu gosto daqui, é sossegado, vim para cá e vamos ver até aonde nós vamos. Esta parte tem que ter, gostaria que o governo colocasse um banco para o pequeno agricultor, tem um empréstimo assim, assim com prolongamento se você não puder pagar este ano paga o ano que vêm, você que planta uma roça na propriedade, pode até mandar um fiscal, da uma olhada para que eu diga eu não vou poder pagar este crédito aí, não vou poder cobrir ele todo, mas vou cobrir a metade por isto e isto e tal, e que o fiscal desse uma olhada e visse porque eu não consegui pagar, e tinha que ser desta forma não é, então o pequeno agricultor trabalha mais feliz, mais contente, mais seguro (...). Exatamente, Como agora se eu planto eu tenho um monte de coisa plantada se der um contratempo e aquilo acabar to danado, porque vai semente, vai adubo, vai tudo e eu fico com o que? Até eu fazer tudo de novo recuperar tudo plantar outra de novo...é difícil (...). Está mais difícil, porque...sei lá acho que o nível do ar mudou, mudou muito, mudou bastante, porque em uma época nós plantávamos as coisas e não precisa de, suponha negócio de jogar veneno estas coisas, a gente plantava um pé de feijão e dava que era uma maravilha, agora não, para você poder plantar um pé de feijão você tem que jogar adubo, veneno, se você não jogar veneno os insetos vêm e come tudo e acaba com tudo então mudou. Inclusive eu perco a maioria de minha roça por causa disto aí, porque eu não uso agrotóxico eu não tenho este negócio, então quer dizer que meu produto é diversificado, quer dizer da grande da pequeno não dá tudo no mesmo padrão, então eu tiro aqueles que estão no padrão, vou mandando, agora aqueles mais miúdos vai perder. (...) Alguns procuram, porque gostam da verdura sem agrotóxico se por acaso eu for pegar esta verdura, e isto já aconteceu muito comigo eu já tive muita briga em supermercado de o freguês ir lá pegar um pé de alface e ter uma lesma no pé de alface, aí daqui a pouco o cara liga para mim, aí eu pergunto o que está acontecendo – o seu Lauderino não me manda esta mercadoria porque ela esta cheio de bicho- cheio de bicho? Espera que eu vou aí. Aí fui lá ver é uma lesma, meu amigo o senhor vai me desculpar mas esse é selo da garantia do meu produto, eu não uso agrotóxico o senhor sabe que minha verdura é orgânica. Tem bicho, têm que ter se não tiver o bichinho ela não é orgânica. O

bicho se alimenta dela, porque eu não ponho agrotóxico para acabar com os bichos – Mas assim não vai dar para mim pegar – Puxa vida eu desconheço a sua preocupação porque eu estou trazendo saúde para os seus fregueses não estou trazendo doenças, então tudo bem deixa quieto quer continuar pegando pega se não quiser também agente leva para outro. Aí ele não pegou mais meu produto por causa disto. (...) Acaba trocando informações, e gente vê que o problema basicamente os mesmos dos produtores. Acabou que fim, no encerramento de tudo o problema era um só, de todos os problemas surgiu um só, que é esta parte do agricultor não ser valorizado, não ser conhecido por nada, ser jogado lá num canto. As pessoas acham que os produtos vem todos da indústria, que eles já nascem enlatados. Enlatado, já vem ensacadinho, e o que eu me admirei lá foi isto, veio uma mulher, uma dona grã fina, bem rica, a gente estava fazendo uma experiência de plantar e ela chegou e disse - nossa essa verdura que eu tenho lá assim que é feito?- Eu falei não é feito assim, aqui nós plantamos ela e daqui vinte trinta dia ela vai sair para a senhora poder se alimentar, mas não é feita aqui, aqui não é fábrica, aqui nós estamos plantando as mudinhas para daqui quinze vinte dias ela se formar e daí e que vai tirar para a senhora se alimentar – Eu não sabia que era assim – então agora fique sabendo que é desta forma que nós trabalhamos” (Trechos da entrevista de produtor rural Lauderino, 2006. Entrevista realizada por Joabe Pires em 12/10/2006).

Na fala do produtor Lauderino, está expresso o *habitus* do camponês, a relação com a terra, a extensão do homem na natureza, ou seja, “a troca entre os homens é a continuidade da troca com a natureza, pois é a troca de alimentos (que resulta da troca com a terra) e de trabalho (que constrói a terra e produz os alimentos). O espaço camponês é, portanto, um espaço moral”. (WOORTMANN, 1990; 38).

O autor vai falar do movimento da modernidade como algo necessário para reconstruir as tradições, num momento em que a lei dos homens, da ordem moral, da sociedade, transforma-se na lei das coisas, da automação, no fator econômico.

Um movimento que se dirige a uma dimensão da modernidade pode ser, ele mesmo, necessário para que haja um outro movimento, o de reconstruir a tradição (...). O apego à tradição pode ser o meio para sobreviver à grande transformação: manter-se como familiar em meio ao processo mais geral de proletarianização ou de empobrecimento. A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro (WOORTMANN, 1990; 16-17).

Demonstra, assim, a importância dessa tradição na sociedade moderna, em que as práticas urbanas estão muito presentes e que o *habitat*²³ (Léfebvre, 1999) urbano não possibilita e, sim, limita o conhecimento até mesmo do modo básico da produção de um pé de alface.

Trata-se de diferentes situações de condução da vida cotidiana por populações rurais e urbanas, que sofrem um deslizamento nas suas formas de enraizamento social. Na descrição feita por Laudelino, anteriormente é possível perceber as nuances em que as sociedades rurais e urbanas experimentam, em ambas as situações antes pautadas pela tradição e pelos vínculos e que agora se desloca para a interação entre esferas, fazendo-se acompanhar de crescente desencantamento e racionalização.

Estamos diante de um processo de diferentes temporalidades, em que a sociedade moderna é constituída de uma multiplicidade de relações. *“Esta pluralidade de tempos históricos implica o desenvolvimento desigual e combinado da sociedade”* (MARQUES, 1994; 9).

Por congregar uma multiplicidade de relações com diferentes espaços que Lencione (2004) classifica como espaço metropolizado, em que as especificidades contidas em distintos espaços se vistos em separado não agregam tanta importância, mas se visto no todo, no conjunto se interligam e ganham outra dimensão.

O processo em curso da metropolização dos espaços, um processo que está adiante da urbanização nos termos clássicos, crescimento da população urbana e da dinâmica rural-urbana, esse que permite captar a diferenciação interna a essa urbanização, LENCIONE, 2004; 68).

Para Lencione (2004) o processo de urbanização o processo de urbanização, tanto quanto o de desenvolvimento de cidades, já está consolidado. E, por isso a

²³“No final do século XIX, um pensamento (se é possível dizer) urbanístico, tão forte quanto inconscientemente redutor, pôs de lado e literalmente entre parênteses, o habitar. Ele concebeu o *habitat*, função simplificada, restringindo “o ser humano” a alguns atos elementares: comer, dormir, reproduzir-se.

necessidades de “*buscarmos aportes teóricos que permitam captar a diferença no seio dessa urbanização*”. Segue no entendimento que o processo de desconcentração industrial, agora “*se fez acompanhar de um outro processo: o de metropolização do espaço*” , em que entendido esse processo será possível apreensão das diferenças na dinâmica urbana do território paulista (LENCIONE, 2004; 73-74).

Considerações finais

No transcorrer desta dissertação, buscou-se apreender o movimento de transformação no espaço e da história rural na porção sul do município de São Paulo, destacando-se a relevância das pequenas propriedades e dos pequenos agricultores nesse espaço metropolizado, por tratar-se de uma complexidade de acontecimentos; espaços multifacetados e uma vasta gama de culturas e a historicidade desse território, que passa despercebido ao olhar do paulistano.

Fez-se necessário aventurar-se por diferentes literaturas e clássicos que retratam as múltiplas formas para o entendimento das questões rurais e agrícolas, sobretudo as do município de São Paulo.

Do apanhado histórico à pesquisa de campo, acompanhamos as múltiplas relações entre os proprietários rurais e a cidade e os processos decorrentes destas ligações.

As relações que se realizam no espaço geográfico paulistano entre a produção agrícola com o comércio e consumo estavam, como observamos num primeiro momento, mais próximas, em que a produção foi pautada principalmente para o consumo da população do aglomerado que surgia. Na medida que a aglomeração transformava-se expandindo-se, o espaço rural modificava-se para atender novas demandas.

Dessa forma, a expansão da fronteira urbana, na metrópole paulistana, esteve presente em diferentes fases históricas. Tornando-se um fenômeno constante e que se mantém, devido ao processo de recepção de novos moradores, e também pelas próprias alterações na produção agrícola. Produção essa respaldada por uma demanda de consumo, talvez não específica da metrópole, mas presente, basicamente, pela dinâmica de um espaço metropolizado. A de congregar em seu espaço, diferentes níveis de renda, de cultura, além de uma vasta heterogeneidade populacional, favorecendo o consumo de produtos diferenciados.

As descrições acerca da alteração nos cultivos vêm no sentido de adequações às implicações impingidas pela metrópole aos espaços tradicionalmente rurais, com

prejuízo maior das pequenas propriedades que tradicionalmente desenvolvem culturas tradicionais, ou as culturas de roça, de ciclo de plantio anual. Além das limitações técnicas, das limitações de espaço e produtividade da terra.

Buscou-se observar ao longo da dissertação, que o processo dinâmico de constante transformação do espaço rural, na porção sul do município, foi e é marcante em diferentes momentos históricos. E, neste momento, na atualidade, em que as cidades densamente urbanizadas, - a metrópole paulistana -, chamam para si a competência das realizações: sociais, culturais e, sobretudo, de movimentação do capital econômico, legando ao espaço rural um papel coadjuvante, mas precisamente, inexistente, ou a condição de reminiscências de uma importância que ficou na história, que estamos valorizando por meio dos longos trechos da história de vida que cada pequeno agricultor nos contou dar visibilidade, o que destaca sua importância social, cultural e econômica nessa fronteira entre a crescente e constante ocupação urbana, seja a regular ou a irregular, que toma os espaços rurais.

O avanço da fronteira urbana em direção a áreas de tradições rurais e agrícolas é um processo inerente à formação das cidades e a modernidade, que, no caso da metrópole paulistana, torna-se um problema a mais para os pequenos agricultores, como bem destacaram, em suas falas os agricultores entrevistados, bem como os indicadores socioeconômicos dos distritos em que esta inserida a área de estudo.

Especificamente no enfrentamento dos problemas sociais, ambientais e econômicos, algumas ações da prefeitura municipal de São Paulo, começam a tomar corpo, buscando dar sustentação à produção rural e a valorização dos agricultores, grupos de trabalho foram criados, abrangendo poder público, organizações não-governamentais e os agricultores.

Como destacamos no decorrer do texto, a questão ambiental nunca alcançou tamanha proporção, tendo tanto apelo como agora para recuperação das áreas degradadas, no caso da área de estudo, a porção sul do município de São. O pequeno agricultor, após passar por um longo período de abandono, agora é

chamado a participar de um processo visando encontrar soluções mitigadoras para a degradação proporcionada pelas ocupações regulares e irregulares, sobretudo nas áreas de proteção ambiental.

Observamos períodos distintos de ruptura que modificaram, de certa forma, o perfil das culturas e suas maneiras de produção agrícolas na porção sul. Num primeiro momento, a cultura de roça, cultivada pelos caipiras paulistas, ampliou-se com incorporação do imigrante alemão, sobretudo, seguido por espanhóis e italianos. A produção nos roçados, nesse período do final do século XIX, estendendo-se até meados da primeira metade do século XX, atendia basicamente a população local. Os cultivos eram realizados por meio das técnicas das sabedorias populares com a incorporação mínima de técnicas mecânicas.

O segundo momento que destacamos inicia-se com a chegada dos migrantes japoneses e a substituição do cinturão caipira pelo cinturão verde, em momento que o núcleo urbano começa a expandir-se em um ritmo mais acelerado. A população aumenta e há a incorporação de novos alimentos, mais variados na mesa dos cidadãos, proporcionando assim uma tecnificação maior nos cultivos aliados à demanda maior de mão-de-obra para a produção. E, assim, influenciando diretamente na aniquilação da produção de roça do cinturão caipira enquanto maneira de produzir representativa, permanecendo marcadamente os aspectos culturais desses sujeitos.

Os processos de concorrência das redes de supermercados a concorrência direta com a produção em escala em regiões mais distantes das cidades, enfraqueceram significativamente o cinturão verde, esse mais próximo à mancha urbana da metrópole paulistana.

Abrindo espaço, assim, e também proporcionados pela dinâmica da metrópole mundializada – São Paulo –, para um afluxo populacional expressivo, e com isso abertura de inúmeros loteamentos urbanos que concorrem diretamente com a produção rural, soma-se a esse fato o envelhecimento da população rural da região, o descrédito com a produção agrícola, por conta dos altos custos da produção e a baixa rentabilidade do trabalho. Podemos falar, aqui, em menor

escala, da migração de retorno de muitos imigrantes japoneses e seus descendentes para o Japão.

No movimento de substituição de produção, e após um curto período de tempo no início do século XXI, inaugura-se um terceiro momento histórico para o espaço rural paulistano, a criação das Áreas de Proteção Ambientais. Ou seja, esse momento atual o presenciado, com espaços rurais e espaços urbanos multifacetados, comungando do direito de reprodução de suas famílias, seja por meio do trabalho no campo ou na cidade.

Está presente, neste momento, o atual, partes constituintes dos momentos anteriores, marcadamente a cultura alemã e japonesa, com a incorporação do migrante interno do Brasil, sobretudo dos Estados da região nordeste. Dessa forma, apresentando uma diversidade cultural muito rica, com distintos traços que se revelam na organização das propriedades, nos festejos e na produção, que mesmo sofrendo a influência da metrópole como vimos destacando no decorrer do texto apresentam peculiaridades em seus cultivos domésticos.

É, neste sentido, o de congregar o tradicional e o moderno, que as especificidades da área de estudo as tornam singulares, a incorporação do capital na produção, para alguns pequenos agricultores e as necessidades de adequações ao mercado, não fazendo extinguir os traços culturais nos cultivos, sobretudo na manutenção das tradições para cultivar as hortas e os jardins.

As ruralidades, neste espaço metropolizado, incorporam diferentes matizes de conceituações. Elas não estão limitadas à simplificação do apelo bucólico, nem somente pelos tradições culturais, ao passo que não podemos classificá-las como uma ruralidade no sentido mais antigo, em que as ruralidade estavam ligadas à produção em lavouras e basicamente de monoculturas, ou seja, limitavam-se ao atividade das lides direta com a terra.

Apresentam-se, assim, experiências em virtude da expressão em relação ao potencial da região, que pode ser apreendido para o surgimento da noção de sistema socioeconômico local, o que aponta para abertura de novas

oportunidades com base no aperfeiçoamento e nas valorizações das peculiaridades da região, constituindo uma consumação do tecido sócio-territorial.

A visão territorial do desenvolvimento aponta para a revelação de potencialidades que o espaço rural, esse, complexo e envolto pela densa urbanização não revelou à sociedade. Visto como base física da produção agrícola, seu destino dificilmente escapa ao esvaziamento social, econômico, político e cultural. Quando, entretanto, o meio rural é encarado não como a simples sustentação geográfica da agricultura, mas como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais e onde seus horizontes podem ser ampliados. Assim, o rural continua a ser uma categoria pertinente de classificação, de maneira que não pode ser visto como resíduo do urbano, ou como sinônimo de agricultura.

Muito mais do que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica, que apoiamos bases futuras desse trabalho. Visando a possibilidade se não, da inversão dos índices socioeconômicos, sobretudo os de renda e educação para os distritos pesquisados no município de São Paulo. Ao menos a mitigação dos problemas ambientais que encontram-se na região e a possibilidade de garantias que as famílias envolvidas direta e indiretamente nas atividades rurais, consigam sua reprodução familiar.

O próprio crescimento urbano recente aumenta a demanda por novos produtos e novos serviços vindos do meio rural. O desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas as protagonistas centrais da construção e da transformação dos novos territórios.

Como observamos, por meio das entrevistas, a maioria absoluta dos produtores pesquisados vem de uma origem agrária/rural, com infância associada às lides do campo, da roça. Neste caso específico, o caso da metrópole paulistana os produtores experimentam uma nova ruralidade, relacionando-se em trajetórias de vida em que homens e mulheres se lançaram de seus locais de origem, movidos pelo anseio, em busca de um novo meio de vida e de trabalho, nas grandes cidades. Por motivos diversos, hoje os encontramos envoltos aos trabalhos rurais, territorializando-se em campesinidade adquirida na infância, calcados em práticas

contraídas de seus pais para filho. Estando hoje em um espaço que sofreu alterações por adequação à metrópole, desenvolvendo novas culturas, novas ruralidades, discorremos de ruralidades metamorfoseadas, adequadas as realidades em que estão inseridos esses pequenos produtores rurais nesse início de século.

A campesidade é recriada em novas condições, no contexto do espaço metropolizado, com base em experiências adquiridas, foi isso que apontamos no transcorrer do texto avaliando ser esse um elemento fundante para permanência dos pequenos agricultores na metrópole paulistana, aguçando um movimento transformador, uma vez que, ao longo de significativos processos de exclusão da atividade agrícola na metrópole, essa se reproduz nos dias de hoje.

E, assim, frente a iniciativas da prefeitura municipal, para amparar e assegurar a reprodução das famílias de agricultores e de suas atividades, juntamente com uma melhor distribuição de renda e melhorias de habitação para as famílias que desenvolvem atividades urbanas, tem-se ter a reprodução social e a produção de alimentos, bens valiosos para o camponês.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo (org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume/Fapesp/Sebrae, 2004.

_____. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

_____. **O capital social dos territórios** – repensando o desenvolvimento rural . Economia Aplicada, n. 2 vol. IV: 379-397. São Paulo

_____. **Os paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec-Anpocs-Unicamp, 1992.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. O que há de novo no rural brasileiro?. **Terra Livre**. São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.

AZEVEDO, Aroldo. São Paulo, cidade trimilionária. In.: **A cidade de São Paulo**, v. 1 São Paulo. Ed. Nacional, 1958.

AZEVEDO, Aroldo. **Subúrbios orientais de São Paulo**. Tese de concurso à cadeira de Geografia do Brasil (xxv.a) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo v. 1 São Paulo, 1945.

BARRÈRE, Pierre. **Espacios rurales y urbanos em áreas industrializados**. 1. ed. Madri: Oikos-tan, S.A., 1988.

BENJAMIN, W. Baudelaire, um lírico da modernidade. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, v. 3)

BLUME, Roni. **Território e Ruralidade**: a desmistificação do fim do Rural. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do Mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, Coleção Elos, 1979.

BRANDÃO, Rodrigues Carlos. **Os Caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CALDEIRA, João Netto. **Álbum de Santo Amaro**. São Paulo: Organização Cruzeiro do Sul – Bentivegna & Netto, 1935.

CAMARGO, José Francisco de. **A cidade e o campo**: o êxodo rural no Brasil. Rio de Janeiro: 1968.

CARDOSO, Fernando Henrique. Condições Sociais da Industrialização de São Paulo. **Revista Brasiliense**. São Paulo, nº. 28, p. 31-46, 1960.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 11, 1998.

CASTELLS, Manuel. **Ciudad, democracia y socialismo : la experiencia de las asociaciones de vecinos en Madrid**. 1º Ed. Madrid : Siglo veintiuno de España, 1977.

CARVALHO, Yara Chagas de. **Diagnóstico da Agricultura na zona rural sul paulistano** (APA do Capivari Monos), São Paulo: PMSP, 2000.

COELHO, José Álvaro Teixeira. Setor Agrícola da Zona rural do Município de São Paulo e seu Papel na política ambiental. In: **A questão Ambiental Urbana**. São Paulo, SMMA, 1993.

COSTA, Emilia Viotti. Cotia e Itapeverica da Serra, subúrbios agrícolas. In.: **A cidade de São Paulo**, São Paulo, Nacional, v. 3, 1958.

DÉBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DE LA CORTE, Judith. **Contribuição ao estudo do abastecimento da Cidade de São Paulo em produtos hortifrutícolas**. São Paulo. IGEO- USP. Série Teses e monografias nº. 31. 1985.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Capítulos da história social de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1944.

ETCHICHURY, Carlos & MARIANO, Nilson. O novo retrato do Pampa. Jornal Zero Hora., Porto Alegre, 16 jul. 2006, Geral, p. 35.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo, Iglu/FAPES, 2007.

FERNANDES, Evandro Noro. **Agricultura na metrópole paulista**. 2004. Monografia (Especialização em Análise Ambiental) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná. Curitiba/PR, 2004.

FERNANDES, Maria Esther. A “história de vida” como instrumento de captação. In **Cadernos CERU**. São Paulo: Centros de Estudos Rurais e Urbanos, NAP/CERU, n.6, série 2, 1995.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 22. Ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1987.

GRANDO, Marines Zandavali; MIGUEL, Lovois de Andrade (orgs.). **Agricultura na região metropolitana de Porto Alegre**: aspectos históricos e contemporâneos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **A justiça Social e a Cidade**. São Paulo, HUCITEC, 1973.

HOBBSBAWM, Eric. **Los campesinos y la política**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

HOMEM DE MELO, Fernando. **O Problema Alimentar no Brasil**: a importância dos desequilíbrios Tecnológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Senso Agropecuário 1980**. São Paulo: IBGE, 1980.

_____. **Senso Agropecuário 1996**. São Paulo: IBGE, 1996.

JULIANI, Lúcia de Jesus C. Oliveira. A arqueologia da metrópole. *In.*: PREFEITURA Municipal de São Paulo. **Expedição São Paulo 450anos: uma viagem por dentro da metrópole**. São Paulo, 2004.

KOSTMAN, Ariel. Por dentro da roça urbana. **Revista Veja**, São Paulo, 22 nov. 2000, p. 17-30.

LANGE, Oskar. **Moderna economia política**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

LEFEBVRE, Henry. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. 3. Ed. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

LEMOS, Amália Inês Geraiges. A metropolização nos países do terceiro mundo. **GEOUSP** – Revista do Departamento de Geografia, n.º. 13, 1999.

LENCIONE, Sandra. **Agricultura e urbanização: a capitalização do campo e a transformação da cidade**. Jardinópolis, o estudo de um lugar. 1985. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

LENCIONE, Sandra. Novos rumos e tendências da urbanização e a industrialização no Estado de São Paulo, *In*: **Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização? Processos, escalas**. Limonad, Ester.; Haesbaert, Rogério.; Moreira, Ruy. São Paulo: Max Limonad, 2004 212 p.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população 1750-1850**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

MARTINS, José de Souza. **Introdução Crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. **Fronteira; a degradação do outro nos confins do Humano**. São Paulo: Hucitc, 1997

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil**. São Paulo, Vozes, 1985,

_____. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975

_____. **O cativo da terra**. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **Subúrbio, vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo**: São Caetano, do fim do império ao fim da república velha. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Unesp, 2002.

MARQUES, Eduardo.; TORRES, Haroldo (Orgs). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, n.19, p.95-112, 2002.

_____. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentamentos nas fazendas retiro e velha – GO**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira - PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MEGALE, Januário Francisco (Org.). **Max. Sorre**. São Paulo: Ática, 1984.

MOMBEIG, Pierre. O crescimento da cidade de São Paulo. In.: SZMRECSÁNYI, Tamás. **História econômica da cidade de São Paulo**. São Paulo: Globo, 2004.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 63-110.

_____. São Paulo dos bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadorias e de futuro. In.: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; CARLOS, Ana Fani Alessandri (orgs.). **Geografias de São Paulo: A metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **A mundialização do capitalismo e a geopolítica mundial no fim do século XX**. EDUSP, São Paulo, 2003.

PAULANI, Leda Maria. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PENTEADO, Antonio Rocha. Os subúrbios de São Paulo e suas funções. In.: **A cidade de São Paulo**. Vol 4. São Paulo: Nacional, 1958.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Edusp, 1995.

Pires, Cornélio. *Apud.*: BRANDÃO, Rodrigues Carlos. **Os Caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

POCHMANN, Marcio (org.). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade**: novos caminhos para inclusão social. São Paulo: Cortez/Fundação Perseu Abramo, 2002.

POCHMANN, Marcio (org.). **Outra Cidade é Possível**: Alternativas de Inclusão Social em São Paulo. São Paulo. Cortez, 2003.

PRADO Jr. Caio. **A revolução Brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. 8ª Ed., São Paulo. Editora Brasiliense, 1965

_____. Contribuição para a análise da questão agrária no Barsil. **Revista Brasiliense**. São Paulo, nº. 28, p. 165 - 228, 1960.

PREFEITURA Municipal de São Paulo. **Abastecimento SP**. São Paulo: Secretaria Municipal de Abastecimento, 2004.

_____. **Atlas ambiental do município de São Paulo**, relatório final. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 2002.

_____. GT- Agricultura. **Diagnóstico da Agricultura na zona rural sul paulistano** (APA do Capivari Monos), São Paulo: PMSP, 2000.

_____. **Plano diretor Regional**: Capela do Socorro. São Paulo: Subprefeitura da Capela do Socorro, Subprefeitura de Parelheiros, 2002.

_____. GT – Sistema e Áreas Verdes. **Política e plano de destinação de terras públicas municipais**. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Os Subúrbios Paulistanos. In AZEVEDO, Aroldo. **A cidade de São Paulo**. Vol. 4. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1958.

_____. **Bairros Rurais Paulistas**. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

_____. Relatos Orais: do “Indizível” ao “Dizível” in: **Experimentos com Histórias de Vida**. Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de São Paulo**: 1779-1853. São Paulo: Itatiaia, 1976.

SAITO, Hiroshi. **O Japonês no Brasil**. São Paulo: Sociologia e Política, 1961.

SANTOS, Milton. A urbanização pretérita. In.: **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SEABRA, Manoel. **Vargem Grande**: organização e transformações de um setor do cinturão verde paulistano. São Paulo: IGEO-USP, 1971. Série teses e monografias, n. 4.

_____. **As cooperativas mistas do estado de São Paulo**. São Paulo: IGEO-USP, 1977, série teses e monografias, n.30.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Urbanização: Bairro e vida de bairro. In.: **Travessia revista do migrante**. São Paulo: Centro de Estudos migratórios, Ano 13, n. 38, setembro/dezembro de 2000.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 4. ed. São Paulo: Cebrap, 1977.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e novo em uma discussão marxista. In: **Estudos Cebrap**. São Paulo/Petrópolis: Vozes, 1980, n.26.

SHENEIDER, Sergio. **Da crise da Sociologia Rural a Emergência da Sociologia da Agricultura**: reflexos a partir da experiência Norte-Americana. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília: v.14, n.2, p. 225-256, 1997.

SILVA, José Graziano. **O novo rural Brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999, Coleção de Pesquisas, v. 1, p. 1-32.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. *In*: GEOUSP Espaço e Tempo. São Paulo, nº 21 p. 15-31, 2007.

SOLARI, Aldo E. **Sociologia Rural Latinoamericana**. Buenos Aires: Ed Universitária, 1968.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Identidade da metrópole : a verticalização em Paulo Paulo**. Tese de Livre Docência – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

_____. **Metropolização e o estudo do cotidiano**. São Paulo : Fau/Usf, p.115-7. 1985

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Uma categoria simbólica das representações sociais: prolegômenos a uma concepção pós-moderna do direito. *In*: Espaço e Debates. Temporalidades: memória e cotidiano da cidade. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo, Ano XI, 1991, nº. 33, p. 63-79.

SUZUKI, Júlio César. **De Povoado a Cidade**: A transição do rural ao urbano em Rondonópolis. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

_____. A gênese da moderna cidade de São Paulo: uma contribuição da geografia urbana à história da cidade. . Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

_____. Metamorfose da expansão urbana na gênese da moderna cidade de São Paulo. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.). **Geografias de São Paulo**: representações e crise da metrópole. São Paulo. Contexto. 2004.

_____. Região Sudeste: Unidade ou diversidade? In: TOLEDO, Marleine Paula Marcondes e Ferreira de (org.). **Cultura Brasileira**: O jeito de ser e de viver de um povo. São Paulo: Nankin, 2004. p.320-39.

THOMPSON, Edward Palmer. A Miséria da Teoria. São Paulo: Brasiliense, 1978.

TORRES, Haroldo. Fronteira Paulista. In.: MARQUES, Eduardo.; TORRES, Haroldo (Orgs) MARQUES, Eduardo.; TORRES, Haroldo (Orgs). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores associados, 2002.

_____. Destinos da ruralidade – um ‘zoom’ sobre a Itália. Paper apresentado no **XXIX Encontro Nacional da Anpocs**, Caxambu-MG, Outubro/2005

_____. **A face rural do desenvolvimento**. In ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27, 1999, Belém. Anais... p.1301-1318.

Vianna, Oliveira. *Apud.*: BRANDÃO, Rodrigues Carlos. **Os Caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília/Rio de Janeiro: Edunb/Tempo Brasileiro, 1990, pp. 11-73.

ZENHA, Edmundo. A Colônia Alemã de Santo Amaro. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. 132, p. 74-142, s/d.